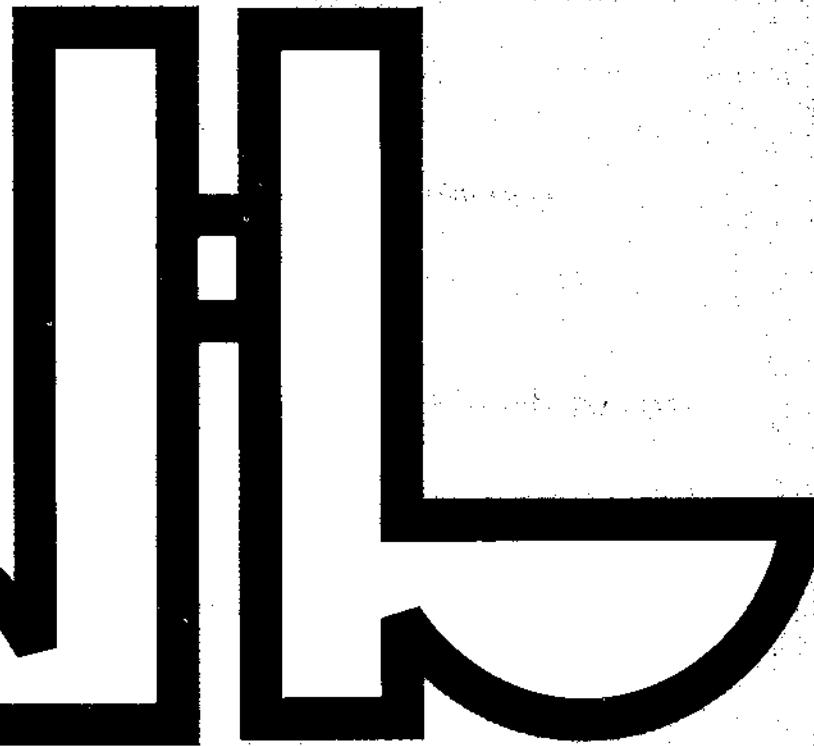




República Federativa do Brasil



**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA**

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado HERÁCLITO FORTES – PFL – PI

2º VICE-PRESIDENTE

Senador ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA

1º SECRETÁRIO

Deputado UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE

2º SECRETÁRIO

Senador CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO

3º SECRETÁRIO

Deputado JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA

4º SECRETÁRIO

Senador CASILDO MALDANER – PMDB – SC

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE MAIO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 412, de 2000 – CN (nº 573/2000, na origem), encaminhando o relatório sobre a execução do Plano Plurianual correspondente ao ano de 1999. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

08020

Nº 413, de 2000 – CN (nº 630/2000, na origem), encaminhando o relatório de avaliação do cumprimento das metas referente ao mês de março último, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário do Governo Central. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

08020

Nº 414, de 2000 – CN (nº 654/2000, na origem), encaminhando o relatório do Resultado do Tesouro Nacional, onde pode-se constatar o cumprimento da meta do exercício de 1999, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

08020

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 36, de 2000 – CN, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando a criação de uma Comissão Especial Mista composta por onze senadores e onze deputados para, no prazo de sessenta dias, propor nova legislação para os jogos de bingo, com previsão de gastos no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais). Será votado oportunamente.

08021

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 3, de 2000 – CN, de autoria das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a par-

ticipação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas. À publicação.

08021

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Designação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 23, de 2000 – CN, destinada a apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, de acordo com as indicações das Lideranças.

08022

1.2.5 – Discursos do Expediente (breves comunicações)

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO – Defesa do exercício das prerrogativas do Congresso Nacional para atender aos anseios da população.

08023

DEPUTADO AYRTON XERÉZ – Premência de uma política salarial e de distribuição de renda para o País.

08023

DEPUTADO LUIZ MAINARDI – Considerações sobre a distribuição de renda no Brasil. Apoio ao valor de R\$177,00 para o novo salário mínimo.

08024

DEPUTADO PAULO PAIM – Contestação ao proclamado déficit da Seguridade Social. Preocupação com a situação de aposentados e pensionistas diante da adoção de valores estaduais e federal diferenciados para o salário mínimo.

08025

DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Descaso do Governo Federal no trato dos interesses da população humilde e carente.

08026

DEPUTADO ANTONIO PALOCCI – Insubstância dos argumentos apresentados pelo Governo para limitar o reajuste do piso nacional de salário. Posicionamento favorável à aprovação do valor de R\$177,00 para o salário mínimo.

08027

DEPUTADO CARLITO MERSS – Repúdio à demagogia praticada na política brasileira. Defesa do salário mínimo de R\$177,00.

08027

DEPUTADO BABÁ – Importância do comprometimento entre o parlamentar e a sua base eleitoral. Defesa do valor de R\$177,00 para o piso salarial.....

1.3 – ORDEM DO DIA

Medida Provisória nº 2.019-1, de 2000, que dispõe sobre o salário mínimo, a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências. **Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2000, ficando prejudicadas a medida provisória e as emendas**, tendo usado da palavra os Srs. Pedro Eugênio, Alberto Goldman, Professor Luizinho, Ricardo Barros, Paulo Paim, Pedro Henry, Sebastião Rocha, Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, a Srª Jandira Feghali, os Srs. Arthur Virgílio, Aécio Neves, Armando Monteiro (Relator), Roberto Argenta, Clementino Coelho, Bispo Rodrigues, Alexandre Cardoso, Miro Teixeira, Odelmo Leão, Aloizio Mercadante, Geddel Vieira Lima, Inocêncio Oliveira, Roberto Saturnino, Paulo Hartung, a Srª Heloísa Helena e os Srs. Sérgio Machado, Hugo Napoleão e Jader Barbalho. À sanção.....

1.3.1 – Documento encaminhado à Mesa

08028

Do Senador Carlos Wilson, referente à votação da MP 2019-1..... 08108

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

DEPUTADO ARY KARA – Comemoração, no próximo dia 12 de maio, dos 10 anos de presbiterado do pároco Cônego Marco Eduardo Jacob Silva, da paróquia de Nossa Senhora da Assunção, em Pindamonhangaba – SP..... 08109

DEPUTADO RÉGIS CAVALCANTE – Críticas à ingerência do Poder Executivo durante a apreciação do valor do novo salário mínimo..... 08109

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR

Do Deputado Zaire Rezende, proferido na sessão de 26 de abril de 2000. (Replicação) 08111

3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

4 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

08029

Ata da 8^a Sessão Conjunta, em 10 de maio de 2000

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Heráclito Fortes e Ademir Andrade

**ÀS 20 HORAS E 8 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Tavola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Ernandes Amorim – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Lessa – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge

Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Thelma Siqueira Campos – Tião Viana – Wellington Roberto.

E OS SRS. DEPUTADOS:

51^a Legislatura

2^a SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA

Presidente da Casa: Antonio Carlos Magalhães - PFL/BA

Presidiram a Sessão: Antonio Carlos Magalhães

SESSÃO CONJUNTA N° 008 - 10/05/2000

Abertura Sessão : 10/05/2000

Encerramento Sessão : 11/05/2000 01:44

Total de Presentes: 496

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Airton Cascavel	PPS	
Alceste Almeida	PMDB	PMDB/PST/PTN
Almir Sá	PPB	
Elton Rohnelt	PFL	
Francisco Rodrigues	PFL	
Luciano Castro	PFL	
Luis Barbosa	PFL	
Robério Araújo	PL	PL/PSL
Presentes de Roraima : 8		

	Partido	Bloco
AMAPÁ		
Antonio Feijão	PST	PMDB/PST/PTN
Badu Picanço	PSDB	PSDB/PTB
Dr. Benedito Dias	PPB	
Eduardo Seabra	PTB	PSDB/PTB
Evandro Mihomen	PSB	PSB/PCDOB
Fátima Pelaes	PSDB	PSDB/PTB
Jurandil Juarez	PMDB	PMDB/PST/PTN
Sérgio Barcellos	PFL	
Presentes de Amapá : 8		
PARÁ		
Anivaldo Vale	PSDB	PSDB/PTB
Babá	PT	
Elcione Barbalho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Gerson Peres	PPB	
Giovanni Queiroz	PDT	
Jorge Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Priante	PMDB	PMDB/PST/PTN
Josué Bengtson	PTB	PSDB/PTB
Nicias Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
Nilson Pinto	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Rocha	PT	
Raimundo Santos	PFL	
Renildo Leal	PTB	PSDB/PTB
Valdir Ganzer	PT	
Vic Pires Franco	PFL	
Zenaldo Coutinho	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Pará : 16		
AMAZONAS		
Arthur Virgílio	PSDB	PSDB/PTB
Átila Lins	PFL	
Euler Ribeiro	PFL	
Francisco Garcia	PFL	
Luiz Fernando	PPB	
Pauderney Avelino	PFL	
Silas Câmara	PTB	PSDB/PTB
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB
Presentes de Amazonas : 8		
RONDÔNIA		
Agnaldo Muniz	PPS	
Confúcio Moura	PMDB	PMDB/PST/PTN
Eurípedes Miranda	PDT	
Expedito Júnior	PFL	
Marinha Raupp	PSDB	PSDB/PTB

	Partido	Bloco
Nilton Capixaba	PTB	PSDB/PTB
Oscar Andrade	PFL	
Sérgio Carvalho	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Rondonia : 8		
ACRE		
Ildefonço Cordeiro	PFL	
João Tota	PPB	
Márcio Bittar	PPS	
Marcos Afonso	PT	
Nilson Mourão	PT	
Sérgio Barros	PSDB	PSDB/PTB
Zila Bezerra	PFL	
Presentes de Acre : 7		
TOCANTINS		
Antônio Jorge	PTB	PSDB/PTB
Darci Coelho	PFL	
João Ribeiro	PFL	
Kátia Abreu	PFL	
Osvaldo Reis	PMDB	PMDB/PST/PTN
Paulo Mourão	PSDB	PSDB/PTB
Rainel Barbosa	PMDB	PMDB/PST/PTN
Udson Bandeira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Presentes de Tocantins : 8		
MARANHÃO		
Albérico Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Antonio Joaquim Araújo	PPB	
Cesar Bandeira	PFL	
Costa Ferreira	PFL	
Eliseu Moura	PPB	
Francisco Coelho	PFL	
Gastão Vieira	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Castelo	PSDB	PSDB/PTB
José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB
Mauro Fecury	PFL	
Neiva Moreira	PDT	
Nice Lobão	PFL	
Paulo Marinho	PFL	
Pedro Fernandes	PFL	
Pedro Novais	PMDB	PMDB/PST/PTN
Remi Trinta	PST	PMDB/PST/PTN
Roberto Rocha	PSDB	PSDB/PTB
Sebastião Madeira	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Maranhão : 18		

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Adolfo Marinho	PSDB	PSDB/PTB
Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
Aníbal Gomes	PMDB	PMDB/PST/PTN
Antônio Cambraia	PSDB	PSDB/PTB
Arnon Bezerra	PSDB	PSDB/PTB
Chiquinho Feltosa	PSDB	PSDB/PTB
Eunício Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB
José Linhares	PPB	
José Pimentel	PT	
Léo Alcântara	PSDB	PSDB/PTB
Manoel Salviano	PSDB	PSDB/PTB
Mauro Benevides	PMDB	PMDB/PST/PTN
Moroni Torgan	PFL	
Nelson Otoch	PSDB	PSDB/PTB
Pinheiro Landim	PMDB	PMDB/PST/PTN
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	PSDB/PTB
Roberto Pessoa	PFL	
Rommel Feijó	PSDB	PSDB/PTB
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB
Ubiratan Aguiar	PSDB	PSDB/PTB
Vicente Arruda	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Ceará : 22		
PIAUÍ		
Átila Lira	PSDB	PSDB/PTB
B. Sá	PSDB	PSDB/PTB
Ciro Nogueira	PFL	
Gessivaldo Isaias	PMDB	PMDB/PST/PTN
Heráclito Fortes	PFL	
João Henrique	PMDB	PMDB/PST/PTN
Mussa Demes	PFL	
Paes Landim	PFL	
Themístocles Sampaio	PMDB	PMDB/PST/PTN
Wellington Dias	PT	
Presentes de Piauí : 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
Ana Catarina	PMDB	PMDB/PST/PTN
Betinho Rosado	PFL	
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PST/PTN
Iberê Ferreira	PPB	
Laire Rosado	PMDB	PMDB/PST/PTN
Lavoisier Maia	PFL	
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PST/PTN
Ney Lopes	PFL	
Presentes de Rio Grande do Norte : 8		

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
Adauto Pereira	PFL	
Armando Abílio	PMDB	PMDB/PST/PTN
Avenzoar Arruda	PT	
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PST/PTN
Damião Feliciano	PMDB	PMDB/PST/PTN
Domiciano Cabral	PMDB	PMDB/PST/PTN
Efraim Morais	PFL	
Enivaldo Ribeiro	PPB	
Inaldo Leitão	PSDB	PSDB/PTB
Marcondes Gadelha	PFL	
Ricardo Rique	PSDB	PSDB/PTB
Wilson Braga	PFL	
Presentes de Paraíba : 12		
PERNAMBUCO		
Armando Monteiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Carlos Batata	PSDB	PSDB/PTB
Clementino Coelho	PPS	
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
Inocêncio Oliveira	PFL	
João Colaço	PMDB	PMDB/PST/PTN
Joaquim Francisco	PFL	
Joel De Hollanda	PFL	
José Mendonça Bezerra	PFL	
José Múcio Monteiro	PFL	
Luciano Bivar	PSL	PL/PSL
Luiz Piauhylino	PSDB	PSDB/PTB
Marcos de Jesus	PSDB	PSDB/PTB
Osvaldo Coelho	PFL	
Pedro Corrêa	PPB	
Pedro Eugênio	PPS	
Ricardo Fluza	PFL	
Salatiel Carvalho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Sérgio Guerra	PSDB	PSDB/PTB
Severino Cavalcanti	PPB	
Presentes de Pernambuco : 23		
ALAGOAS		
Albérico Cordeiro	PTB	PSDB/PTB
Augusto Farias	PPB	
Helenildo Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
João Caldas	PL	PL/PSL
Joaquim Brito	PT	

	Partido	Bloco
José Thomaz Nonô	PFL	
Luiz Dantas	PST	PMDB/PST/PTN
Regis Cavalcante	PPS	
Presentes de Alagoas : 8		
SERGIPE		
Adelson Ribeiro	PSC	
Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB
Cleonâncio Fonseca	PPB	
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Teles	PSDB	PSDB/PTB
Marcelo Déda	PT	
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB
Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Sergipe : 8		
BAHIA		
Arnaldo Cedraz	PFL	
Claudio Cajado	PFL	
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PST/PTN
Eujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB
Francistônio Pinto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geddel Vieira Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geraldo Simões	PT	
Gerson Gabrielli	PFL	
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB
Jaime Fernandes	PFL	
Jairo Carneiro	PFL	
Jaques Wagner	PT	
João Almeida	PSDB	PSDB/PTB
João Leão	PSDB	PSDB/PTB
Jonival Lucas Junior	PFL	
Jorge Khoury	PFL	
José Carlos Aleluia	PFL	
José Rocha	PFL	
José Ronaldo	PFL	
Jutahy Junior	PSDB	PSDB/PTB
Leur Lomanto	PFL	
Luiz Moreira	S.Part.	
Manoel Castro	PFL	
Mário Negromonte	PSDB	PSDB/PTB
Nelson Pellegrino	PT	
Nilo Coelho	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Braga	PFL	
Paulo Magalhães	PFL	
Pedro Irujo	PMDB	PMDB/PST/PTN

	Partido	Bloco
Reginaldo Germano	PFL	
Roland Lavigne	PFL	
Saulo Pedrosa	PSDB	PSDB/PTB
Ursicino Queiroz	PFL	
Waldir Pires	PT	
Walter Pinheiro	PT	
Yvonilton Gonçalves	PPB	
Presentes de Bahia : 37		

MINAS GERAIS

Ademir Lucas	PSDB	PSDB/PTB
Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PST/PTN
Aracely de Paula	PFL	
Bonifácio de Andrada	PSDB	PSDB/PTB
Cabo Júlio	PL	PL/PSL
Carlos Mosconi	PSDB	PSDB/PTB
Cleuber Carneiro	PFL	
Custódio Mattos	PSDB	PSDB/PTB
Danilo de Castro	PSDB	PSDB/PTB
Edmar Moreira	PPB	
Eduardo Barbosa	PSDB	PSDB/PTB
Eliseu Resende	PFL	
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PST/PTN
Gilmar Machado	PT	
Hélio Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN
Herculano Anghinetti	PPB	
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
Jaime Martins	PFL	
João Fassarella	PT	
João Magalhães	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Magno	PT	
José Militão	PSDB	PSDB/PTB
Júlio Delgado	PMDB	PMDB/PST/PTN
Lael Varella	PFL	
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Maria do Carmo Lara	PT	
Maria Elvira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Mário Assad Júnior	PFL	
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Narcio Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB
Nilmário Miranda	PT	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	

	Partido	Bloco
Osmânia Pereira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Paulo Delgado	PT	
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Rafael Guerra	PSDB	PSDB/PTB
Roberto Brant	PFL	
Romel Anizio	PPB	
Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB
Ronaldo Vasconcellos	PFL	
Saraiva Felipe	PMDB	PMDB/PST/PTN
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Virgílio Guimarães	PT	
Vittorio Medioli	PSDB	PSDB/PTB
Walfrido Mares Guia	PTB	PSDB/PTB
Zaire Rezende	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Minas Gerais : 51**ESPÍRITO SANTO**

Aloízio Santos	PSDB	PSDB/PTB
Feu Rosa	PSDB	PSDB/PTB
João Coser	PT	
José Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB
Magno Malta	PTB	PSDB/PTB
Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB
Max Mauro	PTB	PSDB/PTB
Nilton Baiano	PPB	
Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB
Rita Camata	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Espírito Santo : 10**RIO DE JANEIRO**

Alcione Athayde	PPB	
Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB
Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB
Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB
Almerinda de Carvalho	PFL	
Aroilde de Oliveira	PFL	
Ayrton Xerêz	PPS	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Carlos Santana	PT	
Celso Jacob	PDT	
Coronel Garcia	PSDB	PSDB/PTB
Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB
Dr. Heleno	PSDB	PSDB/PTB
Eber Silva	PDT	
Eduardo Paez	PTB	PSDB/PTB

	Partido	Bloco
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB
Iédo Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Mendes	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Sampaio	PDT	
Jorge Bittar	PT	
Jorge Wilson	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Carlos Coutinho	PFL	
Laura Carneiro	PFL	
Luís Eduardo	PDT	
Luiz Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Sérgio	PT	
Marcio Fortes	PSDB	PSDB/PTB
Mattos Nascimento	PST	PMDB/PST/PTN
Milton Temer	PT	
Miriam Reid	PDT	
Miro Teixeira	PDT	
Pastor Valdecí Paiva	PSL	PL/PSL
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB
Roberto Jefferson	PTB	PSDB/PTB
Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB
Ronaldo Cesar Coelho	PSDB	PSDB/PTB
Rubem Medina	PFL	
Simão Sessim	PPB	
Vivaldo Barbosa	PDT	
Wanderley Martins	PDT	
Presentes de Rio de Janeiro : 44		

SÃO PAULO

Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB
Alberto Mourão	PMDB	PMDB/PST/PTN
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
Aloizio Mercadante	PT	
André Benassi	PSDB	PSDB/PTB
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB
Antonio Kandir	PSDB	PSDB/PTB
Antonio Palocci	PT	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PPB	
Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB
Ary Kara	PPB	
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL

	Partido	Bloco
Celso Giglio	PTB	PSDB/PTB
Celso Russomanno	PPB	
Clovis Volpi	PSDB	PSDB/PTB
Corauci Sobrinho	PFL	
De Velasco	PSL	PL/PSL
Delfim Netto	PPB	
Dr. Evilásio	PSB	PSB/PCDOB
Dr. Hélio	PDT	
Dúilio Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB
Edinho Araújo	PPS	
Eduardo Jorge	PT	
Emerson Kapaz	PPS	
Fernando Zuppo	PDT	
Gilberto Kassab	PFL	
Iara Bernardi	PT	
Jair Meneguelli	PT	
João Herrmann Neto	PPS	
João Paulo	PT	
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PST/PTN
José de Abreu	PTN	PMDB/PST/PTN
José Dirceu	PT	
José Genoíno	PT	
José Índio	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Machado	PT	
José Roberto Batochio	PDT	
Julio Semeghini	PSDB	PSDB/PTB
Lamartine Posella	PMDB	PMDB/PST/PTN
Luiz Antônio Fleury	PTB	PSDB/PTB
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PST/PTN
Marcos Cintra	PL	PL/PSL
Medeiros	PFL	
Michel Temer	PMDB	PMDB/PST/PTN
Milton Monti	PMDB	PMDB/PST/PTN
Moreira Ferreira	PFL	
Nelio Rodolfo	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Marquezelli	PTB	PSDB/PTB
Neuton Lima	PFL	
Paulo Kobayashi	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Robson Tuma	PFL	
Rubens Furlan	PPS	
Salvador Zimbaldi	PSDB	PSDB/PTB
Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Silvio Torres	PSDB	PSDB/PTB
Telma de Souza	PT	
Vadão Gomes	PPB	
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
Wagner Salustiano	PPB	
Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB
Zulaiê Cobra	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de São Paulo : 67		
MATO GROSSO		
Celcita Pinheiro	PFL	
Lino Rossi	PSDB	PSDB/PTB
Osvaldo Sobrinho	PTB	PSDB/PTB
Pedro Henry	PSDB	PSDB/PTB
Ricarte de Freitas	PSDB	PSDB/PTB
Teté Bezerra	PMDB	PMDB/PST/PTN
Welinton Fagundes	PSDB	PSDB/PTB
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PST/PTN
Presentes de Mato Grosso : 8		
DISTRITO FEDERAL		
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geraldo Magela	PT	
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Octávio	PFL	
Pedro Celso	PT	
Wigberto Tartuce	PPB	
Presentes de Distrito Federal : 8		
GOIÁS		
Barbosa Neto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Euler Moraís	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geovan Freitas	PMDB	PMDB/PST/PTN
Jovair Arantes	PSDB	PSDB/PTB
Juquinha	PSDB	PSDB/PTB
Lidia Quinan	PSDB	PSDB/PTB
Lúcia Vânia	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nair Xavier Lobo	PMDB	PMDB/PST/PTN
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN
Pedro Wilson	PT	
Roberto Balestra	PPB	

	Partido	Bloco
Ronaldo Caiado	PFL	
Vilmar Rocha	PFL	
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PST/PTN
Presentes de Goiás : 17		
MATO GROSSO DO SUL		
Ben-Hur Ferreira	PT	
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Grandão	PT	
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Marisa Serrano	PSDB	PSDB/PTB
Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB
Pedro Pedrossian	PFL	
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PST/PTN
Presentes de Mato Grosso do Sul : 8		
PARANÁ		
Abelardo Lupion	PFL	
Affonso Camargo	PFL	
Ailton Roveda	PSDB	PSDB/PTB
Alex Canziani	PSDB	PSDB/PTB
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PST/PTN
Iris Simões	PTB	PSDB/PTB
José Borba	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB
José Janene	PPB	
Luciano Pizzatto	PFL	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	PSDB/PTB
Márcio Matos	PT	
Max Rosenmann	PSDB	PSDB/PTB
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Meurer	PPB	
Odílio Balbinotti	PSDB	PSDB/PTB
Oliveira Filho	PSDB	PSDB/PTB
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PST/PTN
Padre Roque	PT	
Rafael Greca	PFL	
Renato Silva	PSDB	PSDB/PTB
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	
Santos Filho	PFL	
Werner Wanderer	PFL	
Presentes de Paraná : 29		

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	
Carlito Merss	PT	
Edinho Bez	PMDB	PMDB/PST/PTN
Edison Andriño	PMDB	PMDB/PST/PTN
Fernando Coruja	PDT	
Gervásio Silva	PFL	
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Pizzolatti	PPB	
José Carlos Vieira	PFL	
Pedro Bittencourt	PFL	
Raimundo Colombo	PFL	
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PST/PTN
Serafim Venzon	PDT	
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Santa Catarina : 15		
RIO GRANDE DO SUL		
Adão Pretto	PT	
Airton Dipp	PDT	
Alceu Collares	PDT	
Caio Riela	PTB	PSDB/PTB
Cesar Schirmer	PMDB	PMDB/PST/PTN
Darcísio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN
Enio Bacci	PDT	
Esther Grossi	PT	
Fernando Marroni	PT	
Fetter Júnior	PPB	
Germano Rigotto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Henrique Fontana	PT	
Júlio Redecker	PPB	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Luiz Miani	PT	
Marcos Rolim	PT	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Marchezan	PSDB	PSDB/PTB
Nelson Proença	PMDB	PMDB/PST/PTN
Osvaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PST/PTN
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL
Paulo Paim	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	
Roberto Argenta	PHS	
Synval Guazzelli	PMDB	PMDB/PST/PTN
Teimo Kirst	PPB	
Valdeci Oliveira	PT	
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PST/PTN
Waldomiro Fioravante	PT	
Yeda Crusius	PSDB	PSDB/PTB
Presentes de Rio Grande do Sul : 30		

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) -- As listas de presença acusam o comparecimento de 76 Srs. Senadores e 496 Srs. Deputados. Havendo número regimental, deixo aberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGENS
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MENSAGEM Nº 412, DE 2000 – CN
 (Nº 573/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996, encaminho a Vossas Excelências o relatório sobre a execução do Plano Plurianual correspondente ao exercício de 1999.

Brasília, 28 de abril de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 101/MP

Brasília, 28 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 Em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual – PPA, relativo ao exercício de 1999.

O documento ora apresentado evidencia, para cada tema e ação do PPA, os créditos orçamentários correspondentes, quantifica a respectiva execução financeira e detalha a realização física das metas, no exercício de 1999 e, de forma acumulada, as execuções financeira e física de 1996 a 1999.

Respeitosamente, **Guilherme Gomes Dias**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Interino.

(À *Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*.)

MENSAGEM Nº 413, DE 2000 – CN
 (Nº 630/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, encaminho a V. Exªs o relatório de avaliação do cumprimento das metas referente ao mês de março último, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário do Governo Central.

Brasília, 4 de maio de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

E.M. Nº 315/MF

Brasília, 28 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 18 da Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999, encaminho a Vossa Excelência o Resultado do Tesouro Nacional, referente ao mês de março corrente, em que se pode constatar o cumprimento da meta no exercício, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário do Governo Central.

Respeitosamente, **Amaury Guilherme Bier**, Ministro de Estado da Fazenda, Interino.

(À *Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*)

MENSAGEM Nº 414, DE 2000 – CN
 (Nº 654/2000, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 3º do art. 9º da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, encaminho a Vossas Excelências o relatório Resultado do Tesouro Nacional, onde pode-se constatar o cumprimento da meta do exercício de 1999, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário.

Brasília, 9 de maio de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

E.M. Nº 206/MF

Brasília, 17 de março de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
 Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Lei nº 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, encaminho a Vossa Excelência o relatório Resultado do Tesouro Nacional, onde pode-se constatar o cumprimento da meta do exercício, acompanhado da metodologia utilizada para a apuração do resultado primário.

Respeitosamente, – **Pedro Sampaio Malan**, Ministro de Estado da Fazenda.

(À *Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 36, DE 2000

Senhor Presidente,

Com base no disposto do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 9º e 10 do Regimento Comum, requeiro a constituição de uma Comissão Especial Mista composta por onze senadores e onze deputados para, no prazo de sessenta dias, propor nova legislação para os jogos de bingo, com previsão de gastos no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Justificação

Permissão para que as entidades esportivas realizassem os sorteios denominados "bingo" foi instituído pela Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, mais conhecida como Lei Zico. Concebido como forma de destinar recursos adicionais ao esporte, o dispositivo que permitiu a exploração do bingo pareceu aos legisladores opção criativa para o fomento das atividades dos clubes e auxílio às modalidades olímpicas, sempre tão carentes de patrocínio no Brasil.

Tal dispositivo foi mantido na Lei Pelé, já com nova redação sugerida como resultado da "CPI do Bingo", levada a efeito na Câmara dos Deputados para investigar as denúncias de irregularidades constatadas no funcionamento dos bingos. No entanto, essa providência não foi capaz de livrar a atividade de acusações e desconfianças, tais como denúncia de vinculação do bingo com esquema de corrupção, fraude, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, além de apropriação de recursos que deveriam destinar-se às entidades desportivas.

Ante essa realidade, entendeu a Comissão Mista constituída para examinar a Medida Provisória que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências", se urgente e necessária uma completa revisão dos dispositivos que tratam do bingo, de modo a propor o seu aprimoramento.

Houve, também, consenso entre os membros do Colegiado de que a atividade é estranha à matéria desportiva, não devendo integrar a legislação que institui as normas gerais sobre desporto, mas ser regulamentada separadamente.

Essas são as razões que nos levam a propor a constituição de Comissão Especial temporária para, exatamente, proceder a um percutiente exame da situação dos bingos no Brasil com vistas a apresentar à Nação uma legislação rígida e tecnicamente consistente, de modo a evitar o desvirtuamento dessa atividade.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Senador **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O requerimento que acaba de ser lido será notado oportunamente.

Sobre a mesa projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 3, DE 2000-CN

(Das Mesas do Senado Federal
e da Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre a participação das bancadas minoritárias na composição das comissões mistas.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A fim de atender ao disposto no § 1º do art. 58 da Constituição Federal, é acrescentado à Resolução nº 1, de 1970-CN-Regimento Comum, o seguinte artigo:

"Art. 10-A. O número de membros as comissões mistas estabelecido neste Regimento, nas resoluções que o integram e no respectivo ato de criação é acrescido de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será preenchida em rodízio, exclusivamente pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participarem das referidas comissões."

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo desta proposição é o e viabilizar a plena aplicação da regra da "representação proporcional" dos partidos e blocos partidários nas comissões mistas do Congresso Nacional, nos termos do § 1º do art. 58 da Constituição Federal.

Evidentemente, o princípio da "representação proporcional" nas comissões vem sendo observado desde a edição da Carta de 1988, assim como acontecia na vigência das Constituições anteriores.

Todavia, remanesce um problema: o da participação das agremiações partidárias que não alcançam, no cálculo da proporcionalidade partidária, quociente mínimo para integrar as comissões. Isso ocorre sobretudo nos colegiados compostos por um número reduzido de membros, especialmente aqueles criados para apreciar as medidas provisórias – o número de membros é de 7 (sete) para cada Casa do Congresso Nacional.

Desse modo, a título ilustrativo, resulta difícil a plena aplicação do § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1,

de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, **in verbis**:

“§ 1º A comissão mista será integrada por sete Senadores e sete Deputados e igual número de suplentes, indicados pelos respectivos líderes, obedecida, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária ou de blocos parlamentares.”

Sobre esse problema, essa proporção pretende apresentar uma solução, de modo a contemplar a plena participação dessas agremiações. A fórmula sugerida – que não prejudica, nem reduz a representação dos partidos já contemplados com vagas nas comissões – acresce a cada comissão uma vaga por Casa do Congresso destinada atender exclusivamente, em sistema de rodízio, as lgnos minoritárias.

Assim, e por considerar que a proposta aprimora, sensivelmente o sistema democrático dos trabalhos parlamentares, conclamamos os nossos ilustres palmentares a aprovar esta matéria.

Sala as Sessões, 10 de maio de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 23, de 2000 – CN, de autoria do Deputado Oscar Andrade, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
Renan Calheiros	Alberto Silva
Gerson Camata	Maguito Vilela
Mauro Miranda	Agnelo Alves
Wellington Roberto	Gilvam Borges
	PFL
Moreira Mendes	Freitas Neto
Geraldo Althoff	Edison Lobão
José Jorge	Jonas Pinheiro
	PSDB
Antero Paes de Barros	Lúdio Coelho
Alvaro Dias	Pedro Piva
	Bloco de Oposição(PT/PDT)
Sebastião Rocha	Jéfferson Peres
Geraldo Cândido	José Eduardo Dutra
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PSDB/PTB)
Aloízio Santos	Feu Rosa
Chico da Princesa	Sérgio Reis
Mário Negromonte	Silvio Torres
	Bloco (PMDB/PST/PTN)
Calos Dunga	Albérico Filho
Eunício Oliveira	Waldir Schmidt
	PFL
Jaime Martins	Gervásio Silva
Oscar Andrade	Robson Tuma
	PT
Carlos Santana	Arlindo Chinaglia
	PPB
José Janene	Almir Sá
	PDT
Pompeo de Mattos	
	Bloco(PSB/PCdoB)
Eduardo Campos	Gonzaga Patriota
	O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nos termos regimentais, o prazo da comissão se encerrará no dia 8 de setembro de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio, primeiro orador inscrito, que dispõe de até cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Brasil inteiro acompanha atento esta sessão que deliberará sobre o valor do salário mínimo. Não é sobre o valor em si que recai a atenção, já que mesmo os R\$177,00 que defendemos ainda está muito distante do ideal para uma família sobreviver e enfrentar a situação em que nos encontramos. Acima de tudo, esta sessão demonstrará se esta Casa tem ou não coragem de buscar ser ouvida, porque, uma vez que se instalou a ditadura econômica no Brasil, a equipe econômica do Governo é a única a ser ouvida pelo Presidente da República e a única a palpitá sobre os rumos do País.

E o Governo vem aqui dizer que a estabilidade é o maior ganho do trabalhador brasileiro. Que estabilidade é esta, se o Brasil se tornou o país dos desempregados? Que estabilidade é esta, se, na cidade e no campo, a violência é a marca? Que estabilidade é esta em que os jovens brasileiros não têm perspectiva nenhuma de emprego?

O que está em jogo aqui é se vamos ter a altivez e a honradez de buscar um novo rumo para este País, ou se vamos permitir que ele continue sob a tutela do Fundo Monetário Internacional, do poder econômico.

Há, indiscutivelmente, um sentimento de impaciência na sociedade brasileira, o qual se reflete na falta de vaga dos hospitais, nos assaltos, na prostituição infantil. Essa impaciência também é gerada, porque temos um Presidente que renunciou às propostas dos "cinco dedos" da primeira campanha eleitoral e se elegeu para o segundo mandato, dizendo que havia derrotado a inflação e que derrotaria o desemprego. Não é isso que estamos vendo.

Vão dizer aqui que o salário mínimo interessa a poucos. Essa é uma grande mentira, porque o salário mínimo interessa a mais de 14 milhões de brasileiros; a mais de 20% da população economicamente ativa. Refere-se a mais de 54% dos trabalhadores do Nordeste, a mais de 24% dos trabalhadores do Sudeste, ou seja, o aumento do salário mínimo, por si só, é um poderoso instrumento de distribuição de renda e de diminuição da pobreza neste País.

Então, devemos ter coragem, acima de tudo, de fazer aquilo que o próprio Presidente disse que era preciso: ouvir as vozes roucas das ruas. As vozes rou-

cas das ruas estão dizendo que querem um salário mínimo mais digno, uma política que permita uma justa distribuição de renda e valorize o aposentado, o campo. Para isso eles dizem não ter dinheiro, mas, quando houve a crise do sistema bancário, o Estado se utilizou do Proer para doar bilhões e bilhões. Dizem que não há dinheiro para a Previdência, mas os ágios que foram anunciados no processo de privatização como recursos extraordinários para o Estado brasileiro agora estão sendo descontados do Imposto de Renda da empresa, enquanto os trabalhadores brasileiros e a classe média estão sem o reajuste da tabela do Imposto de Renda há vários anos. E, para a grande maioria da população, o que eles têm é aquilo que aconteceu na comemoração dos 500 anos, na Bahia: a polícia, a repressão.

Temos que ter a grandeza, nesta noite, de evitar o processo de "fujimorização" deste País.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nobre Deputado, queira concluir.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Precisamos sepultar os defuntos da ditadura, que eles querem recolocar como Lei de Segurança Nacional, a exemplo do Dops, para tratar da reforma agrária. Por isso, fizemos censura ao líder do MST.

Toda vez em que esta Casa teve a grandeza de assumir suas prerrogativas de poder, em sintonia com as aspirações da população, foi capaz de escrever uma nova história.

Hoje, temos oportunidade de dizer que, como representantes do povo, queremos ser ouvidos e influir no rumo da economia. Queremos, acima de tudo, mudar o percurso da história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ayrton Xeréz. V. Ex^{as} dispõe de cinco minutos.

O SR. AYRTON XERÉZ (PPS – RJ) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, estamos em uma sessão do Congresso para votar uma matéria extremamente importante.

Tenho procurado pautar-me como homem público pela dignidade, probidade e seriedade, como sei que cada um dos Srs. Parlamentares e cada um dos membros do Poder Judiciário e do Poder Executivo certamente o fazem em seus ministérios habituais, em seus ofícios diários.

Entretanto, quero deixar consignada, em nome do meu Partido, o Partido Popular Socialista, o PPS, a minha estranheza e, mais do que isso, a minha de-

cepção com referência aos termos e às palavras que ouvi do Presidente da República, quando Sua Exceléncia chamou de demagogia pura as propostas de Deputados e Senadores para elevar o salário mínimo. Sua Exceléncia ainda avisou: "Quem votar contra estará contra o Governo, estará contra mim".

A meu ver, a questão não é quem está contra o Governo ou a favor dele. A questão é quem está a favor do povo ou contra ele; quem é a favor de construir uma Nação forte ou contrário a isso.

Ao longo dos meus cinco anos nesta Casa congressual, poucas têm sido as oportunidades que tenho tido de votar a favor do povo, porque aqui estão representadas as megaempresas, as multinacionais e os sindicatos corporativos de patrões e de empregados; só não vejo representado o povo brasileiro, que precisa de representação.

Srs. e Srs. Congressistas, não gostaria que esta discussão se amesquinhasse em torno de um valor. O PPS tem uma proposta de política salarial que se desdobra ao longo do tempo, de modo que se possa dar ao trabalhador brasileiro não aquele mínimo de que nos fala a Constituição, em seu art. 7º, mas a cidadania e a dignidade, sem as quais este País continuará sob a tutela do Estado tirânico e não será nunca a Nação igualitária, fraterna e solidária que todos nós queremos.

Quero votar matérias de interesse do povo. Hoje, duas propostas têm a preferência da sociedade: uma foi encaminhada pelo Governo Federal; a outra ecoou de forma mais intensa, pois nivelaria – ou nivelará – o salário mínimo num patamar de US\$100.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa apela a V. Ex^a para que conclua.

O SR. AYRTON XERÉZ (PPS – RJ) – Finalizando, Sr. Presidente, o meu Partido não deseja se deixar amesquinhar por uma discussão menor em termos de um aumento irrisório para o salário mínimo. O PPS propugna que o Poder Executivo sugira uma política salarial e de renda para o nosso País de modo a integrar os trabalhadores brasileiros num processo de plena cidadania, resgatando-os da miséria e da mendicância e introduzindo-os num nível de dignidade compatível com o que se espera do ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Mainardi.

O SR. LUIZ MAINARDI (PT – RS) – Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, hoje, nesta Casa, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, temos a oportunidade de compartilhar com o Poder Executivo os rumos deste País. E oportunidades

como esta, infelizmente, são raríssimas, porque o Brasil é marcado pela forte presença ditatorial de um Poder sobre os demais, do Poder Executivo sobre o Legislativo.

Portanto, nesta noite, o Poder Legislativo brasileiro tem a oportunidade de dizer que quer um País mais justo, um País com menos desigualdades. Hoje, o nosso voto pode apontar para que o nosso Brasil seja um País melhor.

Os números, nós conhecemos. A **Folha de São Paulo**, no dia 29 de abril, publicou dados do IBGE, segundo os quais um rico ganha o mesmo que 50 pobres, 1% da população mais rica detém 13,8% da renda total, enquanto os 50% mais pobres, apenas 13,5% do bolo. Esse é o nosso Brasil, e votaremos hoje uma matéria que poderá diminuir essa desigualdade social, uma matéria que beneficiará não apenas 20 milhões de brasileiros, aposentados e trabalhadores, mas o conjunto da sociedade brasileira, porque esses poucos reais a mais no salário mínimo voltarão para o mercado. Os aposentados, os pensionistas, os trabalhadores assalariados não depositarão no banco, em poupança. Eles irão melhorar, um pouco, sua alimentação, poderão comprar um pouco mais de remédios. Esse dinheiro voltará a circular, assim ganhando também o comércio e a indústria. Todos nós ganharemos. Quem pode perder com esse salário?

Não ouvimos manifestações de entidades empresariais contra o aumento do salário mínimo, mas um Governo, absolutamente insensível, que tem na cabeça a única e exclusiva política monetarista e fiscal de controle do déficit público, de criar caixa para pagar os juros para a banca internacional.

Hoje, que votamos uma matéria que atinge o cidadão do interior, dos rincões, das grotas, temos a oportunidade de dizer que queremos participar do futuro deste País, dizer que ele pode ser mais justo.

Não podemos aceitar que o Governo jogue peso, que utilize um orçamento que não é dele, que não é da sua base de sustentação. O Orçamento é dos brasileiros e não para ser utilizado na troca de votos. Hoje, quem vota contra o interesse do trabalhador e do aposentado deve explicações às suas bases. Dizer que conseguiram recursos para os seus municípios, para os seus estados utilizando o dinheiro do povo é uma vergonha que não podemos aceitar.

Hoje temos oportunidade de votar um salário mínimo que ainda não é digno, no entanto, Sr. Presidente, representa um passo decisivo à frente. Infelizmente, este Governo não dispõe de uma política salarial. Se tivéssemos um salário de R\$177,00 e um au-

mento anual de 10%, levaríamos 18 anos para atingir o que determina a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta sessão é histórica. Há cinco anos, o povo brasileiro espera a oportunidade de o Congresso deliberar sobre o salário mínimo. Com certeza, os trabalhadores do campo, da cidade, os aposentados que lotam as galerias, os oito mil companheiros que hoje realizaram um ato público em frente ao Congresso Nacional pela recuperação do salário dos servidores públicos, pela reforma agrária e pelo salário mínimo, querem ver neste painel a posição de cada Congressista. Esta é a grande oportunidade, e, temos certeza, não haveremos de frustrar o povo brasileiro. O povo, depois de cinco anos, poderá ter um parâmetro para definir o seu voto para Vereador, para Prefeito, para Deputado Estadual e Federal, para Governador, para Senador e para Presidente da República.

Sr. Presidente, vou me aprofundar sobre a matéria durante a discussão, mas lembro que, na semana retrasada, aqui votamos, de forma atabalhoadas, o piso salarial. Diziam que o piso salarial dos Estados era fundamental para a votação da proposta do Governo de R\$151,00. Por que o piso salarial está engavetado no Senado Federal, sem a indicação de um Relator? É uma brincadeira de mau gosto.

Tenho aqui um documento, que está circulando na base governista, que esclarece o prejuízo decorrente do piso salarial estadual para os empresários e, por consequência, também para os trabalhadores. Se os empresários vão mal, o mesmo acontece com os trabalhadores.

Passo a ler o documento:

No âmbito dos estados e municípios:

Aumento das demandas judiciais, visto que os servidores CLTs deverão requerer na Justiça.

No âmbito da iniciativa privada, dependendo dos pisos salariais implementados:

1 – Inviabilidade dos setores altamente empregadores, prejuízo da produção agrícola, da agroindústria, da construção civil, setores exportadores manufaturados e serviços;

2 – Estímulo da exportação de matérias-primas sem valor agregado. Exportar matérias-primas é exportar empregos;

3 – Aumento das importações de manufaturados, diminuindo a produção nacional, com falência de

vários setores – documento que entregarei posteriormente aos Líderes do Governo, se quiserem cópia;

4 – Aumento do déficit comercial e o consequente aumento da demanda de capital internacional e dos juros – e também problemas seriíssimos já que não diminuem a taxa de juros;

5 – Migração das empresas e trabalhadores entre os Estados, com o aumento de demandas sociais: habitação, segurança, saúde e educação;

6 – Quebra da estabilidade econômica.

Por que no Senado Federal ainda não votaram o piso, já que não era uma proposta fajuta e não necessitaria de andamento? Porque não havia interesse. Porque, sabiam eles, era apenas para dar a impressão de que seria votado aqui o piso naquele momento e que, posteriormente, votariam os R\$151,00. Por isso não encaminharam. Mas, como naquele debate eu disse também que havia recursos na Previdência, aprofundarei o assunto na discussão e entregarei os documentos agora, se quiserem cópia. A fonte é a Secretaria do Tesouro Nacional, fluxo de caixa, demonstrando que apenas no primeiro trimestre deste ano a Seguridade Social está com um superávit de R\$9,9 bilhões.

Quando debatemos o assunto, Sr. Presidente, até os jornalistas me perguntam: se a Previdência, de fato, não está falida e há recursos – entrego o documento a quem quiser para depois debater na discussão – por que essa maldade do Governo em se negar a...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Apelo a V. Ex^a que conclua, pois há vários oradores inscritos.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – ... dar um reajuste de R\$26,00, prejudicando assim os trabalhadores do campo e da cidade e os aposentados e pensionistas?

Não são apenas 12 milhões de prejudicados, mas 18 milhões de aposentados e pensionistas, se aprovada a proposta do Governo vinculada ao piso, que V. Ex^a dizem que vão ratificar. Só se hoje disserem que não mais aprováram o piso. Se aprovado o piso, haverá dois salários no País; um salário mínimo nos Estados, mas o aposentado ficará engessado definitivamente.

Quero concluir com um círo dado, Sr. Presidente. Eles estão dizendo que concedem mais do que a inflação ao darem os R\$151,50. Mentira! O IGPD1 deu 12,8%. Esse é o índice da inflação usado para o cálculo do salário mínimo desde 1996, cujo percentual foi de 11,5 e, para o aposentado, 6.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa apela a V. Ex^a para que conclua, nobre Deputado. Vários Colegas seus estão inscritos. A lista é bem extensa.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Entendo que o melhor aplauso é o silêncio do Plenário, porque S. Ex^a estão entendendo que coloco de forma pontual questões importantíssimas que vão ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sabe V. Ex^a que o melhor aplauso é o cumprimento do Regimento. É esse o apelo da Mesa.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, na certeza de que essa Casa não vai se acovardar ante a pressão do Sr. Presidente da República. Essa Casa votará com soberania, com independência, com grandeza e com generosidade. Por isso, haveremos de aprovar aqui os R\$177,00, numa homenagem aos oito mil trabalhadores que estavam aqui na frente e aos 400 que estão neste momento nas galerias. Viva os R\$177,00! Viva o Congresso Nacional! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Com a palavra o Deputado Professor Luizinho.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT - SP) – Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^o e Sr^a Congressistas, vamos assistir, hoje, a mais um exemplo de como o Governo parece ter horror aos pobres e despossuídos. Refiro-me a um Governo que tem feito de tudo para persegui-los. Não há medida, não há limite para retirar direitos, para subtrai-los, para reduzir, piorar e degradar a condição social dos trabalhadores deste País.

Nessas iniciativas, são visíveis a tentativa de desregularizar o contrato de trabalho, de torná-lo precário, na Reforma Administrativa e da Previdência. São ações, repito, com o objetivo de perseguir os despossuídos, os mais pobres, os que têm menos condições de arcar com suas necessidades. Deverá ser votada uma taxação sobre o benefício de viúvas e pensionistas, de aposentados. São medidas violentas para atingir os setores pobres deste País. O Governo negociou a dívida dos ricos, mas nada fez pelo acordo no qual se comprometia a negociar a dívida dos pequenos e microprodutores do campo. Apresenta uma medida provisória que reafirma a história dos juros sobre juros, sabendo quão profunda e prejudicial é para os pequenos e microempresários tanto do campo como da cidade e também para o conjunto do povo brasileiro, para poder atender às necessidades e exigências do capital.

Este Governo não tem medido esforços para impor medidas que retirem, subtraiam direitos aos trabalhadores. Em relação ao salário mínimo, a ação e a virulência são exatamente as mesmas. Ele propõe a concessão de um salário mínimo que não considera a inflação no período, argumentando que um valor mai-

or para este salário poderia prejudicar, até mesmo destruir a Previdência e os Municípios.

Só que hoje começa a surgir a verdade; apresentando o custo, o ônus para o segmento dos empresários brasileiros. Ora, não conseguimos entender, todas as medidas para favorecer o capital, para resguardar os lucros do capital, todas as medidas para devolver e dar, na lógica de mercado defendida por este Governo, ao capital os prejuízos que teriam por suas irresponsabilidade, por suas aventuras na luta e na ciranda do mercado. Este Governo prontamente agiu para dar respaldo ao Proer, ao Marka, ao FonteCindam, dando os dólares necessários para que arcassem e superassem o prejuízo que teriam com o ataque especulativo sobre nossa moeda. É a renegociação de dívidas não apuradas e de denúncias feitas no País sobre corrupção, com amplos setores e segmentos. É a não apuração de toda privatização do Sistema Telebrás. É o BNDES, que, em vez de financiar no campo a produção de alimentos ou na cidade as pequenas e microempresas ou indústrias, financia privatizações que tiraram do povo brasileiro o seu couro, sangue e suor. É o empréstimo a Ford para tirar empregos de um canto do País, mandando para outro. É o dinheiro do povo brasileiro para uma das maiores montadoras e empresas do mundo. Nesses casos, não houveram problemas. Era dinheiro do povo brasileiro, daqueles que pagam impostos no País e os trabalhadores os pagam e o fazem no holeite. Não teve nenhum problema, não teve dó.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Professor Luizinho, a Mesa apela a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento e concede a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agora, quando se trata de examinar o salário mínimo, é inadmissível essa discussão sob o argumento de que a concessão de aumento quebra, destrói a economia brasileira. Resgatar do Imposto de Renda o ágio que pagaram na privatização e abater desse imposto o lucro que o Estado teria ganho com ágio das privatizações não prejudica a economia brasileira. Mas o salário mínimo de R\$177,00 prejudica a economia brasileira. Ora, só há um significado para isso: para este Governo, tudo aos poderosos, o que puder e o que não puder – o que não puder, encontramos de onde tirar para poder dar – aos pobres, miséria, fome e destruição. É um Governo que tem horror ao seu povo pobre e oprimido.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Antônio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI (PT – SP) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, eu gostaria de discutir os argumentos do Governo em relação à questão do salário mínimo.

Em todos os debates que travamos durante este ano, o Governo apresentou três argumentos que impossibilitavam, no seu ponto de vista, um aumento maior ao salário mínimo. O primeiro deles é o argumento relativo aos recursos disponíveis no Tesouro e aos recursos arrecadados para a Seguridade Social. O segundo argumento do Governo é relativo ao processo inflacionário, que pode redundar em aumento do salário mínimo. O terceiro argumento é a questão do aumento do trabalho informal, se houvesse um aumento significativo do salário mínimo. Estamos, nesses últimos meses, demonstrando que todos esses argumentos são falsos, nenhum se sustenta na realidade dos números e do processo econômico e social brasileiro.

Em relação aos recursos, os três primeiros meses deste ano demonstram não só que existem recursos suficientes para pagar um salário mínimo melhor, como demonstram que a arrecadação do Governo está superior àquela prevista pelo Orçamento de 2000. No mês de janeiro, o Governo tinha orçado uma receita prevista de 3,9 bilhões e arrecadou 4,3 bilhões; no mês de fevereiro, havia orçado uma arrecadação de 3,8 bilhões e arrecadou 4,1 bilhões; no mês de março, orçou 4,1 bilhões e arrecadou 4,4 bilhões. Portanto, em apenas três meses, Srs e Srs. Congressistas, o Governo arrecadou 991 milhões a mais do que estava inscrito e previsto no Orçamento deste ano. Dessa forma, há, sim, já nos primeiros três meses do ano 2000, condições suficientes para um aumento substancial do salário mínimo.

E se quisesse o Governo buscar mais recursos tributários para garantir um aumento adequado, poderia acentuar a ação da Receita Federal, principalmente sobre o capital financeiro. A Receita, esta semana, multou o Banco Bozano, Simonsen S. A. em 1 bilhão, porque estava operando fuga de impostos a partir da manutenção de empresas em paraísos fiscais. Essa situação demonstra o quanto os bancos brasileiros deixam de pagar impostos; deixam de dar às receitas públicas as condições necessárias para o desenvolvimento do País.

Srs e Srs. Congressistas, queremos também discutir o argumento do efeito inflacionário do aumento do salário mínimo. Já é intensamente discutida, na

economia do País, a falsidade desse mecanismo de querer atribuir aos salários os efeitos inflacionários. Todavia, raciocinemos sob o ângulo do Governo, sob o argumento de que o aumento do salário mínimo possa provocar, de fato, um processo inflacionário.

No Orçamento de 2000, há previsão de crescimento da economia de 4% do PIB e previsão de inflação de 6%, com uma pequena variação para mais ou para menos. Srs e Srs. Congressistas, se haverá inflação este ano, façamos com que o processo econômico se desenvolva nos setores mais frágeis da economia, que estão alijados de qualquer direito mínimo à renda, conforme amplo estudo do IBGE, no ano passado, em que ficou demonstrado que 1% da população brasileira hoje ganha o mesmo que 50% da população. Uma pessoa da classe mais alta está ganhando mais do que 50 pessoas das classes mais baixas. Essa distribuição de renda é vergonhosa. Não se constrói um país justo com esse nível de distribuição de renda.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Conclua, Deputado Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI (PT – SP) – Sr. Presidente, vou concluir.

Não teremos o desenvolvimento econômico que almejamos e o País justo que queremos com o nível vergonhoso e vexatório de distribuição de renda que os próprios dados do Governo demonstram. É um nível brutal de concentração de poder, de cultura, de ensino e de renda que a distribuição por meio do salário mínimo e dos fundos de combate à pobreza poderiam começar a reverter, Sr. Presidente. É por isso o nosso voto, que confirmaremos neste dia, por um salário mínimo de R\$177,00, que é pouco, mas é o início da reversão desse quadro absolutamente inconcebível de má distribuição de renda neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Carlito Merss.

O SR. CARLITO MERSS (PT – SC) Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, não vou me ater muito aos números, aos dados, porque quando se fala do Sr. Fernando Henrique Cardoso é bom esquecer o que foi dito e o que foi escrito.

Com certeza, não podemos esquecer os últimos cinco anos: o desmonte do Estado brasileiro; a inserção submissa de uma globalização que impõe aos países do Terceiro Mundo verdadeira exportação de capitais; a forma como se privatizaram diversas empresas no Brasil, com o apoio do banco que deveria ser o banco do desenvolvimento social deste País; a

forma vergonhosa como foram salvos os bancos, por meio do Proer, mostrando claramente a posição e o lado deste Governo, que, claramente, para não esquecer quem o financiou, o tempo todo, ajudou a salvar os bancos incompetentes que se utilizaram de altos juros e conseguiram a proeza de quebrar.

Também não podemos esquecer a forma como se conseguiu o segundo mandato. Os valores, até hoje, estão claros na memória de muitos brasileiros: os 200 mil que custou cada voto para a emenda da reeleição terão de ser lembrados, sim. Mas, fundamentalmente, temos de, a cada dia, lembrar da fase mais autoritária e mais truculenta com que este Governo tem se posicionado junto aos brasileiros. Não é possível que assistamos impássíveis à forma autoritária da repressão em Porto Seguro, Bahia, que lembra, sim, o período mais negro da ditadura militar e principalmente o modo como se reprimiu um dos movimentos mais legítimos que este País já teve: o Movimento dos Sem-Terra. Evidentemente, há dois Cardosos mandando neste País.

O dia de hoje é histórico e memorável, porque temos clareza de que alguns números devem ser apontados esta noite. Vou me ater a alguns deles, Srs. e Sras. Congressistas. Vamos falar dos cargos comissionados existentes hoje no Governo. O PFL tem 29,6% dos cargos comissionados. Repito, o PFL tem 29,6% dos cargos comissionados. Daí essa dificuldade de dar cabo à demagogia de até dois dias atrás em torno da defesa do trabalhador. O PSDB tem 27,6% dos referidos cargos; o PMDB – não sei se aí está incluída a tentativa de resgate do PMDB – 26,3%; o PPB, 16,5%. Quanto ao PTB, não tenho dados, mas gostaria que principalmente os novos petebistas se lembressem de um figura chamada Getúlio Vargas ou, pelo menos, do trabalho sério feito pelo Deputado Eduardo Paes na Comissão que foi esvaziada pelo Presidente da República. Seria fundamental que os aposentados e assalariados que estão nas galerias brasileiros que não agüentam mais Deputados e Senadores baterem nas suas costas pedindo voto – soubessem, e se lembressem disso nas próximas eleições, quais foram os Congressistas que bateram em suas costas pedindo votos e aqui votaram contra eles.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa faz um apelo a V. Ex^a no sentido de que conclua seu pronunciamento, nobre Deputado, pois a lista de oradores inscritos é extensa.

O SR. CARLITO MERSS (PT – SC) – Com certeza, Sr. Presidente. Todos os trabalhadores e aposentados deste País têm de saber quais os Parlamen-

tares que batem em suas costas pedindo voto e que aqui votam contra eles.

Para resgatarmos um pouco de dignidade seria mister, pelo menos, um salário mínimo de US\$100, valor ridículo, equivalente a R\$177,00, mas nem isso se tenta conseguir para os trabalhadores e aposentados.

Portanto, fiquem de olho nos demagogos que, durante o período eleitoral, se aproveitam. Com certeza, o povo está de olho vivo nas próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao Deputado Babá.

O SR. BABÁ (PT – PA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Congressistas, companheiros trabalhadores, há uma matéria do Emir Sader, no **Correio Braziliense**, que diz o seguinte: "O vulcão sobre o qual dormimos". Esse é o título da matéria que começa dizendo assim: "...En la lucha de clases todas las armas son buenas. Piedras, noches, poemas...". E faz uma citação de um pensador conservador, chamado Alexis de Tocqueville, em 1848, às vésperas de estourar o movimento revolucionário: "Nós dormimos sobre um vulcão... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez?"

Dirijo-me aos Srs. Deputados da base governista, aos candidatos a prefeito, que representam um terço desta Casa e que terão de prestar contas de seu voto: se aprovou um salário mínimo de R\$151,00 ou de R\$177,00.

A realidade não pode passar despercebida; não adianta porque não há engano. Nós, dos sindicatos, faremos questão de estampar nos **outdoors**, nos cartazes, os nomes dos parlamentares que votarem no valor de R\$151,00. Ainda há tempo de V. Ex^a pensarem e repensarem porque, dependendo do "General" Fernando Henrique Cardoso, a resposta será a repressão. O "General" Fernando Henrique Cardoso baixou uma lei para a sua base governista, dizendo que quem não votar a favor do novo valor de R\$151,00 para o salário mínimo perderá os cargos em comissão. Será que V. Ex^a não têm um mínimo de vergonha de votarem por causa dessa ameaça?

Srs. e Sras. Congressistas, este País está sob um turbilhonamento. V. Ex^a podem ver nesta revista as imagens de cenas ocorridas no Paraná, onde o Governador, único judeu nazista, Sr. Jaime Lerner, matou um trabalhador durante a mobilização dos sem-terra, como se fosse resolver o problema da reforma agrária. Nessa ocasião, veio não o General Cardoso, testa-de-ferro, mas o "General" Fernando Henrique Cardoso, com o "Coronel" Jungmann e o "Coronel" Ministro da Justiça, mandando aplicar a Lei

de Segurança Nacional naqueles rebeldes, naqueles baderneiros. E vão fazer o mesmo com os trabalhadores públicos que estão em greve.

Há um turbilhonamento neste País, e só V. Ex^{as} não querem perceber. Não pensem que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra calará por causa da repressão. E os aposentados também não ficarão parados neste País esperando morrer à mingua; a água chegou ao pescoço e ninguém gosta de morrer afogado. E por isso que os servidores públicos estão em greve em todo o País. Há greves estourando por todo lado.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, é uma vergonha dizer que não há dinheiro. No mesmo dia em que disse que o valor do salário mínimo não poderia ser superior a R\$151,00, o Ministro Malan mandou pagar R\$10 bilhões ao Fundo Monetário Internacional a título de adiantamento. Todos sabem que o Sr. Pedro Malan é um funcionário do FMI incrustado no Governo brasileiro, que, por sua vez, é dirigido por uma marionete como o Sr. Fernando Henrique Cardoso, a serviço dos grandes banqueiros.

Essa é a realidade deste País. Os Srs. Deputados terão de prestar contas de seus votos. É o mínimo que poderão fazer para aqueles trabalhadores que votaram neles acreditando que viriam a esta Casa para votar a favor do trabalhador. Hoje essa verdade virá à tona e será mostrada à classe trabalhadora.

Então, entre a ameaça do Sr. Fernando Henrique e a obrigação de prestar contas aos trabalhadores, se eu fosse V. Ex^{as}, candidatos a prefeitos ou Deputados da base governista, ficaria do lado do povo. O Presidente da República está resolvendo o problema dos banqueiros internacionais e dos nacionais que são seus amigos.

Por isso, V. Ex^{as} precisam perceber que essa cena do Governador Jaime Lerner mandando matar um trabalhador já se repetiu no Estado do Pará em maior extensão com o Governador do PSDB, Almir Gabriel. Sr. Presidente, eles estão ficando especialistas em chacina. O Governador Jaime Lerner, o único judeu nazista, mandou matar trabalhadores. Queremos dizer aqui que os trabalhadores, os aposentados inclusive, estão saindo às ruas e vão continuar se mobilizando. Por isso, o mínimo que esperamos é que os Srs. Parlamentares escutem a voz do povo, e não a voz de um senhor que diz uma coisa hoje e amanhã diz outra. Ele paparicou o Presidente do Senado num dia e no outro dia o atacou. Portanto não merece o respeito da classe trabalhadora, e isso V. Ex^{as} têm que perceber, senão pagarão o preço.

Durante o discurso do Sr. Babá, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.019-1 DE 20 DE ABRIL DE 2000

Medida Provisória nº 2.019-1, publicada no dia 22 de abril de 2000, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências", tendo,

– Parecer nº 11, de 2000-CN, da Comissão Mista, com adendo, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2000 (Mensagem nº 351/2000-CN – nº 506/2000, na origem).

– Prazo: 21-5-2000.

A discussão da medida provisória foi encerrada na sessão do dia 26 de abril.

À medida foram adicionadas 24 emendas, perfazendo o total de 55 emendas. A Comissão Mista encaminhou a matéria e concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão.

Em discussão a medida provisória, as emendas e o projeto de conversão.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^{as}.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de, conclamando todas as Lideranças da Oposição, dizer que, com alguns Líderes oposicionistas, foi feito um acordo no sentido de fazermos um encaminhamento no qual estaria suprimida a discussão da matéria, passando-se diretamente à orientação das Lideranças e à votação. Não haveria, pois, repito, discussão da matéria.

Peço, portanto, a presença dos Líderes da Oposição para confirmarmos o entendimento segundo o qual passaríamos imediatamente à votação, em primeiro lugar, das emendas com parecer contrário. Votaríamos, em globo, a matéria e, em seguida, o projeto de lei de conversão.

Esse foi o entendimento firmado: sem o encaminhamento e sem a discussão da matéria, passando-se diretamente à orientação das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Sr. Deputado Aloizio Mercadante. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há agora um apelo das Lideranças da Oposição, particularmente do Deputado Aloizio Mercadante, no sentido de que apenas seja dada a palavra àqueles já inscritos: são três a favor e três contra. Daí, passaríamos à orientação da Bancada. Não vamos fazer disso um cavalo de batalha; não vou criar uma discussão nova com relação a isso. Portanto, da nossa parte, está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Fica então restabelecida a discussão?

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente, ainda que não tenha sido esse o entendimento feito há alguns minutos. Todavia, diante do apelo feito, diferente do acordo, acatamos a proposição para não criar uma dificuldade maior neste momento.

Após, haverá apenas a orientação dos Líderes. Repito: vamos confirmar essa parte do entendimento, segundo a qual, na orientação de votação, só os Líderes Partidários falarão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, somente os Srs. Líderes farão uso da palavra para instruir as suas Bancadas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei, em prazo hábil, à Secretaria da Mesa uma emenda aglutinativa substitutiva global ao texto do projeto de lei de conversão. A Secretaria da Mesa do Senado não a recebeu, alegando que, em medida provisória, não cabe emenda aglutinativa substitutiva global, exceto se apresentada em plenário com o acordo geral das Lideranças. Peço que V. Ex^a me corrija se não for esse o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É esse o entendimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Levanto, pois, a questão de ordem, Sr. Presidente.

Não existe vedação, quer seja na Resolução nº 01-CN, quer seja no Regimento do Senado, sobre emenda aglutinativa a projeto de lei de conversão. A emenda aglutinativa, pelo Regimento da Câmara dos Deputados, pode ser apresentada em qualquer momento da sessão, inclusive durante o processo de votação.

Temos algumas indagações, Sr. Presidente. Entretanto, quando trago a questão de ordem a V. Ex^a, não trago um conjunto de esperanças de vê-la resolvida favoravelmente; mas, pelo menos, fixarei jurisprudência para que, em momentos assemelhados, quando interessar à base do Governo apresentar emenda aglutinativa em medida provisória, já haverá uma deliberação denegatória da Mesa, para que o princípio seja igual. Como a apresentação pura e simples à Secretaria não criaria jurisprudência, trago o assunto ao Plenário.

Além disso, Sr. Presidente, esta medida provisória contém uma gravíssima imperfeição, incontornável, no meu ponto de vista, sob o ângulo da Constituição Federal. Na reedição do texto da medida provisória para o salário mínimo do ano 2000, o Poder Executivo incluiu as medidas provisórias de quatro ou cinco anos anteriores.

Dispõe o art. 62, parágrafo único da Constituição Federal:

Art. 62 (...)

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

Não tenho, assim, como aplicar o mandamento constitucional, que é o decreto legislativo regulamentando os efeitos da perda de eficácia daquelas quatro medidas provisórias do salário mínimo – de 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995. Quero votar a favor dessa parte da medida provisória, convalidando o salário mínimo naqueles anos. Por quê? Porque não há como fazer o decreto legislativo; não há como cumprir a Constituição. Entretanto, quero votar contra a medida provisória que arbitra o salário mínimo em R\$151,00, porque quero ver aprovados os R\$177,00.

Assim, a emenda aglutinativa, apresentável durante a sessão, poderia ser no sentido de separar os textos anteriores do atual, por uma questão de coerência. Em tese, a medida provisória pode ser derrotada; o projeto de lei de conversão, que tem preferência na votação, pode ser derrotado. Assim, veja V. Ex^a

que absurdo: o salário mínimo voltaria a ser R\$67,00, por exemplo.

Então, a medida provisória, como foi reeditada, é absolutamente ofensiva ao direito subjetivo do congressista de exercer o seu mandato. Quero votar a favor da convalidação do salário mínimo dos últimos cinco anos, e não quero votar a favor do salário mínimo de R\$151,00, porque quero R\$177,00. Essa é uma imperfeição cuja correção só seria possível, como consta do parecer do Relator oferecendo o projeto de lei de conversão, que aqui está sendo apresentado, pela via da emenda aglutinativa.

Penso que, retirada a última parte da apresentação do parecer, mas em qualquer momento, tem que ser aplicado o Regimento da Câmara dos Deputados, admitindo emenda aglutinativa, quer seja substitutiva global ou não, à medida provisória, sob pena de ficarmos diante de uma aberração dessa natureza.

Se V. Ex^a me permitir, como a outros companheiros que estão colaborando também, pondero que eu não posso ser levado a votar contra o salário mínimo de cinco anos atrás para poder votar contra aquilo que realmente quero votar.

Esta, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a confirma que a emenda aglutinativa de V. Ex^a é ao PLV?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É substitutiva ao PLV. Poderia ser à medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Infelizmente, não cabe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E à medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Evidentemente, que não, pois dia 27 esgotou-se o prazo de apresentação de emendas à medida provisória.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, V. Ex^a confirma que mesmo emenda aglutinativa só é possível no prazo de emendamento na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Confirmo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E isso valerá para todas as circunstâncias.

Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma direção, eu gostaria de fazer uma pergunta à Presidência. Apresentamos, de autoria do Deputado Paulo Paim, uma emenda de natureza aglutinativa global, dentro do prazo regimental, à medida provisória. Trata-se, repito, de uma emenda substitutiva global apresentada dentro do prazo e aceita pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Existe e é suscetível de votação. É a Emenda nº 51.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Essa emenda pode ser incorporada a um requerimento de votação em globo das emendas ou, por sua natureza, obrigatoriamente precisará ser votada em separado? Ela tem a preferência de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Só poderá ser votada em separado, se o Plenário assim o decidir. Caso contrário, terá que ser votada em globo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Com o requerimento de preferência, ela poderia ser votada em separado?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se o Plenário aprovar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Uma proposta de requerimento de preferência?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Exatamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MILTON TEMER (PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Milton Temer.

O SR. MILTON TEMER (PT – RJ) Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, formulo esta questão de ordem em defesa da imagem do Congresso Nacional. Por ocasião da votação da emenda da CPMF, fiz uma representação à Mesa da Câmara contra o Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo na Câmara, porque, de forma pública, comprometia a imagem do Congresso fazendo a seguinte afirmação: "Os ministros ficarão à disposição dos Deputados no dia da votação". O que foi dito naquela ocasião? Que o Deputado Arnaldo Madeira, de forma clara, comprometia a Câmara – o que a Casa não poderia aceitar – com a chamada concep-

ção de subordinação ao Executivo em função de troca de favores.

Lamentavelmente, na questão do salário mínimo, arrefeci na representação, não levei ao extremo, porque conversei com o Deputado Arnaldo Madeira, mas quero recuperá-la, pois acho fundamental neste momento.

O JORNAL DO BRASIL de hoje, em reportagem da jornalista, muito bem informada, Sônia Carneiro e de Paulo Fona, relata em um dos seus parágrafos o seguinte episódio sobre a reunião no Palácio do Planalto: O Presidente conversou por 45 minutos com Maciel, o Vice-Presidente, o Ministro Aloísio Nunes e o Líder do Governo na Câmara, Deputado Arnaldo Madeira. O Líder advertiu que era necessária a interferência direta dos ministros para garantir o resultado da votação.

Essa expressão, Sr. Presidente, vai no mesmo sentido da expressão usada durante a CPMF, qual seja, de que esta Casa toma a iniciativa, por intermédio de suas lideranças, de sujar a votação, condicionando a posição dos deputados não só à ameaça do Executivo como também a acordos com Ministros.

Gostaria de ouvir do Líder do Governo na Câmara o desmentido dessa informação. Caso isso não seja feito, farei novamente uma representação à Corregedoria, deixando claro que as Lideranças do Governo nesta Casa operam como intermediários de negociação de liberação de emenda e cargos para influir na votação de medidas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos iniciar a discussão.

O SR. ARNALDO MADEIRA (Bloco/PSDB –SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARNALDO MADEIRA (Bloco/PSDB –SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Milton Temer levanta uma questão de ordem que diz respeito à minha pessoa, e eu gostaria rapidamente de esclarecê-la.

Primeiro, não conversei com nenhum desses jornalistas e não sei a origem dessa informação. Na vez anterior, ocorreu algo semelhante, já sendo a segunda vez que o Deputado Milton Temer levanta questões a respeito do meu comportamento.

Os que me conhecem sabem que sou muito cuidadoso com aquilo que falo. Lamento que S. Ex^a continue insistindo nesse tipo de abordagem com relação à minha pessoa no momento de apreciação de uma matéria importante. Evidentemente, não conversei

coisa alguma a respeito do tema que Ex^a está tratando a partir da leitura de um jornal diário deste País.

Sr. Presidente, era esse o esclarecimento que eu queria fazer de imediato, sem me alongar mais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Dada a explicação, tem a palavra o Deputado Pedro Eugênio, primeiro orador, para discutir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra pela ordem.

Com a autorização do orador, se V. Ex^a consentir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a respondeu ao Deputado Aloizio Mercadante que a preferência requerida para uma emenda destacada seria votada se fosse aprovada pelo Plenário, mas haverá votação em globo de emendas.

A questão de ordem que formulo é na direção de preservar, antes da votação em globo, o requerimento de preferência. Pergunto a V. Ex^a: votados em globo os destaques, fica prejudicado o requerimento de preferência? O que V. Ex^a respondeu – e está consignado nas notas taquigráficas – é que, se o Plenário assim o deliberar, a preferência será examinada e o requerimento, submetido ao Plenário.

Então, nessa linha, já diante da deliberação de V. Ex^a, formulo o seguinte: essa deliberação do Plenário será provocada por V. Ex^a antes da votação em globo dos destaques ou depois da votação em globo dos destaques? A votação em globo não prejudica a preferência?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A votação em globo não prejudicará a preferência e será feita antes da preferência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Será votada antes da preferência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A votação em globo será feita antes da preferência e, após, entrará o requerimento de preferência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Após a votação em globo entra o requerimento de preferência. Antes, portanto, da matéria principal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria principal virá depois da votação da preferência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Depois da votação da preferência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio, para discutir.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PPS – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, ao longo de todo esse período em que discutimos nesta Casa o salário mínimo, nós do PPS tivemos oportunidade de apresentar a esta Casa e à Nação uma proposta consistente, articulada, responsável, realista, que enfrentava a questão do salário mínimo não apenas pontualmente, no que diz respeito a este ano, mas recuperando o sentido explícito da Carta Magna, que reza que o salário mínimo deve ser capaz de enfrentar as despesas essenciais de uma família. Estabelece a nossa proposta uma política progressiva de recuperação do salário mínimo que, ao longo de dez anos, seja capaz de estabelecer no País o que hoje teria o valor de R\$924,00, um mínimo efetivamente capaz ser apresentado à sociedade como digno desse nome.

Sr. Presidente, tivemos o cuidado de fazê-lo de forma progressiva, apontando um valor para este ano de R\$216,00, exatamente 1/10 do caminho que teríamos de percorrer ao longo dos dez anos. E tendo a consciência de que o aumento de salário mínimo efetivamente repercute nas contas da Previdência, uma vez que existe a associação necessária entre o salário mínimo e o piso previdenciário, levantamos fontes alternativas de financiamento e propusemos à Comissão do Salário Mínimo, cujo Relator, Deputado Eduardo Paes, teve a oportunidade de chegar a uma conclusão, levando em consideração diversas fontes. Nossa Partido fundamentalmente propôs duas fontes: o Fundo da Pobreza, capaz de agregar 500 milhões por mês a esse financiamento, e uma mudança na base de cálculo da contribuição previdenciária patronal, que incide sobre a folha, onerando-a, incentivando a informalidade e o desemprego, e passando a contribuição previdenciária numa alíquota de 1,3% a mais, incidindo sobre o faturamento, fazendo com que as grandes empresas intensivas e capital contribuíssem muito mais do que hoje fazem, ao invés daquelas que hoje contribuem mais, que são as pequenas e médias empresas.

Nada disso sensibilizou aqueles que tiveram a oportunidade de juntar-se às forças de oposição e que propunham e propõem um salário mínimo mais digno. Nada disso sensibilizou o Governo no sentido de abraçar e aceitar uma proposição responsável como essa. Pelo contrário, os argumentos foram colocados para a opinião pública, procurando massificar

um engodo e uma inverdade: que esse salário mínimo maior, seja o de R\$216,00, seja aquele equivalente a US\$100,00 proposto por diversos outros partidos, qualquer um causaria inflação. Que inflação, se todos sabemos que a inflação é causada quando há aumento de demanda numa economia aquecida? A economia brasileira está extremamente desaquecida. A capacidade ociosa média do parque industrial é de 20% e, em alguns setores, muito maior. Que inflação é essa, se a demanda gerada pelo salário mínimo no bolso do povo, no bolso do mais pobre dirige-se não a setores oligopolizados, mas a setores concorrenceis que produzem os bens básicos no mercado interno? Os pressupostos da inflação, portanto, não estão colocados e todos nós sabemos disso.

Afirma-se que o salário mínimo não seria capaz de modificar quase nada, porque não tem importância. Mas como não tem importância, se temos cerca de quatro milhões de trabalhadores no setor formal recebendo salário mínimo; dez milhões de trabalhadores no setor informal que recebem o salário mínimo; 12 milhões de trabalhadores aposentados recebendo o salário mínimo, cerca de 20% do PIB nacional?

Estudos que examinamos na Comissão do Salário Mínimo, estudos da Fundação Getúlio Vargas, da Unicamp, mostram que nada mais eficiente, nada mais eficaz para combater a pobreza com repercussão imediata – isso com base no exame do que aconteceu em 1995, quando o salário mínimo teve um aumento nominal de 26% – do que o aumento substancial e real no salário mínimo. E mais, que esse aumento no salário mínimo é capaz, imediatamente, de fazer com que essa distribuição de renda se dê também no setor informal da economia. Estudos também examinados com muita responsabilidade e que constam do relatório da Comissão do Salário Mínimo mostram que o salário mínimo oficial funciona como um farol da economia, apontando para o setor informal, que, na sua maior parte, na proporção de dois para um, de cada um que recebe esse salário tem o salário majorado mesmo na informalidade.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, não obstante essa discussão ter sido exaustivamente travada; não obstante termos discutido em todos os fóruns, cada um de nós, ou muitos ou talvez apenas aqueles que tenham o compromisso e a preocupação com os destinos do nosso povo, não obstante tudo isso, o Governo insistiu e fechou o diálogo até com a Comissão do Salário Mínimo, que tinha sido formada nesta Casa no consenso de todos os Partidos. E fica-

mos a indagar: por que o Governo, que tem uma Equipe Econômica capaz de fazer contas, capaz de examinar as coisas com propriedade, sabendo que o salário mínimo já teve o valor referenciado, os US\$100,00, em 1995, teme esse aumento agora? O que há? O que temer? O que temem aqueles que assim se comportam?

Parece-me incompetência associada a uma profunda inapetência a enfrentar o mínimo de risco que esteja associado com a melhoria das condições de vida do nosso povo. Toda a sensibilidade desses que fazem a Equipe Econômica e que fazem o Governo está voltada para uma preocupação obsessiva com o equilíbrio financeiro, com as contas financeiras, com a inserção do Brasil não na globalização no sentido da produção e da concorrência entre produtos, mas na inserção dentro do circuito da especulação financeira internacional, na relação com os credores e com aquele que é o gendarme dos interesses financeiros que é o FMI. Essa posição de se dar as costas para o País, que se coloca face a face, indo ao encontro dos interesses externos, é a única explicação plausível que temos para essa posição esdrúxula do Governo, que submete inclusive a sua base parlamentar a esse vexame, aos seus candidatos que terão que enfrentar as urnas em seus municípios, dizendo a todos eles, à toda Nação, que têm cargos e que terão que votar aqui a favor, não de um ideal e de uma posição, mas a favor da manutenção de cargos fisiologicamente estabelecidos e conquistados. Essa é a posição a que a base do Governo foi submetida; aquele que porventura tem a convicção política ou econômica de que o valor que o Governo propõe é o valor correto e está agora misturado com uma base comum, que é a de que todo aquele que votar os R\$151,00, hoje, é para preservar um cargo que talvez muitos dos senhores da base do Governo nem tenham.

Essa situação esdrúxula diminui o Congresso, diminui a todos nós, nos coloca a todos numa posição defensiva, que pode ser, no entanto, resgatada pela posição que todos nós temos tido. E nós do PPS retiramos o nosso pedido de preferência dos 216, que, por direito, por termos colocado, em primeiro lugar, teríamos preferência. Retiramos para que tivéssemos a oportunidade de votar, primeiro, o pedido de preferência dos R\$177,00, em relação ao qual fizemos críticas, pois entendemos que uma referência em dólar não é a melhor referência a ser abraçada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vou transigir com V. Ex^a com um minuto, mas

os próximos oradores terão somente dez minutos. Inclusive, eu poderia baixar para cinco minutos e não baixei. De modo que só V. Ex^a terá esse minuto a mais.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PPS – PE) – Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Para concluir, Sr. Presidente, nós, do PPS, que tivemos a oportunidade de ter um requerimento de preferência, em primeiro lugar, que seria aqui discutido, retiramos esse requerimento para darmos a oportunidade a que esta Casa se pronuncie em relação aos R\$177,00 – que não é a nossa proposta, mas que é uma proposta sobre a qual temos conhecimento, pela vivência e pelo contato com os demais companheiros desta Casa que defendem um aumento maior do que R\$151,00, e que seria uma proposta mais factível de juntar a todos nós. Assim, poderíamos resgatar a autonomia do Legislativo, resgatar a condição que esta Casa tem de dizer à Nação que temos uma posição que é diferente da posição submissa que o Governo tem em relação...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muitos Deputados receberam uma série de tabelas e gráficos que distribuímos e com eles poderão acompanhar. No entanto, como muitos não têm, eu gostaria de fazer uma exposição a V. Ex^as, utilizando vários gráficos.

O Gráfico nº 1 – V. Ex^as devem tê-lo consigo – mostra a evolução do salário mínimo desde 1940 até agora. Esse ponto fora da curva (*Tumulto no recinto...*)...

Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me garantir a palavra? Há pessoas no plenário que estão acostumadas com outros sistemas políticos e não com o nosso, que é democrático.

Voltando à apresentação do gráfico, essa é a evolução do salário mínimo de 1940 até dezembro de 2000.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Há um orador na tribuna que deve ser respeitado no seu direito.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (Bloco/PSDB – SP) – No ano de 1940, tínhamos um valor deflacionado pelos índices do INPC. Em dezembro de 1999, tí-

nhamos um valor equivalente a R\$140,00 para o maior valor do salário mínimo. O menor valor do salário mínimo seria em torno de R\$50,00, correspondente à data de hoje.

Tivemos uma queda muito expressiva durante a década de 40; uma elevação a partir da década de 50, no Governo de Getúlio Vargas; uma queda depois em vários períodos, em vários governos; uma pequena variação durante o período de 1980 até 1990. Em 1990, o salário mínimo alcançou um dos pontos mais baixos. A partir de 1990, e principalmente nesses últimos anos, houve um crescimento do salário mínimo.

Essa é a curva real do salário mínimo, levando em conta, evidentemente, que o salário dos trabalhadores de hoje é acrescido de uma série de vantagens que não existiam à época, como salário-transporte, salário-alimentação, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e décimo terceiro salário.

Essa é a realidade dos últimos sessenta anos.

O Gráfico nº 2, Sr. Presidente, mostra a evolução desde 1994 – deflacionado pelo INPC – numa comparação com dezembro de 1999. Com o valor deflacionado, a média de 1994 é de R\$108,00, média essa que cresce em 1995, em 1996, em 1997, em 1998 e em 1999. Agora, os R\$151,00 significarão 5% – que é o valor real de acréscimo – acima da média de 1999. Somando-se, de 1994 até 1999, houve um aumento de 28%. Aumentando o valor real de 5% desse ano, o aumento real alcançado em relação a cinco anos atrás será de 34%.

O Gráfico nº 3 é referente à relação que se faz entre o salário mínimo e a cesta básica em 1994, que é de 0,68%, ou seja, pouco mais do que meio salário mínimo – pouco além da metade. Essa relação sobe em 1995, em 1996, em 1997; é basicamente mantida em 1998 e sobe em 1999. Em 2000, com o aumento do valor do salário mínimo para R\$151,00, terá havido, em todo esse período, um crescimento, ainda que esse não tenha sido o mesmo que ocorreu de 1994 para 1995.

Isso é apenas uma demonstração do que foi feito pelo Governo Fernando Henrique Cardoso nesse período... Esses gestos representam o tamanho de outra coisa de V. Ex.as. (Risos) Isso daqui quer dizer que esse aumento, que é pequeno em relação ao valor absoluto, mostra crescimento e mostra a ação do Governo.

(Tumulto no recinto)

Queremos dar mais alguns dados. Em vez de gritar, V. Ex.^{as}s poderiam adotar a mesma posição de

respeito que tive quando os ouvi. V. Ex.as não estão acostumados ao processo democrático, não sabem ouvir; estão acostumados com pessoas que apenas gritam. Não sabem ouvir! Não querem ouvir! Não têm capacidade de discussão! Não têm capacidade de levantar as questões reais da economia da sociedade brasileira!

Não adianta fazer gestos! Não adianta fazer sinal! Não me preocupam os gestos de V. Ex.as! Estou disposto a falar e a discutir. Não estão me preocupando os gestos de V. Ex.as! Não me intimidam!

Sr. Presidente, agora vamos falar da questão orçamentária, do aumento salarial, somando-se as despesas do Governo Federal, dos Estados e municípios. Se o salário fosse de R\$151,00 o impacto, em doze meses, seria de R\$2,94 bilhões. Fala o Senador Eduardo Suplicy, que tem suficiente capacidade de ouvir. Depois S. Ex.^a vai contestar, mas pelo menos ouve. Meus parabéns, Senador Eduardo Suplicy!

No valor de R\$151,00, haveria um impacto de 2 bilhões 940 milhões; no valor de R\$177,00, o impacto seria de 8 bilhões 876 milhões com uma diferença, em dois meses, de cerca de 6 bilhões de reais. No ano passado, em 1999, o investimento GND-4, que entra no Orçamento, investimento do Brasil em obras de infra-estrutura ou desenvolvimento social corresponderam a cerca de 5 bilhões. Este ano, o Orçamento mandado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional foi com um investimento de 6,7 bilhões de reais. Isso é para termos uma dimensão comparativa dos valores.

Todos reconhecemos – não há ninguém neste País que não reconheça – que os números são pequenos. O número R\$177,00 que V. Ex.as propõem também é desse tamanhinho, é desse tamanhinho, é desse tamanhinho... Temos a responsabilidade de fazer com que este País, este ano, retome seu processo de crescimento com uma inflação baixa e haja a perspectiva de melhores condições de vida.

Estamos agindo com a responsabilidade necessária e com toda a responsabilidade que o Governo deve ter. Se V. Ex.as têm essa responsabilidade e entendem que pode ser R\$900,00, como propõem alguns dos seus economistas, levem essa sugestão aos Governadores de seus Estados, para que eles estabeleçam o pagamento de R\$900,00, que deveria ser valor do salário mínimo do trabalhador.

Isto sim: façam isso em seus Estados e mostrem que V. Ex.as têm enorme capacidade de dirigir seus Estados. Quando V. Ex.^{as}s dirigirem este País – e, provavelmente, acontecerá, pois em um processo democrático isso será muito aceitável –, estaremos cobran-

do-lhes as irresponsabilidades como as que estão demonstrando agora. Esses são os dados. Quem gosta de falatório e nada mostram são V. Ex^{as}s. Aqui, números estão sendo mostrados. V. Ex^{as}s podem contestar. Têm o direito de fazê-lo. Contudo, não têm o direito de fazer gestos como os que fazem. Isso não é sério! Isso não é responsável. Não são gestos de alguém que queira dirigir o País. Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero informar aos Srs. Líderes – e peço a atenção de todos – que, em forma de acordo, foi feito um tipo de votação. Sem esse acordo, a votação será de outra maneira, conforme manda o Regimento. Ou seja, haverá algumas modificações. É preciso que fique bem claro, para não parecer que mudei de opinião quando falei em determinada posição em relação à preferência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamos saber quem fará a pergunta: que papel é esse que está sobre sua mesa? V. Ex^a anunciou a existência de um acordo. A minha impressão, quando entrei no plenário, por comunicação de um responsável Líder da Oposição, era a de que não havia acordo. Houve várias tentativas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não participei de nenhum acordo, mas fui informado pelos Líderes da sua existência, de modo que aqui estamos fazendo dentro, evidentemente, daquilo que me foi informado. Fora daí, temos as regras regimentais para votação, e as cumprirei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Enquanto fizemos as reuniões e discutimos o acordo, eu estava até convencido de que haveria não um acordo, mas uma combinação de procedimentos. Quando entrei no plenário, fui informado de que não havia mais isso, razão pela qual levantei a questão de ordem. Então, peço agora a todos que prestem os respectivos esclarecimentos publicamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, não há acordo possível quando há duas propostas que a Nação inteira está acompanhando: R\$177,00 ou R\$151,00. Essa é a votação de hoje.

No entanto, nas discussões que tivemos, as Lideranças do Governo afirmaram não haver possibilidade de votação no mérito da emenda de R\$177,00

no plenário e que o procedimento da votação seria a votação em globo de todos os destaques, que é a interpretação do Regimento, que os assessores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal confirmaram, e V. Ex^a agora reafirmou; esse seria o primeiro ponto da pauta.

Perguntamos às Lideranças do Governo se a votação em globo dos destaques incluiria a nossa emenda de R\$177,00. As Lideranças disseram que sim. Desejamos informar que nessa votação a Oposição vai retirar todas as suas emendas e deixar apenas uma: a dos R\$177,00, para que fique bem claro que o procedimento que a Liderança do Governo está construindo é no intuito de tentar impedir a votação de mérito dos R\$177,00. No entanto, ficará claro para o povo brasileiro que aqueles parlamentares que votarem pela retirada em globo, na realidade, estão contra os R\$177,00 e encontraram um artifício regimental para tentar se esconder com esse procedimento. E vamos realizar o debate com a opinião pública dizendo que tal procedimento não esconderá ninguém, porque a emenda que tem que ser votada hoje é a dos R\$177,00, o que o povo – vinte e dois milhões e setecentas mil pessoas – está esperando lá fora.

Em seguida, votaremos uma outra matéria. Se ganharmos, votaremos o mérito da emenda. Queremos ganhar a votação para votar o mérito. Se o Governo derrotar a Oposição, não votaremos o mérito dos R\$177. Nessa votação já ficará claro quem quer e quem não quer os R\$177,00; quem quer aumentar o salário mínimo e quem não quer; quem quer arrochar o salário mínimo e quem não quer. Posteriormente, votaremos a medida provisória dos R\$151,00. Também queremos reafirmar isso, e sabemos da dificuldade de votação, pois não temos a maioria e não temos a possibilidade de estabelecer a regra de votação. Nós vamos votar contra o salário mínimo de R\$151,00. Caso não possamos votar os R\$177,00, votaremos contra, para reabrir a votação do salário mínimo, porque R\$151,00 é uma afronta. Pode apresentar o gráfico que quiser no plenário, que é uma afronta ao povo. O Ministro disse que dá e sobra. Sobram R\$15,00, que são R\$0,50 por dia. São essas duas votações, R\$151,00 e R\$177,00, que o povo lá nas galerias e no Brasil inteiro está esperando neste Congresso. Nós estamos prontos para votar. Vamos à votação e vamos ao confronto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Devo informar que, quando conversei com o Deputado Aloizio Mercadante, colocava essa situação que, se não fosse votado o valor de R\$177,00

porque o destaque seria rejeitado, ficaria claro que quem votou contra o destaque estava votando com os R\$151,00, e não com os R\$177,00. Esse foi o princípio sobre o que conversamos e que ficou mais ou menos assentado. Posteriormente, segundo fui informado, V. Ex^a conversou com outros Líderes para um outro procedimento. O que desejo saber dos Srs. Líderes é o procedimento que foi estabelecido. Fora daí, terei que cumprir aquilo que falei com V. Ex^a: na ocasião do destaque, salientar que quem votasse contra o destaque estava votando contra os R\$177,00.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente, trata-se exatamente disso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não foi o que acertamos?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT SP) – Foi exatamente isso. E V. Ex^a, desde aquele momento, sabia do pretexto que as Lideranças do Governo encontraram para não ficar clara a votação. No entanto, não há pretexto que possa esconder que hoje há duas propostas: R\$177,00 e R\$151,00. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Poderei suspender a sessão por dez minutos para que V. Ex^a se entendam.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB MG) – Não creio que seja necessário. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem, para responder, se possível, à colocação do Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mais do que respondendo, Sr. Presidente, quero cumprimentar o ilustre Líder, Deputado Aloizio Mercadante, pela forma engenhosa por meio da qual recupera o entendimento. Nossa expectativa não era outra, senão a manutenção do acordo firmado agora há pouco, na sala do Líder do Governo nesta Casa, com a presença de várias Lideranças de Governo e de Oposição.

O que ficou acertado no acordo, Sr. Presidente, é preciso que fique claro. Em primeiro lugar, far-se-á a votação nominal do requerimento para votação em globo dos destaques. Os líderes da Oposição dizem que vão retirar seus destaques. Obviamente, esse não é nosso compromisso. Votaremos em globo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Nosso compromisso, não. Nós vamos deixar uma única emenda, a do valor de R\$177,00.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Espero que o Líder, Aloizio Mercadante, possa escutar-me com a mesma atenção que o escutei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado Aloizio Mercadante, está com a palavra o Líder Aécio Neves. Posteriormente, V. Ex^a esclarecerá.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, estou tentando ser bastante pedagógico no que tange ao entendimento. O acordo firmado por todos nós pressupõe, em primeiro lugar, a votação nominal do requerimento para votação em globo dos destaques. A Oposição terá seus destaques e nós os nossos. Será uma votação nominal dos destaques em globo, como acabou de dizer o Líder, Deputado Aloizio Mercadante, não obstante as análises de mérito que fez em relação à questão. Em segundo lugar, votar-se-á o PLV, também nominalmente, aquele que pressupõe o salário de R\$151,00, acrescido da emenda do Deputado Medeiros.

Esse foi o entendimento, Sr. Presidente, esse foi o acordo. As outras votações seriam simbólicas. Além disso, acertou-se que a discussão restringir-se-ia aos seis parlamentares da Câmara, e já se encontra em andamento, além de dois Srs. Senadores, seria suprimido o encaminhamento de votação, havendo apenas a orientação por parte dos Srs. Líderes.

Falamos a mesma linguagem. Eu, apenas diferente do Líder Aloizio Mercadante, falarei do mérito da questão no momento apropriado, no momento em que me for dada a palavra como Líder do Bloco majoritário na Câmara Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, só gostaria de reafirmar, deixando bem claro, que, na votação em globo – e foi comunicado isso desde o início –, só há um destaque da Oposição: dos R\$177,00, porque, como V. Ex^a bem disse, para mostrar bem claro quem é contra ou a favor desse valor. E a segunda votação nominal é dos R\$151,00.

Sr. Presidente, fomos informados de que ou é esse o procedimento de votação ou a base do Governo não vota. Como há cinco anos estamos lutando para ver naquele painel quem está a favor ou contra o salário mínimo, quem é que vai defender os interesses dos trabalhadores e quem é que vai se curvar à pressão do Palácio do Planalto, chegou a hora da verdade: é R\$177,00 e R\$151,00, duas votações nomi-

nais, duas listas, que é o que o Brasil está esperando há muito tempo. Vamos à votação, vamos mostrar claramente a posição de cada Congressista neste Congresso. (Palmas)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, vamos à votação com a firmeza daqueles que querem mudar o País e não têm os olhos voltados apenas para as próximas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o nobre Deputado Professor Luizinho.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) Para discutir. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, o nobre Deputado Alberto Goldman, num gesto de referência ao que falávamos sobre o tamanho do salário mínimo, disse que tínhamos outras coisas desse tamanho. E quero dizer alto e bom som que, para votar em R\$151,00, a vergonha deve estar muito pequena, porque só nessas condições, anulando o caráter e a vergonha, pode-se determinar um salário mínimo desse valor e ainda trazer um gráfico para apresentar ao povo brasileiro.

O gráfico que queremos ver é o resultante da pesquisa sobre o salário mínimo proposto, que as Oposições fizeram no supermercado, fazendo a compra do mês para uma família de quatro pessoas, que gasta apenas com alimentação, sem escola, sem saúde, sem vestimenta, sem lazer, sem cultura que devem compor, como determina a legislação, o salário mínimo. E o Ministro Pedro Malan ainda vem aqui dizer que sobram R\$20,00 do salário mínimo, ofendendo a Casa e o povo brasileiro. Sobra do quê? Da cesta básica, cujos valores eles tão bem calculam? S. Exª pensa que o restante, tudo o mais educação, vestimenta, saúde, moradia, aluguel, transporte, lazer e cultura não compõe nenhuma necessidade do povo brasileiro. Não há necessidade, porque temos até mesmo "um Sistema Único de Saúde dos mais dignos, tratando e cuidando do povo brasileiro". Basta ver as filas do INSS, basta ver as filas dos hospitais públicos ou o fechamento e a anulação!

Srs. Congressistas, penso que a razão do gráfico do nobre Deputado Alberto Goldman deve estar na redução da cesta básica – e vou mostrar aqui – para aqueles que não tinham nenhuma forma de buscar sua alimentação do mês. O Governo teve o desplante, a pouca vergonha de reduzir feijão e arroz da cesta básica. Por que o Deputado não nos mostra o gráfico da seca no Nordeste, do desemprego no País ou os dados sobre os que vivem embaixo dos viadutos, das favelas, dos cantos das regiões metropolitanas? Esse

gráfico é desconhecido para esse senhor. Para ele, não há essa realidade; para ele, a vergonha e o limite é que estamos propondo um reajuste pequeno em relação ao que ele está propondo. Ele não determinou claramente.

Desde que aqui estamos, desde quando lutamos pela questão do salário mínimo, sempre deixamos muito claro: para se fazer uma política de desenvolvimento, o salário mínimo tem peso fundamental, com a sua recuperação gradativa no tempo. E essa recuperação deve se iniciar não de acordo com a nossa vontade, mas, pelas determinações do próprio Governo, com US\$100,00. Essa é uma condição básica de início de recuperação do salário mínimo. É o ponto inicial.

Sr. Presidente, penso que o nobre Deputado Alberto Goldman deveria ter trazido aqui aquele gráfico que mostra bem a realidade da distribuição de renda e, portanto, da composição do salário mínimo do povo brasileiro. Assim se poderia constatar uma das situações mais vergonhosas, mais bárbaras da história da humanidade, que é a concentração de renda em nosso País. Já citei aqui na tarde de hoje: 1% dos brasileiros, os mais ricos deste País, possuem, em termos de renda e riqueza, a soma de mais de 50% da população, ou seja, 1% da população, ou 400 mil famílias têm mais do que a soma do que possuem mais de 80 milhões de brasileiras e brasileiros!

Esse é o gráfico do salário mínimo, a sua realidade. O problema é que o Sr. Alberto Goldman não quer atingir a distribuição de riqueza, a garantia do desenvolvimento dos mais pobres e despossuídos do nosso País. É nesse gráfico que S. Exª não quer pôr a mão, por isso não o apresentou aqui! S. Exª vem aqui com a sua vergonha, que deve estar bem pequena, para se dispor a subir nesta tribuna e defender essa aberração.

O Sr. Arlindo Chinaglia (PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Tem a palavra V. Exª.

O Sr. Arlindo Chinaglia (PT – SP) – Agradeço a oportunidade, prezado Deputado Professor Luizinho. V. Exª cobrou, com muita propriedade, outros gráficos que não aqueles apresentados pelo Deputado Alberto Goldman. Contribuo com o debate, apresentando a V. Exª e a este Plenário alguns outros gráficos, para que não só as Sr's e os Srs. Congressistas, mas a própria população brasileira tenha a dimensão daquilo que é a verdadeira vergonha nacional: o atual valor do salário mínimo no Brasil. Segundo dados do Diee-

se, em 1940, a média do salário mínimo – em valores atualizados, para poderem ser comparados com o de hoje –, correspondia a R\$555,68. Em 1942, R\$566,00. Para não me alongar, em 1999, a média do salário mínimo foi de apenas R\$131,00. Portanto, esse é um gráfico que a Nação brasileira precisa conhecer. Ou seja: o salário mínimo hoje no Brasil vale quatro vezes menos do que valia em 1940. Deputado Professor Luizinho, prezado membro da nossa Bancada, em outro gráfico, verificamos que o salário mínimo no Brasil corresponde a R\$136,00; no Uruguai, a R\$338,00; no Paraguai, a R\$263,00; e, na Argentina, a R\$376,00. Concluindo, caro Presidente do Congresso Nacional, o salário mínimo no Brasil uma das dez maiores economias do País, mas com a pior distribuição de renda do Planeta – é o menor do Mercosul, comparado com o de países que, nitidamente, têm economias menores do que a nossa! Portanto, Deputado Professor Luizinho, reforço a sua cobrança: desafiamos a base do Governo a mostrar que, enquanto o salário mínimo caiu quatro vezes, a produtividade dos trabalhadores brasileiros, no mesmo período, cresceu mais de 500%! Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do aparte, Deputado Professor Luizinho.

O Sr. Alberto Goldman (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Nobre Deputado Alberto Goldman, o Deputado Wellington Dias me pediu um aparte antes.

O Sr. Alberto Goldman (Bloco/PSDB – SP) – Deputado Professor Luizinho, V. Ex^a chamou o Sr. Goldman, mas não dá aparte ao Sr. Goldman!

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Nobre Deputado Alberto Goldman, respeite pelo menos a fila de aparteantes! V. Ex^a quer furar a fila aqui? V. Ex^a esteve aqui e provocou o Brasil todo! Creio que é o suficiente. V. Ex^a ficou nervoso, descontrolado. Peço que aguarde um pouco, pois vou lhe dar o aparte; mas o nobre Deputado Wellington Dias está na sua frente.

O Sr. Alberto Goldman (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a só falou de mim, só me citou.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Concedo o aparte ao Deputado Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (PT – PI) – Deputado Professor Luizinho, queria apenas chamar a atenção para o fato de que esta Casa está votando não apenas o salário mínimo, mas, com a proposta aprovada aqui dos pisos regionais e com essa dos R\$ 151,00 apenas como piso nacional, o que temos é uma forma de congelamento do salário dos aposentados, espe-

cialmente dos benefícios sociais rurais! É isto que esta Casa tem que entender: será gerada uma desigualdade inter-regional ainda maior! E espero que a Bancada do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, enfim, de várias outras regiões pobres, também do Sudeste e do Sul, não permitam mais essa forma de arrocho praticada contra os aposentados e mais essa forma deliberada de aumentar a desigualdade neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Faz soar a campainha.)

O Sr. Wellington Dias (PT – PI) – É por essa razão que queremos aprovar pelo menos o salário mínimo de R\$177,00. E hoje almejamos saber quem deseja, ou não, R\$26,00 a mais no salário daquele que ganha o mínimo neste País. Por isso, conclamamos todos os Parlamentares a não aceitarem as ameaças feitas pelo Planalto. Vamos ficar na defesa dos cargos e das benesses, ou na defesa do povo brasileiro, que cada um de nós pretende estar representando especialmente nesta noite? É esta a grandeza que esperamos dos Congressistas: que não aceitem as ameaças do Planalto e que votem com a sua consciência, em favor do povo brasileiro. Contamos com esse comportamento dos Srs. Parlamentares, nobre Deputado Professor Luizinho! Não queremos saber, agora, daqueles que, ao longo dos últimos dias, fizeram discursos, dizendo que votariam a favor do povo trabalhador. Desejamos saber dos votos do PFL, do Deputado Luiz Antônio de Medeiros e de tantos outros, que, nos últimos dias, disseram estar do lado do povo trabalhador. Estamos aqui firmes, presentes e, certamente, sempre do lado da classe trabalhadora!

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Deputado, já acabou o meu tempo. Não sou eu que não quero conceder-lhe o aparte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Wellington Dias (PT – PI) – Muito obrigado, Deputado Professor Luizinho. V. Ex^a é mesmo um democrata convicto! Não há dúvida quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, dirijo-me especialmente aos companheiros da Comissão Especial do Salário Mínimo e da Comissão Mista do Senado, aos Líderes que destas Comissões participaram, ao Relator, Deputado Eduardo Paes, e ao Presidente, Deputado Paulo Lima, aos Deputados Jair Meneguelli, Paulo Paim, a

V. Ex^{as}s que fizeram aquele amplo debate conosco nas inúmeras reuniões em que ouvimos as confederações, as centrais sindicais, os líderes patronais, os técnicos do Ipea e de outros institutos, os Ministros Francisco Dornelles, do Trabalho e Emprego; Waldeck Ornelas, da Previdência e Assistência Social; Pedro Malan, da Fazenda; e Martus Tavares, do Orçamento e Gestão.

Nesses debates – falo especialmente aos que deles participaram, mas também dirijo-me aos demais companheiros que lá estavam representando seus Partidos –, discutimos a participação do salário mínimo na economia formal e privada. Vimos as estatísticas e constatamos que ela é pequena. No entanto, em Municípios do Nordeste, a percentagem de trabalhadores que ganham até um salário mínimo é de 43%. Muitos deles, às vezes, não percebem nem o próprio salário nas prefeituras nordestinas, as quais serão afetadas pela decisão que tomaremos nesta Casa.

Naquela Comissão, fontes foram sugeridas pelo Relator, Deputado Eduardo Paes, para que, no Orçamento Geral da União, estabelecêssemos valores e suprissemos o eventual aumento do salário mínimo. Os R\$151,00 custariam R\$1,4 bilhão ao ano a mais do que estava previsto no Orçamento Geral da União; os R\$177,00, R\$8,2 bilhões.

De onde viriam, então, os recursos? Que verbas cortaríamos para viabilizar esse ganho no salário mínimo? O relatório apontava o Fundo de Pobreza, que ainda não foi criado, mas está destinado àqueles que nem sequer o salário mínimo recebem, dos quais não seria justo tirar, para dar aos que já estão inseridos no mercado de trabalho.

Também não consideramos adequados os precatórios como fonte. A análise que se faz é a de que esses precatórios, em tramitação e aprovados em parte, terão de ser negociados, parcelados, e essa operação não gerará os recursos necessários para suprir a demanda.

Foi proposta a extinção do sistema "S" – Sesc, Sesi e Senai. Ora, eliminar esse sistema que qualifica trabalhadores eventualmente desempregados e amparados no Seguro-Desemprego também não seria a maneira mais justa, pois, com os cursos oferecidos, eles retomam a sua vaga de trabalho mais rapidamente.

Eliminar a Contribuição Sindical também não seria a maneira mais justa. Não teríamos consenso para essa análise. Parece-me que a Oposição não

nos daria o conforto dessa decisão, por representar inúmeros sindicatos.

O Refis, aprovado nesta Casa, teve a adesão de pouco mais de 100 mil empresas – esperávamos, talvez, um milhão de empresas. Também demoraremos pelo menos 60 dias para verificar com que valores o Refis poderá contribuir para a arrecadação, na recuperação de débitos que estavam **sub judice**. As empresas não tinham condições de pagar, mas poderão fazê-lo agora, uma vez que o Refis permite o pagamento pelo percentual da folha de salários e do faturamento da empresa e não pelo valor da dívida. O Refis é efetivamente uma boa solução para a manutenção de empregos no Brasil.

Partimos, depois da Comissão Especial da Câmara, para a Comissão Mista da medida provisória, presidida pelo Senador Iris Rezende, tendo como Relator o Deputado Armando Monteiro. E refizemos todas as discussões. Todas as centrais sindicais, as federações, as confederações e os técnicos estiveram presentes, pronunciando-se. Ouvimos, novamente, os Ministros Pedro Malan, Francisco Dornelles, Martus Tavares e Waldeck Ornelas. Pude debater, outra vez, com os Deputados Paulo Paim e Jair Meneguelli, que foram, assim como eu, indicados naquela Comissão Mista, depois de terem participado dos debates na Comissão da Câmara dos Deputados.

Portanto, Srs. Congressistas, a matéria realmente está esgotada, o debate foi amplo. Está aqui o Senador Sebastião Rocha, que também participou brilhantemente da Comissão do Salário Mínimo. Naqueles períodos extensos – que não se resumiram a discussões rápidas como esta –, houve muitas horas de debate e de inquirição de autoridades do assunto. Concluímos, então, que, de fato, neste momento por que passa o País, a solução é manter o texto da medida provisória, que foi posteriormente emendado, quando aceitamos uma proposta de emenda do Deputado Medeiros. S. Ex^a, aliás, foi Vice-Presidente da Comissão Especial da Câmara e da Comissão Mista da medida provisória; teve, portanto, participação ativa nos debates. Muitas vezes, o Deputado Medeiros presidiu as reuniões.

Apresentamos argumentos técnicos e básicos, que foram amplamente discutidos. Peço a V. Ex^{as}s que consultem os colegas que participaram dessas Comissões sobre os resultados dos debates, pois não teremos oportunidade de esclarecê-los aqui.

Houve crescimento de 80% do valor do salário mínimo acima da variação da cesta básica no Plano Real e de 29% acima do Índice Geral de Preços ao

Consumidor. Então, esses fatos representam a ocorrência de ganho real. A própria medida provisória impõe um ganho real além da inflação de 5%. Essa foi a extensão da medida que pudemos alcançar. Todos concordamos em que o salário mínimo é insuficiente, mas há dificuldades em pagá-lo no sistema previdenciário brasileiro, porque incluímos, neste sistema, mais de oito milhões de trabalhadores rurais, ou seja, pessoas que não contribuíram diretamente para a Previdência, mas talvez para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), e depois passaram a ter o direito de receber mensalmente esse pecúlio. Trata-se de uma grande parcela do custo previdenciário brasileiro.

Também temos a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que determina atendimento a milhares de brasileiros idosos, aqueles com 67 anos ou mais, e aos inválidos, que também passaram a receber esse pecúlio.

Sr. Presidente, nossa decisão foi embasada em amplo debate, do qual participaram representantes de todos os Partidos desta Casa. Por isso, encaminhamos pela manutenção do texto da medida provisória.

Este é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs e Srs. Congressistas, disse no Pequeno Expediente e entendo que é importante repetir agora: esta é uma sessão histórica.

Há cinco anos este Congresso Nacional não discute e não vota matéria referente a salário mínimo. Faço esse destaque, Sr. Presidente, porque esta medida provisória é pior que a de 1996, é pior que a de 1997, é pior que a de 1998, e é pior que a de 1999 e explico o porquê.

No passado, o Governo, ao menos, entendia que não deveria discriminar os aposentados e pensionistas. Quando, em 1992, foram concedidos os 147%, por obra desta Casa, estendeu-se esse percentual aos 18 milhões de aposentados e pensionistas. Quando, em 1995, votou-se os 43%, por obra desta Casa, estendeu-se esse crédito aos aposentados e pensionistas. Quando, em anos posteriores, o Governo baixou a medida provisória – não vou dizer ano por ano, mas de 1996 a 1999 – dos 32,09%, estendeu-se sempre o mesmo percentual aos aposentados e pensionistas.

Este ano, Srs. Congressistas, somente este ano, os aposentados foram excluídos. Vai-se conceder

11,3% ao salário mínimo, que não é a inflação do IGPI – a inflação do IGPI para este período deu 12,94% – e o aposentado receberá somente 6%.

É importante que os Deputados e Senadores entendam que esta medida é a mais perversa dos últimos cinco anos. E os Deputados, nos anos anteriores, na legislatura anterior, não quiseram votar, naquela oportunidade, a favor, embora contemplasse os aposentados.

Por isso, confesso que não acredito que os Deputados desta legislatura votarão a favor da pior medida provisória dos últimos cinco anos.

Desculpem-me os companheiros do PFL, que declararam que votariam a favor da emenda substitutiva porque ela permite o Governo baixar, até abril do ano que vem – quem sabe –, uma medida provisória concedendo um índice maior, se as contas públicas permitirem. Com toda a sinceridade, essa proposta é para bobo ver, para cego, mudo e surdo.

Hoje, o que impediria o Governo baixar uma medida provisória, até abril do ano que vem, com um índice que ele bem entender? Não há emenda nenhuma...

Iremos votar uma medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$151,00 e que exclui os aposentados e pensionistas, contra uma emenda apresentada à Comissão Mista que garante os R\$177,00 e estende, como em todos os anos, o mesmo percentual para os aposentados e pensionistas.

O Sr. Waldir Pires (PT – BA) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Ouço V. Ex^a com satisfação, Deputado Waldir Pires. Claro que gostaria de falar por muito mais tempo. Contudo, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Waldir Pires (PT – BA) – V. Ex^a, um grande arauto e grande combatente na luta pelos salários, sabe que não há nada mais importante, no debate, para construir uma democracia razoável, se não as políticas de rendas e de salário, que estão vinculadas, essencialmente, à decisão desta Casa do Congresso Nacional. Foi isso que a Constituição determinou. V. Ex^a sabe, temos conversado a esse respeito, que esta sessão nunca deveria ter sido realizada. Esta reunião para decidir medida provisória é uma vergonha. A rigor, deveria ter sido e estar sendo uma deliberação do Congresso Nacional definindo a política de salários deste País, a construção da realidade e da valorização do trabalho, porque quando não há trabalho, não há salário, quando não

há salário, há barbárie e quando isso ocorre, não há democracia. Estamos aqui pondo em jogo o destino democrático deste País! Hoje estaríamos aqui decidindo o salário previsto pela Constituição. No entanto, pelo fato de o Congresso Nacional, da Mesa do Congresso Nacional ter abdicado da sua competência, das suas prerrogativas, estamos discutindo aqui, simplesmente, a vontade do Senhor Presidente da República. Isso é lamentável. E o Brasil, então, se dá este desplante: não tem poder, não tem condições, não tem dignidade para oferecer ao povo brasileiro um salário, pelo menos, igual ao do Paraguai, da Bolívia, do Uruguai e da Argentina, o que é lamentável. Este é o equívoco: o País precisa de Congresso Nacional que levante a cabeça e que tenha altivez para defender as suas prerrogativas, a sua função e os seus deveres elementares.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Parabéns, Deputado. Gostaria, neste momento, já que o Deputado Ricardo Moraes, que me antecedeu, falou muito a respeito da Comissão Especial do Salário Mínimo, de dar aqui um depoimento, autorizado, do Deputado Eduardo Paes, do PTB, Relator da matéria, a quem perguntei como votaria. Ao que respondeu que, sem sombra de dúvida, seria pelos R\$177,00. Assim, Deputado Ricardo Moraes, o Relator demonstrou, com muita convicção, que, de fato, acredita que o País pode, com tranquilidade, votar o salário de R\$177,00.

Perguntei ao Presidente da Comissão de Reforma Tributária, de quem sou adversário político em minha cidade, Caxias do Sul, Deputado Germano Rigotto, como votaria. Estou autorizado a dizer que S. Ex^a votará com consciência, não contra aposentados e trabalhadores, com a convicção de que, independente da posição e da pressão do Governo, votará a favor dos R\$177,00. Conversei com o Deputado Synval Guazzelli, ex-Governador do nosso Estado e que aqui se encontra, que foi símbolo da Comissão Especial, viajando conosco pelos Estados, que me disse para não ter dúvidas, que não era homem de meias palavras ou de posição dúbia, votaria com o povo, com os trabalhadores, com os aposentados. Venho conversando com o Senador Antonio Carlos Magalhães, o maior Líder do PFL, desde dezembro.

Nesse ponto, abro um parênteses para dizer que podemos ter divergências, mas V. Ex^a sempre manteve uma atitude correta, elevada em relação a este Deputado, cumprindo integralmente tudo o que foi prometido ao longo dessa jornada que termina hoje. E é por isso, Senador Antonio Carlos Magalhães, que gostaria que V. Ex^a, se assim entender,

declarasse a esse plenário como votará: se a favor dos R\$177,00 ou dos R\$151,00.

Apelo aos Parlamentares do PFL para que não deixem marchando, remando, guerreando sozinho não o Paulo Paim, não as Oposições mas o Líder de seu Partido, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

É com essa visão, Sr. Presidente, que gostaria de ouvir o seu depoimento. V. Ex^a manteve uma atitude íntegra sempre que dialogamos sobre esse assunto. Tenho certeza de que, ao apontar o seu voto, há de contribuir para sensibilizar este Plenário a não aprovar a emenda desse ou daquele Parlamentar, mas aprovar aquilo que as galerias, o povo brasileiro pede, os 18 milhões de aposentados pedem... (Inaudível)

Sr. Presidente, não importa a falta de som. Eu agradeço inclusive o silêncio do Plenário que, mesmo sem som, consegue continuar discutindo a vontade desse Parlamentar, que é a vontade do povo brasileiro. O povo brasileiro implora, pede. Depois de cinco anos, não vamos negar um reajuste de R\$26,00. São R\$26,00 o que nós estamos pedindo ao Congresso Nacional.

Não importa a pressão que fez o Presidente. Estou convicto de que os Congressistas não vão se intimidar pelo fato de o Presidente ter dito que vai fazer retaliações. Entendo ser ilegal e imoral uma ameaça dessa natureza. Não é assim que se faz política. (Palmas.)

O Sr. Caio Riela (PTB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Concedo um aparte ao Deputado Caio Riela.

O Sr. Caio Riela (PTB – RS) – Deputado Paulo Paim, quero que V. Ex^a saiba que falo em nome do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul. Hipoteco integral apoio ao povo brasileiro. O salário mínimo digno, neste momento, é de R\$177,00. Em nome do povo e do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul e de toda a sua Bancada, quero dizer que chega de demagogia, a exemplo de uma campanha de unicamente dois meses que o PFL fez no Brasil. Hipotecamos nossa solidariedade. Digo ao Senador Antonio Carlos Magalhães, este parlamentar que já subiu à tribuna para criticá-lo várias vezes: nós, do Rio Grande, o respeitamos por sua coragem ao enfrentar Fernando Henrique Cardoso e dizer que assume os R\$177,00. Quero ver agora se mantém essa postura ou se a máscara vai cair.

Viva o Rio Grande! Viva este País! E é de R\$177,00 o salário digno para o povo brasileiro, chega de demagogia e conversa fiada, porque agora é o

momento de mostrarmos a cara. Parabéns, Deputado Paim!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado Paim, o tempo de V. Ex^a já se esgotou há bastante. Gostaria que V. Ex^a concluísse.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Esse silêncio no plenário foram as palmas silenciosas. Tenho certeza de que os aposentados, os trabalhadores... (*inaudiável*). Viva os trabalhadores! Viva os aposentados! Viva os R\$177,00.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria dizer publicamente que essa luta e essa história do salário mínimo tem a cara da integridade, da dignidade e da combatividade do Deputado Paulo Paim, que considero o melhor representante que esta Casa teve, em todos os seus tempos, na defesa do salário mínimo do Brasil.

Parabéns Paim, V. Ex^a só orgulha nossa Bancada e os trabalhadores nesta Casa. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado Paulo Paim, V. Ex^a deseja saber a minha posição. Ela está em todos os jornais publicados no País, não mudei; apenas, na Presidência do Congresso, não posso anunciar a, mas a minha posição continua a mesma. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o último orador, Deputado Pedro Henry.

O SR. PEDRO HENRY (Bloco/PSDB – MT) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ao iniciar meu pronunciamento, invoco a mesma consciência que ouvi do Deputado Paulo Paim invocar neste Plenário. Peço aos nobres Pares que busquem essa consciência.

Tenho grande respeito pelo nobre companheiro da Comissão do Trabalho e Legislação Social, Deputado Paulo Paim. Sempre considerei S. Ex^a um parlamentar extremamente inteligente e, nesta noite, não nos fura com sua inteligência. S. Ex^a trouxe a este Plenário dados sob uma ótica que lhe interessa, mas, na verdade, não aborda a conjuntura salarial dos últimos anos.

Srs. Parlamentares, de 1982 a 1990, período de desajuste econômico e inúmeros planos de política

salarial, o salário mínimo teve uma queda real do seu poder de compra de 24%. O Deputado Paulo Paim se esqueceu de falar que, de 1990 a 1994, apesar de toda inflação do período, o salário mínimo ainda teve um aumento de 10,6%.

O que ninguém teve coragem de dizer nesta Casa foi que, do final de 1994 até o ano de 1999, quando voltamos a discutir o salário mínimo, o maior ganho real já ocorrido nos últimos quinze anos foi de 28,3%. Disso ninguém fala nessa Casa. É preferível fazer uma análise pontual, é preferível comparar 1995, 1996, 1997. Mas, se compararmos a política salarial deste Governo, veremos, com toda certeza, que tivemos o maior ganho já visto neste País nos últimos anos.

Deixemos esses aspectos de estatísticas, de ganhos ou de perdas salariais. Duvido que haja um só Parlamentar nesta Casa que não gostaria de estar votando um salário mínimo com um valor muito maior do que esse valor nominal que decidiremos nesta noite. Duvido que haja um só Deputado ou um só Senador que não gostasse de hoje votar aqui um salário mínimo de US\$200, US\$300. É lógico que todos nós gostaríamos de votar um valor mais justo, um valor que pudesse resgatar a cidadania de todo o povo. Mas, temos que ter coerência. É por isto que o caos econômico se instalou neste País: porque nenhum daqueles que governaram este País tiveram a coragem de adotar medidas drásticas, medidas impopulares como a que vamos decidir aqui hoje. E não me venham falar os senhores que R\$177,00 é um bom valor para o salário mínimo.

Mas é preciso ter consequência e responsabilidade para manter a estabilidade econômica. O que ninguém teve coragem de dizer, e a Nação precisa saber, é que a diferença entre R\$151,00 e R\$177,00 é de R\$5,6 bilhões que o povo brasileiro, a sociedade, os trabalhadores, os empregadores, os comerciantes, os produtores deste País terão de pagar. É isso o que representa de fato, e ninguém teve a coragem de assumir. Ora, a consciência alegada induziu muitos a aceitarem o discurso fácil, demagógico, que atrai o voto popular. Poucos são aqueles que têm a coragem. Então, neste momento, Srs. Congressistas, o que quero invocar nesta Casa não é só a consciência; quero invocar a coragem de garantirmos a estabilidade econômica; a coragem de garantirmos o desenvolvimento deste País; a coragem de garantirmos o crescimento da oferta de emprego. Ora, é isso o que representa a moderação de aprovarmos a medida provisória.

O Sr. Jorge Alberto (Bloco/PMDB - SE) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO HENRY (Bloco/PSDB - MT) - Ouço V. Ex^a, Congressista Jorge Alberto.

O Sr. Jorge Alberto (Bloco/PMDB - SE) - Deputado Pedro Henry, se levássemos em consideração os 60 anos de salário mínimo no nosso País, diríamos que nunca tivemos um salário mínimo socialmente adequado. Com esse aparte, desejo abordar alguns pontos que não foram motivos de nenhuma referência no dia de hoje, nem por parte de quem defendeu, nem de quem foi contra. Em 6 de outubro de 1999, aprovamos o novo cálculo do fator previdenciário que, àquela época, foi aprovado por 303 Deputados que reconheceram o déficit existente na Previdência Social. Isso sem levar em consideração a previdência pública, cujo estrondoso déficit, na legislatura passada, já deveria ter sido resolvido. O déficit chega a 5,8% do Produto Interno Bruto. Deputado Pedro Henry, esta Casa aprovou este ano uma proposta orçamentária que não prevê cobertura para aumentos de salário mínimo acima de uma realidade. Lembro que aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite que Estados e Municípios produzam políticas salariais acima de uma realidade. A Lei Camata já impõe o limite de 60% para o gasto com a folha de pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal também impõe limites para que os poderes constituídos invistam nas suas políticas salariais.

O SR. PEDRO HENRY (Bloco/PSDB - MT) - Por favor, conclua, Deputado Jorge Alberto.

O Sr. Jorge Alberto (Bloco/PMDB - SE) - Deputado Pedro Henry, para concluir meu aparte: aprovamos a Lei Complementar nº 113, que autoriza Estados e o Distrito Federal a instituírem as suas remunerações mínimas. Portanto, temos que abordar isso e, ao defender a aprovação do parecer do Relator, Deputado Armando Monteiro, do PMDB, alerto os colegas de Partido que buscamos, ao votar esse parecer, a sua unidade na votação.

O SR. PEDRO HENRY (Bloco/PSDB - MT) - Agradeço V. Ex^a pelo seu aparte, Deputado Jorge Alberto.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho a este plenário, hoje, nesta sessão, para tomar uma importante decisão para o nosso País, de forma absolutamente tranquila, de forma consciente com o meu dever para com o País, com o meu dever pela manutenção de uma política que está levando a um caminho e a um futuro muito melhores, porque, pelo menos, tem uma proposta macroeconômica - o

que não ouço os adversários e os opositores oferecerem. Venho aqui com a coragem de saber que, como tantas outras vezes já o fizemos, estamos tornando uma atitude impopular, porque nenhum de nós está satisfeito com o valor nominal que ela tem. Gostaríamos que fosse muito mais, mas estamos conscientes da serenidade e da tranquilidade que isso vai representar à política econômica do Governo Federal e que vai, sem sombra de dúvida, encaminhar esta Nação a um futuro melhor. Encerro minhas palavras pedindo aos colegas desta Casa que encaminhemos o voto favorável à medida provisória.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, para discutir.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT - AP) - Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, na última sessão do Congresso Nacional, no dia 26 de abril, subi a esta tribuna e fiz um pronunciamento motivado pela indignação que abalava as mentes democráticas no nosso País, em função do descumprimento de um acordo que havia na Casa para que se votasse naquela data a medida provisória do salário mínimo.

Hoje temos motivo de sobra para continuar na mesma linha daquela indignação, haja vista a ameaça do Presidente da República contra a sua base parlamentar. Ameaça essa que, no meu entendimento, é mais uma chantagem sobre a consciência daqueles que têm o direito de escolher como votar. Mais que isso: é uma extorsão do direito sagrado, democrático, da deliberação que cabe a esta Casa do Congresso Nacional. Confesso que optei, na noite de hoje, por encaminhar, sim, um discurso também de indignação, mas outra indignação. Aquela indignação da sessão passada eu diria que era uma indignação passiva, uma indignação contestatória. Hoje estou aqui de novo, sim, mais uma vez para encaminhar um pronunciamento de indignação, uma indignação propositiva, uma indignação construtiva, uma indignação positiva, como chamou a Viviane Senna - irmão do nosso saudoso Ayrton Senna. E esta indignação nos leva, sim, a nos sensibilizar com a situação em que vivem milhões de brasileiros, aqueles que recebem o salário mínimo.

O Brasil - como já foi dito aqui - praticamente, é o vice-campeão de desigualdades sociais do mundo. Há um índice internacional, o índice de Gini, que mede a desigualdade nos países, e o Brasil só perde para Serra Leoa. Na nossa frente está o Paraguai,

está o Uruguai, está a Argentina, estão também outros países como o México.

Nós, como também já foi mencionado aqui, estamos entre as dez maiores economias do mundo, e o Governo gosta de dizer que, a partir deste ano, a economia brasileira continuará crescendo a 3%, 3,5% e 4%. A nossa preocupação é que o crescimento da economia no Brasil tem representado, ao longo dos últimos anos, o aprofundamento da concentração de renda, das desigualdades sociais no nosso País. Essa indignação nos motiva a votar a favor do salário mínimo de R\$177,00. Não há como aprovar a medida provisória nos termos em que ela se encontra. A emenda do eminente Deputado Medeiros tem o mesmo significado de tratar câncer com cibalena. Nós que somos da área da saúde, sabemos muito bem o que isso representa: às vezes, melhora imediatamente a dor, mas não cura a patologia, que avança e destrói o corpo humano. Assim é a emenda do Deputado Medeiros.

Esta Casa vive hoje mais uma manifestação de incoerência, mais uma manifestação de contradição. É preciso delimitar bem as fronteiras nesta noite: de um lado, estão os que querem garantir aos trabalhadores brasileiros, principalmente àqueles que vivem de salário mínimo, mais R\$26,00. A diferença é que nós queremos mais R\$26,00 para o salário mínimo; aqueles que votam pelos R\$151,00 querem tirar do trabalhador brasileiro o direito de ter mais R\$26,00.

Há um absurdo no Congresso Nacional: e um lado, discutimos o salário mínimo e de outro, o teto salarial dos parlamentares, o teto salarial dos servidores públicos, o teto salarial para os membros dos Poderes, e o que se discute é o teto dúplex. Há os que defendem até o teto triplex.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, se a maioria desta Casa hoje votar a favor do salário mínimo de R\$151,00, estará remetendo os aposentados ao porão, ao subsolo salarial do nosso País.

Essa é outra delimitação clara de quem vota a favor dos R\$151,00 e de quem quer R\$177,00. Quem quer R\$177,00, como nós, está a favor de melhorar a qualidade de vida dos nossos 12 milhões de aposentados que vivem do salário mínimo. Quem vota a favor dos R\$151,00, quer manter os aposentados nessa cadeia, nesse grilhão que os prende a um salário mísero miserável, insignificante, aviltante e ridículo.

Os Líderes já deixaram isso muito claro. Esperamos que não se criem aqui manobras nem atropelos regimentais para disfarçar uma posição política muito

clara. Quem votar a favor do salário mínimo de R\$151,00 não quer o de R\$177,00.

Portanto, conclamo, sim, cada um dos Parlamentares: vamos votar com consciência, vamos votar com o coração; nada de ficarmos submetidos a pressões do Poder Executivo. Esta Casa deve ter independência. Somos nós, Parlamentares, que estamos em contato direto com nosso povo, percorrendo os nossos municípios e lidando, no dia-a-dia, com a população humilde do nosso País e não o Presidente da República e seus Ministros, como disse recentemente o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães. Quantos pobres já foram recebidos pelo Ministro Pedro Malan? Nós, no dia-a-dia, em nossas caminhadas e em nosso trabalho, nos defrontamos com situações de miséria, de desprezo e de aviltamento da dignidade humana a que está sendo submetido o povo pobre deste País.

O Sr. Enio Bacci (PDT – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Enio Bacci (PDT – RS) – Senador Sebastião Rocha, alio-me à indignação de V. Ex^a. Com certeza, estou representando toda a vontade do PDT no Rio Grande do Sul, e não apenas a dos Parlamentares que compõem esta Casa. Enfim, estamos representando a sociedade gaúcha. Somente neste dia recebemos dezenas de ligações. O Congresso Nacional, hoje, é o centro de atenções do País. O Brasil inteiro está voltado para a decisão que esta Casa tomará. O mais grave, Senador Sebastião Rocha, é que muitos desses milhões de brasileiros sequer possuem uma televisão para acompanhar ao vivo os debates, mas esses 18 milhões de aposentados que ganham em torno de um salário mínimo sonham que este Parlamento, pela consciência livre de cada Congressista, votará o salário mínimo de R\$177,00. Alio-me à indignação de V. Ex^a, com a convicção de que esta Casa, nessa votação, dará aos brasileiros mais R\$26,00 além dos R\$151,00. Esse valor pode representar um medicamento que esse aposentado precisa no seu dia-a-dia. Parabéns, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Agradeço-lhe o aparte.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de saber se ainda disponho de tempo para mais uma parte. (Pausa.)

O próprio Ministro da Previdência Social, numa reunião da Comissão Especial que analisou a medida

provisória, disse textualmente: "A Previdência não quebra. Ela já é hoje subsidiada pelo Tesouro Nacional. O que haverá, sim, é uma necessidade de maior aporte do Tesouro para cobrir os gastos com o salário mínimo pago aos aposentados, mas a Previdência não quebra".

Isso é um engodo!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, Srs e Srs. Congressistas, o Deputado Alberto Goldman mostrou-nos aqui um gráfico, a que procurei prestar atenção, segundo o qual o valor do salário mínimo no final de 1999 estava num patamar da ordem de R\$140,00, valor igual ao de 1940, ou seja, sessenta anos atrás. Há pouco eu dialogava com um dos economistas que melhor conhecem a história da economia brasileira, o nosso colega no Congresso Nacional Deputado Antônio Delfim Netto, porque eu gostaria de rememorar o crescimento aproximado, ainda que levemos em consideração todas as limitações desta evolução estatística. Pensemos um pouco: qual era, aproximadamente, o produto **per capita** do Brasil em 1940? Hoje, em números aproximados, poderíamos dizer que estaríamos com um produto **per capita** da ordem de cinco mil dólares. Assim, em 1940, pelas estimativas, seria algo como oitocentos dólares, um pouco mais um pouco menos.

Será que não seria próprio que, em 1999, tivesse o salário mínimo crescido como cresceu o produto **per capita**, que é um indicador aproximado da produtividade do trabalhador brasileiro? É minha convicção que isso seria de se esperar. Esse é um primeiro ponto.

O segundo ponto que gostaria de ressaltar é aquele que constitui um marco, um objetivo do Presidente Fernando Henrique Cardoso quando era candidato à Presidência nos idos de 1994. Há uma marca das suas promessas, metas de Governo durante o seu primeiro mandato. O Deputado Paulo Paim, que sempre está muito atento à questão do salário mínimo, há de se lembrar e todos os presentes também porque foi muito forte. Lembro-me, por exemplo, do último pronunciamento do Senador Fernando Henrique Cardoso feito da tribuna do Senado, já eleito Presidente, que afirmava – e este era o tom do seu discurso – que o Brasil tinha pressa em realizar justiça. Uma de suas metas de campanha era a de dobrar o valor

real do salário mínimo. Como esse valor à época era de R\$70,00, o normal era que terminássemos 1998 com o salário, em termos reais, duas vezes maior. Nós, agora, estamos no quinto ano de seu mandato, e qual foi a revelação que nos trouxe a tabela do Deputado Alberto Goldman? Que, de 1994 para o ano 2000, o acréscimo foi de 28% em termos reais; portanto, muito aquém daquilo que o então candidato à Presidência, Fernando Henrique Cardoso, havia prometido nos idos da sua campanha eleitoral de 1994. Assim, esses 28% de acréscimo que V. Ex^a nos trouxe, constituem algo muito aquém daquilo que é a própria meta do Presidente.

O terceiro ponto se refere àquilo que constitui hoje a experiência, a prática e o resultado do conhecimento teórico, mas que já existe em todos os países mais desenvolvidos, como nos Estados Unidos e em países europeus, no Reino Unido, na França, em Portugal, na Espanha e nos países escandinavos. Nesses países, combina-se o conceito do salário mínimo e de uma garantia de renda mínima, formas de imposto de renda negativo, de crédito fiscal por remuneração recebida.

Gostaria de relembrar a todos que, ainda recentemente, em janeiro deste ano, quando da sua exposição sobre o Estado da União, o Presidente Bill Clinton apresentou um pronunciamento sobre a evolução da economia nos Estados Unidos, ressaltando que esta nunca esteve tão saudável e com taxas de desemprego tão baixas. S. Ex^a, ao mesmo tempo, anunciou, conclamando o Congresso Nacional norte-americano a votar, um aumento considerável do salário mínimo de US\$5.15 para US\$6.15 a hora e, além disso, propôs a instituição de um instrumento, que lá existe desde 1975, denominado crédito fiscal por remuneração recebida, que complementa o rendimento daquele trabalhador que tem uma família, que tem crianças. Se o rendimento desse trabalhador não alcança um patamar suficiente para superar a condição de pobreza, ele tem direito a receber um complemento. É um direito à cidadania.

No Reino Unido também se procedeu assim, até porque há alguns anos lá não havia salário mínimo. Todavia, o Governo Tony Blair instituiu não apenas o salário mínimo – e o tem aumentado –, mas também o que ali se chama Crédito Fiscal Familiar. Na França, em Portugal e na Espanha foi instituído o salário mínimo e o rendimento familiar mínimo, ou rendimento de inserção. E seria próprio que nós aqui estivéssemos instituindo ambas as coisas, visando chegar o dia em que todo brasileiro tenha o direito inalienável de rece-

ber o suficiente para a sua sobrevivência, o direito de participar da riqueza da Nação.

Gostaria de salientar que considero inteiramente factível votarmos hoje a proposta de salário mínimo de R\$177,00 e, além disso, considerarmos a instituição de um patamar de garantia de renda mínima, de tal maneira que, se um trabalhador adulto não alcançasse determinado patamar, que poderia ser de pelo menos duas vezes o valor do salário mínimo, senão mais, teria direito a um complemento, na forma da garantia de uma renda mínima e de um imposto de renda negativo.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não, nobre Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Eduardo Suplicy, como me restam apenas quarenta segundos, não vou fazer o aparte. Todavia, como a lógica da base do Governo é a lógica do possível, eu queria dizer que insisto em que a política para nós não pode ser concebida como a arte do possível, mas como a do necessário. "Se nós nos restrirmos ao possível, nada muda. Se não houver um horizonte de objetivos e uma vocação de responsabilidade que imponha o necessário, a passmaceira e o conformismo transformam a política num lodaçal de pequenos interesses" – Fernando Henrique Cardoso, em 19 de agosto de 1983. Que grande orador era o saudoso Senador Fernando Henrique Cardoso! Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador José Eduardo Dutra. As palavras de V. Ex^a concluem muito bem o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REGULAMENTO Nº 37, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 1º do art. 39 do Regimento Comum, o encerramento da discussão da Medida Povisória nº 2.019-01/2000.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Arthur Virgílio, Deputado, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Para encaminhar a votação do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Deputado Paulo Paim, por diversas vezes, insistiu que esta seria uma sessão histórica. Entendo que a sessão pode ficar marcada não por um processo histórico e cumulativo, mas pode abrir uma outra página na história do País. Trata-se da página da submissão do Congresso Nacional aos caprichos e interesses de um membro do Poder Executivo. Falo da lógica da ameaça, da tentativa do convencimento não por meio de dados que demonstrem a realidade do povo brasileiro, mas da lógica da troca, da composição, da entrega de cargos, da nomeação de parentes. Trata-se de uma verdadeira degradação da estrutura pública por um processo de convencimento não pelo argumento. Foi usado outro tipo de argumento, que não possui lógica, mas é mercadológico, porque é pautado em outros interesses.

Vários brasileiros, hoje, que necessitam de um salário mínimo muito superior a R\$151,00, vão sair cada vez mais convencidos de que os Srs. Deputados se dispuseram a mostrar suas caras no período eleitoral, confrontando-se com esses brasileiros, mas, por outro lado, obtendo diversos ganhos. Aqui desta tribuna, hoje, os representantes do Governo diziam que a história do salário mínimo está vinculada à quantidade, principalmente no Nordeste, e portanto o seu aumento significaria prejuízo para diversas prefeituras, ou a inviabilidade de uma das regiões mais pobres do País.

É bom lembrar aos Srs. Congressistas que a realidade do salário mínimo, Deputado Paulo Paim, é a maior distribuição de renda mínima – pela qual o Senador Eduardo Suplicy tanto luta – que temos no País, é a renda mínima do Nordeste. É com o salário mínimo que os nordestinos e os nortistas vêm as suas cidades ter um mínimo de economia; é o salário mínimo que paga milhões e milhões de aposentados e que acaba por se configurar em verdadeiro arrimo de cidade no País.

Portanto, pensar na questão econômica, pensar em tratar a questão dos Municípios é fundamentalmente tratar a questão do salário mínimo. Fazer a dissocição desses dois temas é um absurdo para aqueles que fazem um discurso que vão enfrentar o ano eleitoral. Talvez tenham a cara-de-pau de olhar para os eleitores do Nordeste e dizer que vão se eleger

prefeitos para resolver as questões locais, quando têm a oportunidade aqui, no Congresso Nacional, de dar um passo significativo para, se não resolver, pelo menos minorar o sofrimento de diversos trabalhadores que vivem nos rincões deste País. Talvez usem no processo eleitoral o discurso de que, neste momento, não poderiam fazer nada, mas como prefeitos, talvez resolvam prometer cestas básicas e continuar o processo permanente de dominação.

Este Congresso, Deputado Paulo Paim, talvez perca, neste exato momento, a posição histórica de começar a votar, depois de cinco anos, o que cotidianamente V. Ex^a tem cobrado e, consistentemente, tem assinalado a necessidade de travar um debate, de mostrar o real quadro em que se apresenta no Brasil.

Agora, vamos fazer uma votação que tem a característica muito mais de camuflar. Vamos votar em globo para que muitos não assumam claramente que são contra os R\$177,00. Vamos votar em globo para permitir que atrás desse globo muitos escondam seu voto e, assim o fazendo, muitos tencionam manter a estrutura, os esquemas, as benesses e a relação fisiológica estabelecida com o Palácio do Planalto. Portanto, votar favoravelmente à votação em globo é permitir essa camuflagem, é fugir do debate, é se ausentar do momento crucial, é deixar de assumir uma posição clara em relação à votação para milhares e milhares de brasileiros.

Por essa questão, Sr. Presidente, encaminhamos contra essa votação em globo. Pleiteamos que os destaques sejam votados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PC do B - RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente e demais Parlamentares, a preocupação que nos traz aqui é o momento de se votar o encerramento da discussão. Claro que todos queremos votar. Aliás, já queríamos desde a sessão anterior, mas a base do Governo assim não o permitiu, porque este Governo só vota quando tem certeza da vitória.

É importante que se relembre aqui uma pesquisa publicada neste final de semana, que não foi feita pela Oposição, mas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, demonstrando que, em toda América Latina, o Parlamento de menor credibilidade é o brasileiro. Perdemos para o Paraguai e para o Uruguai e, no item corrupção, só não perdemos para a África. Isso não é a toa. Tirados os descontos do trabalho da

grande mídia, podemos dizer que este Parlamento abre razões para que a sociedade não confie nele, um Parlamento que não consegue sequer ter a sensibilidade básica para uma questão que se chama salário. Salário não é despesa, e sim investimento.

Quem argumenta Estados e Municípios não sabe que a renda de arrecadação de muitos Municípios é exatamente composta de benefícios e pensões, e em alguns chega a ser maior do que o Fundo de Participação dos Municípios, repassado pela União. Quem aqui argumenta estabilidade e ajuste fiscal esquece de dizer que o Tesouro Nacional absorve os prejuízos do Banco Central, que em 1998 foram de 14 bilhões e em 1999, 12 bilhões, para socorrer bancos privados fundamentalmente. Quem aqui discute ajuste fiscal, esquece de falar que, no ano 2000, pagaremos 144 bilhões de juros e amortização da dívida. Todavia, na hora de a Previdência ter de arcar com 3 bilhões, aqui argumentamos com o ajuste fiscal. E trata-se de Previdência plenamente saudável, cujo único problema é o desvio de recursos pelo DRU.

Lamentavelmente, Srs. Congressistas, aqui a discussão não se apresenta da forma correta. Estamos discutindo uma diferença de 26 reais, que, para muitos aqui pode não ser nada, mas para mais de 20 milhões de brasileiros, para 98% dos aposentados rurais, para 51% dos aposentados urbanos, podem significar mais comida na mesa.

Aqui pergunto: como olhar para os trabalhadores rurais dos seus Municípios e dos seus Estados? Lamentavelmente, Deputado Medeiros, seu recuo é lamentável, assim com o do PFL, um recuo que dá hoje maioria ao Governo neste plenário para derrotar não a Oposição, mas a sociedade brasileira.

Senador Antonio Carlos Magalhães e tantos outros, o PFL, que dizia bancar posição a favor da sociedade, recuou. Este Plenário sabe que, longe da autonomia para responder à sociedade, está valendo muito mais o **Diário Oficial**. É exatamente nessa discussão que precisamos ampliar o debate para que a sociedade compreenda o que está ocorrendo aqui.

É bom que seja desfeita uma farsa: a emenda do Deputado Medeiros não tem perspectiva alguma. Este é o grande disfarce da emenda dos R\$151,00: se houver possibilidade, dentro da estabilidade, podemos aumentar o salário mínimo. Não é verdade! Basta olhar a LDO de 2001, na qual está escrito claramente: "Nenhuma despesa continuada terá qualquer aumento, mesmo com possibilidade de aumento de recursos no ajuste fiscal". Isso contrapõe a farsa da

emenda do Deputado Medeiros, assumida pelo PFL como argumento para o seu recuo.

Apelo às Srs. e aos Srs. Congressistas que, impedindo o encerramento da discussão, pensem, mais uma vez, no significado dessa votação e garantam uma vitória não para a Oposição, mas para a sociedade, para os aposentados e pensionistas deste País.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o Requerimento nº 37, de 2000-CN, na Câmara dos Deputados.

As Srs. e os Srs. Deputados que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação a medida provisória.

Concedo a palavra aos dois Líderes e, posteriormente, ao Relator.

Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio, que dispõe de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, olhando muito mais para frente, mas sem deixar de relatar o muito que se caminhou para chegar até aqui, passo a lembrança sobre vários pronunciamentos que, críticos do Governo, diziam que, em 1996, em 1997, em 1998 e em 1999, houve edição e reedições de medidas provisórias e, portanto, que esta seria uma sessão histórica, na qual se estaria aqui a votar, pela primeira vez, nesses últimos cinco anos pelo menos, uma medida provisória tratando de salário mínimo.

Devo dizer que, com algumas penas, mas com enorme orgulho, sinto-me participante desse avanço, desse passo e, para isso, foi fundamental a compreensão do Governo como um todo e dos Srs. Líderes das Bancadas majoritárias na Câmara e no Senado e, sem dúvida, a reafirmação de que, se na semana passada se começou a cumprir a palavra empenhada, procedendo-se ao processo de votação, e se houve o fortuito, desta vez haverá com toda a clareza, o pronunciamento do Congresso – vejo que o diálogo nesta Casa não vai parar jamais – a partir de um novo entendimento de procedimento, como bem quer o nobre Líder Aloizio Mercadante, como bem repisa o ilus-

tre Líder Miro Teixeira, porque esta Casa não pode nunca ser aquela em que se corta o diálogo ao menor pretexto.

Vi ainda há pouco, com orgulho, o Deputado Aloizio Mercadante reafirmando o acordo feito e eu dizia a S. Ex^a, que conta com uma Bancada valorosa, constituída de sessenta pessoas, que não são poucas as suas dificuldades. Não sei a que ponto ele poderia, então, compreender a dificuldade de quem, como eu, tem a responsabilidade de liderar neste Parlamento 460 dignos brasileiros, uma Bancada que representa uma das maiores maiorias que já se constituíram na História do Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, passo a tratar do mérito e o faço com enorme reverência pelos oposicionistas que aqui se pronunciaram, numerosamente, contra o salário mínimo de R\$151,00 que, para alguns, difere em pouco do salário mínimo de R\$177,00 – R\$26,00, como se isso não tivesse que se multiplicar por doze milhões de aposentados, como se isso fosse uma conta perdida no tempo e no espaço.

Ele era, antes da estabilidade da moeda e do Plano Real, no dia 1º de julho de 1993, de quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil e oitocentos cruzeiros, o equivalente a uma nova moeda que já existia no dia 2 de agosto de 1993, cinco mil, quinhentos e trinta e quatro – não sei que moeda era essa. O interessante é lembrar que o último salário mínimo em cruzeiros foi em 1º de fevereiro de 1994, quando era de quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e nove reais. Não havia referência, não havia padrão, não havia moeda. Era até difícil haver uma referência clara de País.

Isso tudo foi transformado em 64.79 URVs, correspondentes a R\$ 64,00. Em poucas palavras, pois não vou abusar do tempo que V. Ex^a me concede, Sr. Presidente, vou dizer que, dentro de toda uma lógica, já avançamos bastante no ganho real e nominal, sobre uma base que retrata a injustiça que, de muito, estava posta.

Há uma lógica: esse salário mínimo não compromete a luta contra a inflação, a luta pela estabilidade fiscal, da qual depende o País para propor grandes saltos de crescimento econômico com distribuição de riqueza. Por isso, não tenho dúvida alguma de que a maioria se pronunciará sabiamente nesta sessão histórica – histórica sim – sessão que teve suas penas, suas amarguras, mas na qual se vai votar, cada um exibindo a cara ideológica que tem, pois cada um é livre para fazê-lo e cada um tem até o dever de fazê-lo. A maioria aqui vai pronunciar-se entre um salário que,

no meu entendimento, não é possível hoje – seria muito bom se o fosse e seria insuficiente e irrisório, caso fosse possível, e o outro que indubitavelmente, Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, está dentro de uma lógica que aponta na direção do desenvolvimento, porque o crescimento econômico já se verifica e vai ser fartamente percebido pela população brasileira.

Vamos aprovar o salário mínimo possível, aquele que é o que se pode, na verdade, conscientemente propor, que é o de R\$151,00.

(Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Aloízio Mercadante. (Pausa.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acredito que também falo em nome do Deputado Aloízio Mercadante, apenas para orientação final, encaminhamento final desta votação. Há da nossa parte o entendimento e o consenso que, obviamente, submeto a V. Ex^a: que, a partir de agora, haveria apenas a orientação das Bancadas feita pelos Srs. Líderes, do menor para o maior Partido e, em seguida, a votação. Obviamente, dispensado aí qualquer outro tipo de encaminhamento. Há o consenso dos Líderes da Oposição – e falo em nome deles também.

A partir deste momento, V. Ex^a poderia chamar cada um dos Srs. Líderes, do menor para o maior Partido, apenas para orientação das suas Bancadas.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma retificação. Na verdade, é o encaminhamento dos Líderes e não orientação. É o encaminhamento que os Líderes vão fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É encaminhamento com 5 minutos para cada um.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É a mesma coisa, é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes disso, falará o Relator, após o pronunciamento do Deputado Aloízio Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, minha proposta é que façamos o encaminhamento, como tem sido a praxe na Câmara, do menor para o maior Partido. Assim, poderemos encaminhar o processo de votação.

Acredito que o Relator da matéria tenha de falar na oportunidade da votação do PLV.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Relator fala no encerramento da discussão, como estabelece o Regimento.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE (PT – SP) – Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Relator. V. Ex^a dispõe de cinco minutos. Entretanto, como Relator, poderá dispor de mais tempo, caso necessite.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PMDB – PE) Para encaminhar a votação.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Sr^a e Srs. Deputados, quero inicialmente esclarecer aos meus pares que o nosso trabalho na relatoria desta medida provisória foi facilitado sobremaneira pelo trabalho realizado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, presidida pelo nobre Deputado Paulo Lima e como Relator o eminente Deputado Eduardo Paes. Esse trabalho representa, na discussão do salário mínimo, um marco referencial muito importante, porque tem intensidade técnica. Fez um estudo sério dos antecedentes históricos da questão, realizou uma análise da experiência internacional na questão do salário mínimo e avaliou os impactos do problema no mercado de trabalho e na inflação e incorporou, a meu ver, de maneira responsável, a dimensão crucial assumida pela questão no Brasil: a extensão fiscal do salário mínimo. Além disso, fez um esforço propositivo para identificar fontes fiscais que pudessem proporcionar a cobertura das despesas adicionais.

Evidentemente, o Congresso está sendo submetido hoje a um teste, qual seja, o de votar a matéria no regime da responsabilidade fiscal. Esta Casa votou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que sujeita os gestores públicos, em todos os níveis, a penalidades e a restrições. Há um entendimento atual no sentido de que, se este País não tiver um regime fiscal responsável, não construiremos um crescimento sustentável no tempo que possa proporcionar os frutos do desenvolvimento ao qual toda a sociedade brasileira aspira. Quando falamos em responsabilidade fiscal, é importante fazer referência ao que estabelece o § 2.º do art. 16 da lei aprovada pelo Congresso Nacional, que diz que não se podem criar despesas obrigatórias em caráter continuado sem que existam fontes de cobertura, fontes de financiamento adequadas.

Por isso, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, ao analisar cada uma das oito fontes indicadas no relatório do nobre Deputado Eduardo Paes, relatório esse aprovado unanimemente pela Comissão Especial, concluímos que nenhuma das oito fontes in-

dicadas poderá ser disponibilizada no ano fiscal 2000. Eu não gostaria de ser repetitivo, mas posso exemplificar, selecionando três fontes, para mostrar suas imprevisibilidades. Eu diria inicialmente que o Fundo da Pobreza está ainda a depender de uma Proposta de Emenda à Constituição que será votada no Congresso Nacional. Nessa discussão, o Congresso Nacional precisa decidir se é razoável estender os recursos que se destinam para atender a uma faixa carente da população brasileira que não tem renda alguma. O Congresso Nacional precisa decidir se é razoável destinar parte desses recursos para complementar o salário dos excluídos de toda a sorte.

Outra fonte indicada nesse estudo é a mudança do Imposto de Renda de pessoa jurídica no que concerne ao tratamento dos juros sobre o capital próprio. Não é possível, ainda que essa mudança seja efetivada, disponibilizar recursos este ano. Aliás, o relatório do Deputado Eduardo Paes faz a ressalva por conta do princípio da anualidade que tem que ser respeitado.

Foi ainda indicada como provável fonte a utilização de 20% dos recursos do Sistema S. Ora, essa medida terá que ser ainda discutida no Congresso Nacional. Cabe uma pergunta: Será razoável destinar recursos da formação e qualificação profissional da nossa mão-de-obra ativa para complementar a renda de uma parcela expressiva da população brasileira representada pelos aposentados e pensionistas?

Indiquei essas três fontes para demonstrar que não podemos disponibilizar no ano 2000 nenhuma delas. Com o espírito da responsabilidade fiscal, indago a esta Casa: Como prover os recursos necessários para irmos além dos R\$151 reais? E, aí, parece-me que o Congresso Nacional precisa debruçar-se sobre a questão em caráter permanente e, não, em caráter meramente conjuntural, para que possamos discutir no **focus** adequado que é o Orçamento. A partir disso, discutiremos e destinaremos recursos para a segurança, de modo a proporcionarmos cobertura a esses gastos. O Congresso Nacional precisa, ainda, discutir um novo ciclo de reformas. É preciso avançar na área da Previdência. É preciso, ainda, discutir a legislação trabalhista de maneira frontal para que tenhamos, por exemplo, um modelo mais flexível, para que possamos desonerar a folha, porque os níveis de informalidade de hoje comprometem a própria Previdência.

Sr. Presidente, é com esse espírito da responsabilidade fiscal que o Congresso precisa dar uma demonstração de que também incorporou a dimensão dessa responsabilidade. Por tudo isso, apresentamos um projeto de lei de conversão que fixa o salário míni-

mo em R\$151,00, mas que incorporou uma emenda que prevê – "caso existam fontes" – a possibilidade de, entre janeiro e abril de 2001, fixarmos um novo valor para o salário mínimo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 38, DE 2000-CN

Senhor Presidente,

Rqueremos, nos termos do art. 50, do Regimento Comum, destaque para votação do art. 6º, constante do PLV nº 04/00:

"Art. 6º Será fixado novo valor para o salário mínimo, entre janeiro e abril de 2001, desde que fontes adicionais de receita sejam identificadas, ou que se promovam eventuais compensações no Orçamento, de forma a se manterem inalteradas as metas fiscais para os exercícios de 2001 e seguintes."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **Aécio Neves – Jáder Barbalho – Alberto Goldman.**

REQUERIMENTO N° 39, DE 2000-CN

Senhor Presidente,

Rqueremos, nos termos regimentais, destaque para votação em separado da emenda nº 2, de autoria do Deputado Medeiros ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2000, com o objetivo de aprová-la.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Miro Teixeira**, Líder do PDT.

REQUERIMENTO N° 40, DE 2000-CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89-CN, destaque para votação da emenda nº 4, do Deputado Benedito Dias, apresentada a MP nº 2019-01/00, com a seguinte redação:

"Art. 1º Em 3 de abril de 2000, o salário mínimo será de R\$170,00 (cento e setenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$5,66 (cinco reais e sessenta e seis centavos) e o seu

valor horário a R\$0,77 (setenta e sete centavos)."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Alberto Goldman**, PSDB/SP – **Aécio Neves**, Líder do PSDB – **Jáder Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 41, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 9, do Deputado **Djalma Paes**, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

"Art. 1º Em 3 de abril de 2000, após a aplicação do percentual de 65,3%, sobre o valor de R\$136,00 (cento e trinta e seis reais), o salário mínimo será de R\$224,80 (duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$7,49 (sete reais a querenta e nove centavos) e o seu valor horário a R\$1,03 (hum real e três centavos).

Art. 2º Os benefícios da Previdência Social que tiverem majoração em face da elevação de que trata esta medida provisória serão pagos, no mês de abril de 2000, com base no valor de R\$224,80 (duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **José Carlos Aleluia, Paulo Magalhães**.

REQUERIMENTO N° 42, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989 – CN, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à espécie, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 11, de minha autoria, à Medida Provisória nº 2.019, de 2000, que "Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 3 de abril de 2000".

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Pedro Eugênio**, PPS/PE.

REQUERIMENTO N° 43, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 18, do Deputado **Paulo Lima**, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

Art. 1º

"(cento e cinquenta e um reais), acrescido, para os trabalhadores que recebem apenas um salário mínimo, de uma cesta básica contendo os seguintes produtos e quantidades, ou o valor monetário a ela correspondente: 5Kg de arroz; 2Kg de feijão; 1Kg de fubá; 1kg de macarrão "espaguetti"; 1kg de sal; 2kg de açúcar cristal; 1kg de farinha de trigo; e 1 lata de óleo."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **Alberto Goldmann** – **Aécio Neves** – **Jáder Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 44, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 19, do Senador **Carlos Patrocínio**, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

"Art. 1º Em 3 de abril de 2000, após a aplicação dos percentuais de 5,66%, a título de reajustes, e de 5,08%, a título de aumento real, sobre o valor de R\$136,00 (cento e trinta e seis reais), o salário mínimo será de R\$151,00 (cento e cinquenta e um reais).

§ 1º Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$5,03 (cinco reais e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,69 (sessenta e nove centavos).

§ 2º A partir do ano 2001 até o ano de 2004 inclusive, o salário mínimo será reajustado com ganho real nunca inferior a 10% (dez por cento)."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **Alberto Goldmann** – **Aécio Neves** – **Jáder Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 45, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Ex^a, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, c/c o art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 20, de autoria do Deputado **Coriolano Sales**, apresentada à Medida provisória nº 2.019/2000, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **Carlos Aleluia** – **Odelmo Leão** – **Paulo Magalhães** – **Jáder Barbalho**.

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 15, Resolução nº 1, de 1989 – CN, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à espécie, destaque para votação em separado, da Emenda nº 21, de minha autoria, à Medida Provisória nº 2.019, de 2000, que “Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 3 de abril de 2000”.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Airton Cascavel**, PPS/RR.

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 32, do Deputado Roberto Argenta, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

“Art. 1º – A. O salário mínimo passará a ter, a contar de novembro de 2000, um aumento semestral de 4,5%, no primeiro dia dos meses de maio e novembro, até o mês de novembro de 2002, observados os respectivos aumentos referentes aos seus valores diário e horário.

“Art. 2º – B. Aplicar-se-á sobre os benefícios da Previdência Social que tiveram majoração em face do aumento do salário, semestralmente, o mesmo percentual incidente sobre o salário mínimo constante do art. 1º – A.”

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **José Carlos Aleluia – Paulo Magalhães – Jader Barbalho.**

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 42, do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 3º A partir de 1º de outubro de 2000, o valor do salário mínimo será de R\$170,00 (cento e setenta reais).”

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **José Carlos Aleluia – Paulo Magalhães – Jader Barbalho.**

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, c/c o art. 15 da Resolução nº 1/89 –

CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 43, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à Medida Provisória nº 2.019/2000, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996 e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – **Odelemo Leão – Paulo Magalhães – Jader Barbalho – José Carlos Aleluia.**

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 48, do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

“Art. 6º A partir de 2 de outubro de 2000, o valor do salário mínimo fixado no art. 5º desta medida provisória será novamente reajustado, segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, apurado pelo IBGE com referência ao último período de seis meses disponível, concedendo-se, ainda, a título de aumento real, um percentual de 4% (quatro por cento).

§ 1º Em virtude do disposto no **caput** deste artigo serão igualmente reajustados aos mesmos percentuais os valores diário e horário do salário mínimo.

§ 2º Para os benefícios mantidos pela Previdência Social, serão reajustados em 1º de janeiro de 2001, com os mesmos percentuais aplicados em 2 de outubro de 2000, na forma deste artigo.”

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **José Carlos Aleluia – Deputado Paulo Magalhães, Vice-Líder do PFL – Senador Jader Barbalho.**

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação em separado da Emenda Substitutiva Global nº 51, de autoria do Deputado Paulo Paim, apresentada à Medida Provisória nº 2.019-1, de 2000, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Aloizio Mercadante**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaques que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso XIV, do art. 162, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, a votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à Medida Provisória nº 2.019-01/00.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000.

Arthur Virgílio Neto

Deputado

Líder do Governo no Congresso Nacional

Adelson Ribeiro
Arthur Virgílio Neto
Roberto Argenta

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agora, conforme acertado, começarei a dar a palavra aos Líderes dos menores para os maiores Partidos.

Com a palavra o Deputado Adelson Ribeiro. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Roberto Argenta.

O SR. ROBERTO ARGENTA (PHS – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, sem dúvida, nesta noite, a discussão do salário mínimo e esta crise aparente que vivemos podem levar-nos a uma solução grandiosa para o País, porque vários Deputados já apontaram a necessidade de diminuirmos os encargos sobre a folha de pagamentos. Esta é a grande vantagem, se levarmos realmente adiante esta discussão da redução de encargos sobre a folha de pagamentos.

Cabe a nós, do Congresso Nacional, pois fomos escolhidos para isso, buscar alternativas criativas com relação à remuneração dos aposentados com a previsão de mecanismos suficientes para arrecadação. Não podemos equiparar o salário de um aposentado, que muitas vezes sustenta filhos e netos, além de ter gastos expressivos com saúde, com um jovem aprendiz de serviços gerais. Devemos buscar uma solução criativa para o problema.

Em um País onde a prioridade é o emprego, não podemos continuar a ter um salário onerado. Em alguns casos, a diferença entre o salário líquido mensal que um trabalhador recebe e o custo para quem o paga passa dos 200%.

Gostaria de dar um exemplo da possibilidade que temos de aumentar o salário mínimo com a desoneração da folha de pagamento. Se englobássemos, no pagamento mensal, o 13º salário, os 8% de Fundo de Garantia e os 40% de multa sobre o mesmo, teríamos um salário mínimo de R\$181,89. Seria um ganho de mais de 20%.

Podemos propor também a transferência das contribuições do salário educação, do sistema "S", para o faturamento ou para o lucro das empresas, além de modificações no sistema de financiamento da Previdência Social. Com isso, além de modificações no sistema de financiamento da Previdência Social, além de beneficiar a empregabilidade e a diminuição do trabalho informal, poderíamos obter um acréscimo de mais 20% e chegariam a um salário de mais de R\$216,00.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, não podemos simplesmente nos posicionar contra ou a favor do Executivo; devemos, sim, buscar soluções criativas.

Há mais de um ano venho apresentando possíveis soluções que buscam mais salário com menos encargos. Penso que agora chegamos a um momento importante para levarmos essas discussões adiante. Apresentei uma emenda à Medida Provisória nº 32, buscando um aumento semestral dos salários a partir de novembro de 2000 até novembro de 2002.

Neste momento, Srs e Srs. Congressistas, aumentar bruscamente o salário mínimo, sem a redução dos encargos, poderá provocar em muitos casos um aumento de até 30% no custo da mão-de-obra. Estaremos de alguma forma inviabilizando alguns setores da produção nacional. Como consequência, teremos o aumento do desemprego e da informalidade, o aumento do déficit externo e dos juros. Já assistimos a isso no passado.

Por essas razões, voto pela aprovação da medida provisória na esperança de que, a partir deste momento, busquemos uma comissão especial para analisarmos a diminuição dos encargos sobre os salários e, como consequência, o aumento da remuneração dos nossos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, pela Liderança do PPS, o nobre Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO (PPS – PE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que País é este em que seu povo, justamente os mais necessitados, depende de uma melhoria de renda e não de uma argumentação tributária, não de uma argumentação de ajuste fiscal, não de uma argumentação social, mas do grau de prepotência e arrogância com que acorda o Presidente da República?

Não podemos submeter este Congresso. Se esta votação tivesse sido realizada há 36 horas, a probabilidade de este Congresso derrotar seria muito maior porque o Senhor Presidente da República, desequilibradamente, atingiu a todos os Parlamentares, atingiu a autonomia dos que foram legitimados nas urnas, de quem veio aqui para representar este embate social.

Não viemos aqui para nos esconder atrás de cargos, de favores, de privilégios. Sr. Presidente, vimos para fazer os programas de distribuição de renda e ouvimos nos quatro cantos do País e em todos os Partidos, sobretudo nos Partidos da base aliada, que este Executivo não presta, que não opera, que não sabe trabalhar. Mas, ao que tudo indica, esta Casa está se nivelando ao Executivo, esta Casa está perdendo a oportunidade de promover a distribuição de renda, de fazer justiça social, de fazer uma injeção no mercado interno brasileiro.

As pesquisas, Sr. Presidente, estão aí: esse incremento ridículo de R\$151,00 para R\$177,00 não será poupado, não será transferido para o exterior, mas comprará alimentos e vestuários produzidos sobretudo pela indústria nacional, pela pequena indústria! Essa é a insensibilidade do Governo, que não ouviu colocar seus economistas, sua inteligência para buscar uma compensação alternativa. E quantas existiriam?

Nesta semana, Sr. Presidente, o Banco Bozano, Simonsen está sendo autuado em R\$1 bilhão pelo "Caixa Dois". Um bilhão de reais representa 25% dos R\$4 bilhões necessários para a distribuição de renda,

para esse programa social. O outro um bilhão poderíamos confiscar dentro deste Congresso, nas emendas parlamentares. Já seriam R\$2 bilhões, Sr. Presidente, e não está muito longe de podermos completar isso, com inteligência.

Recentemente, na Inglaterra, foi feito um processo de privatização, que o Brasil insensatamente quer copiar. Pois bem, os lucros das empresas privatizadas foram tão anormais, tão gritantes que o governo de Sua Majestade implantou o que ele chamam de *wind fall tax*, um imposto confiscatório, para impedir que o lucro prejudicasse a sociedade. E assim estão os nossos bancos nacionais e estrangeiros e nossas empresas privatizadas: com lucros fabulosos.

Sr. Presidente, o PPS vota contra a votação em globo, porque quer passar esta Casa a limpo, quer que todos aqui digam – e nós vamos saber – quem tem cargo no Governo. Além disso, vamos saber quem troca a defesa do compromisso nas praças públicas pelo cargo! Estamos aqui para manter o compromisso celebrado em praça pública! Não viemos aqui para manter os compromissos de gabinete!!!

(O microfone é desligado.)

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PSB – PE) Onde está, então, a dignidade do PFL, que assinou esse cheque e o levou à praça pública?

O Brasil não vai quebrar por essa diferença! De forma nenhuma, Sr. Presidente!

Peço a compreensão dos colegas para que sejamos leais não aos cargos e aos favores, porque esses são transitórios e não pertencem ao Legislativo, mas ao Executivo; nossos compromissos se ligam às praças públicas, aos logradouros dos mais necessitados! Votemos pelos R\$177,00, pela soberania da Casa, para que amanhã, quando disserem que o Executivo está desmantelando este País, estejamos isentos dessa contribuição nefasta.

Por isso, Sr. Presidente, o PPS é contra a votação em globo e a favor do destaque de R\$177,00, para que fique frontal e transparente para a sociedade de que a insensibilidade do Governo é muito grande, mas que esta Casa está celebrando uma revolução libertária pelos mais necessitados!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Não há hipótese de a Mesa não louvar o Deputado Clementino Coelho, que pode falar sem microfone nesta Casa. *(Palmas.)*

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Cardoso.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, é a vez do PL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a falará em nome do seu Partido?

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – Não, é pela Liderança do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) É em nome do Deputado Valdemar Costa Neto, não é isso?

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – Sim, pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) V. Ex^a tem a palavra.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, "Quem está do nosso lado vota a favor; quem estiver votando contra está votando contra o Governo, contra mim e está fora do Governo" – avisou o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Que eu saiba, não estou contra o Governo; pelo contrário, o PL e o PSL estão aqui juntos para lutar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para diminuir a miséria e o sofrimento de quarenta milhões de cidadãos brasileiros. (Palmas)

"Quem está do nosso lado vota a favor". A filosofia do Senhor Presidente não está correta para com esta Casa, porque nem sempre uma pessoa que está do meu lado concorda comigo em tudo. Na verdade, quem está sempre do meu lado é bajulador, porque em muitos momentos o homem erra. O homem é falso. (Palmas.)

Também disse o Senhor Presidente que é um homem de coragem. Coragem também nunca me faltou! E há muitos companheiros presentes que perderão seus cargos, como o rapaz lá de Alagoas do PL, que votou e perdeu lá um "carguinho" de alguém que ganhava R\$1 mil. Foi a grande vingança do Governo contra esse pobre coitado, esse infeliz lá do PL, que perdeu um "carguinho" de R\$1 mil.

Quero dizer que coragem também nunca me faltou! Estarei votando com o povo brasileiro. Hoje, alguém dizia: "Vamos perder". Eu dizia: vamos perder aqui dentro, mas vamos ganhar lá fora. Eu prefiro perder aqui dentro, mas ganhar lá fora. (Palmas.)

Não vou me estender nas minhas palavras. Disse o rei português ao sujeito que voltou com a notícia ruim: "Volte para lá para descobrir as terras, porque navegar é preciso, viver não é preciso". E eu digo:

hoje é preciso votar com o povo brasileiro; de cargos, nós não precisamos.

Que Deus abençoe o Brasil!

O PL vota não!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Líder Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, primeiro, quero dizer da importância desta votação em globo. A base do Governo está tentando mascarar a votação dos R\$177,00. Este painel vai mostrar quem é contra os R\$177,00 ou a favor deles. Isso vai ficar claro, quando os Srs. Deputados manifestarem seus votos em relação a esse requerimento de votação em globo. E por quê? Houve a manobra por parte dos Líderes do Governo de fazer um requerimento em globo.

A Oposição vai deixar como única emenda os R\$177,00. Quem quiser votar a favor dos R\$177,00 terá que votar contra o requerimento em globo, para externar seu voto de forma clara.

Não há dúvida de que o quadro mostrará o Deputado que votar favoravelmente ao requerimento em globo e contra o salário de R\$177,00. Não adianta a manobra. Temos que assumir a posição, até porque vai ficar claro que os Srs. Deputados que votarem favoravelmente a este requerimento estarão atendendo o pedido do Presidente da República. Não adianta tentar mascarar a votação.

Tenho certeza de que determinados Líderes do Governo vão dizer que há outras emendas e que podemos votá-las em globo. Não é verdade. Poderemos votá-las de forma separada; basta ter a coragem de dizer não à determinação e à ordem do Presidente da República. O que estamos votando aqui, neste requerimento, nada mais é do que o salário mínimo de R\$177,00.

Estou vendo certo pânico, gestos de preocupação por parte da base do Governo. Isso não deve existir. V. Ex^{as}s têm que cumprir a ordem do Palácio do Planalto, a determinação e a vontade do Presidente da República, até porque esse mecanismo para mascarar a votação não vai adiantar. Tudo ficará claro neste painel, que tem de ser mostrado ao Brasil, de norte a sul. E V. Ex^{as}s terão que explicar aos aposentados brasileiros que deixaram de votar pelos R\$177,00 – é o Presidente que diz isso –, porque foram atendidos em algumas emendas, obtiveram algumas nome-

ações. A explicação terá que ser dos Srs. Parlamentares, já que o Presidente não teve ética na relação com esta Casa. Sua Excelência desrespeitou o Congresso brasileiro; simplesmente quis usar um chicote, ao exigir que votássemos contra a sociedade.

Gostaria de fazer uma homenagem ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, pois S. Ex^a tem mantido a posição, apesar de o PFL ter recuado. S. Ex^a disse que sua posição está externada nos jornais e na imprensa. Até há pouco tempo, o PFL se mantinha no sentido de deixar o fisiologismo de lado e votar de acordo com a sociedade. Parece-me que hoje, com raríssimas exceções, isso não ocorre.

Essa votação, Sr^ss. e Srs. Congressistas, tirará a máscara de todos. Os Congressistas que votarem a favor do requerimento de votação em bloco estarão votando contra o salário de R\$177,00, dizendo "não" a ele. O resto são explicações que V. Ex^ss terão de dar à base sobre a ordem do Palácio do Planalto, mostrando à população a subserviência do Congresso brasileiro.

Desse modo, Sr^ss. e Srs. Congressistas, para terminar o encaminhamento pela Liderança do Bloco PSB/PCdoB, quem votar a favor da votação em bloco – tiremos a máscara – estará votando contra o salário de R\$177,00. Quem quiser votar cada tema, estará votando para que o povo brasileiro possa ter esperanças e, principalmente, para que o Congresso brasileiro recupere a sua dignidade.

Espero que a cabeça de cada um dos Parlamentares não se curve a uma ordem de quem não tem tido compreensão e quer acabar com a esperança do povo brasileiro. O resto será uma justificativa que cada um terá de dar a sua base.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alexandre Cardoso, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Andemir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira, Líder do PDT.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Congressistas, há fiscais do povo nas galerias, assistindo à sessão; outros a estão acompanhando pela TV Câmara, pela TV Senado ou

pela Rádio Câmara. Talvez a esses devamos nos dirigir.

Foi-se o tempo em que discursos comoviam Parlamentares. O que se percebe agora é que estamos divididos, independentemente de Partidos. Entre nós há democratas que têm compromissos com teses, discussões e debates, sem estarem restritos aos Partidos de Oposição. Isso é o que mostram os resultados das votações, já que não temos o número que exibimos nelas. Somos menores. Deputados e Senadores de outros Partidos têm procurado esse caminho democrático, que não é o que se confunde com aquela submissão para manter suas nomeações.

Como disse o Deputado Bispo Rodrigues, estamos discutindo a diferença de R\$151,00 para R\$177,00, e um Deputado do PL, porque votou com as teses do povo, perdeu um cargo de R\$1 mil, que foi considerado pequeno pela base do Governo. Na discussão do Orçamento, comprehendo que um Deputado conceda ou negue seu voto, para que seu Estado seja contemplado com uma obra, ou sua base, beneficiada com um melhoramento; isso faz parte do exercício do mandato. Mas fazer do salário do trabalhador moeda de troca para obter nomeações é algo que deslustra o Parlamento brasileiro. (Palmas)

Não gostaria de estar fazendo um discurso dessa forma. Não imagino democracia sem Parlamento. Tenho sido um dos maiores defensores desta Instituição, ao longo de meus mandatos, e considero, na maioria das vezes, injustas as críticas lançadas sobre ela. O Parlamento acaba sendo considerado a pior das Instituições, enquanto está funcionando; quando fechado por uma ditadura, seu funcionamento é reclamado pelo povo, por essa parcela que entende que existem democratas que continuam lutando, mesmo sabendo que não são os sentimentos nem os programas partidários que hoje orientam as votações.

Estamos aqui na crônica da morte anunciada. A proposta do salário mínimo de R\$177,00 perderá. E por quê? Por que desequilibrará as contas públicas? Não. Não existe país que tenha desenvolvido sua economia, estagnando o poder de compra do trabalhador. Pelo contrário, se arrocho salarial significasse caminho para liberdade e desenvolvimento, o Brasil seria o mais rico país do Primeiro Mundo. Há décadas, o trabalhador vem sofrendo o arrocho salarial, que agora parece querer perpetuar-se.

Aqui vai uma mensagem aos movimentos sociais: sem a luta social, sem a pressão nas ruas, dificilmente algo se conseguirá. Penso que, hoje, o conjunto dos trabalhadores – quer do serviço público, quer

da iniciativa privada; aposentados; pensionistas; trabalhadores urbanos; trabalhadores do campo – tem que entender que essa lógica pervertida está voltada contra todos aqueles que ganham sua vida com o trabalho.

Ainda há pouco, o Deputado João Sampaio fazia uma conta para mim: se uma família de quatro membros tomar, no café da manhã, no almoço e no jantar, apenas um cafezinho a R\$0,50, ao final do mês, ela terá gasto R\$180,00; e o Governo não quer votar um salário mínimo de R\$177,00.

Lamentavelmente, neste teatro do absurdo, vai-se dissimular uma votação em que seria tão simples cada um poder expor a sua posição. Seria tão simples uns votarem R\$151,00 e outros R\$177,00 diretamente, claramente e objetivamente; mas, ao contrário, encontra-se o caminho transverso, dissimulado para se dizer que é uma votação das emendas em globo.

Srs e Srs. Congressistas, não há votação de emendas em globo. A votação é de R\$177,00 contra R\$151,00. O Partido Democrático Trabalhista votará pelos R\$ 177,00 e assegura que toda a sua Bancada votará contra os R\$ 151,00. (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Miro Teixeira, o Sr. Andemir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Sr. Congressista Odelmo Leão.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Para encaminhara votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, a Bancada do PPB vem, neste momento, com muita tranquilidade, votar este destaque em globo.

Não viemos aqui esconder a nossa posição, porque, desta trincheira, o Partido Progressista Brasileiro, ao lado de diversos partidos que sustentam a base do Governo, fizeram as principais reformas do Governo Fernando Henrique Cardoso e puderam oferecer ao País, que tinha uma inflação de 4.000%, uma inflação atual de um dígito e em decífigro. Este, Sr. Presidente, é o verdadeiro ganho do salário; é o salário real.

O PPB é um Partido progressista que deseja o progresso brasileiro. Ajudamos a declinar a inflação, trouxemos a estabilidade econômica, a retomada do crescimento, o aumento da geração dos postos de emprego e, inclusive, já agora, nas indústrias brasileiras, votamos a aprovação dos pisos regionais que

dará oportunidade a que os Srs. Governadores propiciem melhores salários em seus Estados.

Sr. Presidente, neste momento, toda nossa Bancada desejaría dar um melhor salário mínimo. Contudo, temos de entender que, dentro dessa conjuntura, temos uma Previdência que atende a mais de oito milhões de trabalhadores rurais que recebem o salário mínimo. Há milhares de prefeituras que, temos consciência, não poderão pagar um salário excessivo.

Por esse motivo, dentro das reformas e dos avanços econômicos, o PPB mantém a sua coerência. Por isso, votaremos sim ao destaque em globo, sem nos esconder de nada, mostrando a nossa cara ao Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, está chegando a hora da verdade.

A manobra regimental para tentar esconder a emenda dos R\$177,00, pela argumentação do Líder do Governo e dos Deputados da base governista, foi desmascarada. Votaremos um reajuste de R\$177,00 ou R\$151,00.

O primeiro argumento do Governo é o de que a diferença é muito pequena: R\$26,00. Pequena? Façam as contas. Vinte e seis reais por mês totalizam dois salários a mais por ano para os que S. Ex's querem impor o reajuste de R\$151,00. Repito, dois salários a mais.

O segundo argumento do Governo é no sentido de que o impacto econômico pode desestabilizar o processo inflacionário. Esse argumento é absolutamente fantástico.

O Deputado Alberto Goldman ocupou a tribuna e apresentou um gráfico sem analisá-lo detalhadamente. Nesse mesmo gráfico, Deputado Alberto Goldman, só há um momento em que há crescimento real do salário mínimo: em 1995. Nesse ano, o reajuste foi de 43%, a inflação caiu e foi o melhor ano de crescimento econômico durante esse período. Esse argumento não se sustenta nem nos gráficos que o próprio Governo apresenta, quanto mais em um momento como esse, em que a inflação apresenta queda em vários índices, em que o Governo brande o argumento de melhoria nos indicadores macroeconômicos e em que o reajuste do salário mínimo é de apenas 1,4% do PIB, um impacto pequeno demais para desestabilizar a moeda.

O outro argumento, Sr. Presidente, trata da questão social, o centro da discussão.

Peço, neste instante, o testemunho do Deputado Moroni Torgan. Quando saí de meu prédio pela manhã, a faxineira que fazia a limpeza passou por mim e disse: "R\$151,00 não dá. E já falei isso para o Deputado Moroni Torgan. Meu nome é Maria, tenho dois filhos. E não consigo sobreviver nem alimentá-los com esse salário de vergonha. O que os senhores vão fazer hoje no Congresso Nacional?"

Amanhã, voltarei a falar com a Maria. Com a Maria, com os Pedros, para 22 milhões e 700 mil brasileiros que estão olhando para esta Casa, esperando que nesta noite, pelo menos uma vez na história do País, aqueles que nada têm tenham a sua vez na votação.

Eu, Sr. Presidente, amanhã cedo, sei como vou olhar para a Maria. Sei como olhar em seus olhos. Pergunto ao Deputado Moroni Torgan como S. Ex^a vai cumprimentar a faxineira, os aposentados e os pensionistas. Como o Deputado Inocêncio Oliveira, que todo feliz veio à tribuna contar da executiva do PFL – e eu levantava a mão de S. Ex^a –, vai explicar à Nação que tudo aquilo que o PFL fez não era exatamente o que vai votar. Como é que fica o Deputado Medeiros, empolgado na frente do Congresso, com os aposentados e pensionistas que reivindicavam um salário maior e que o aplaudiram de pé? E hoje, Sr. Presidente, não é bem assim.

Não, não é possível abdicar de um princípio na vida pública, não é possível abdicar dos compromissos que assumimos na praça pública em nome de um disquete com os cargos que a opinião pública está olhando para saber se valem mais, aquela funçãozinha, aquele espaço no Governo ou a coragem. Não a coragem de votar contra o povo, mas a coragem, que essa elite nunca teve, de ir ao encontro do povo para distribuir melhor a renda e a riqueza, para construir uma sociedade mais generosa e mais fraterna.

Hoje, Sr. Presidente, é verdade que o argumento principal é o Orçamento, e todos repetem o Orçamento, mas o Ministro que tomou posse relatou um Orçamento em que o custo da dívida é de R\$130 bilhões e o peso do salário mínimo é R\$1,4 bilhão. O salário mínimo no Orçamento representa 1% do custo da dívida pública, e V. Ex^as vêm aqui dizer que não há ajuste possível no Orçamento para, quem sabe, colocar 2%? Mas são esses 2% que possibilitarão a Maria, Deputado Moroni, quem sabe, oferecer o mínimo de condição de subsistência para os seus filhos; para os 12 milhões de aposentados e pensionistas senti-

rem que esta Casa tem o mínimo de sensibilidade para com eles.

Se o Presidente quer humilhar, destruir as suas lideranças, que assuma a sua responsabilidade e vete essa decisão, mas não permita que os Deputados voltem envergonhadamente para suas bases, se escondendo, como já estão, da imprensa e da opinião pública. Os idosos, especialmente, não esquecem facilmente, pois já passaram de tudo pela vida e vão cobrar de V. Ex^a nessa próxima eleição. São R\$177,00. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Geddel Vieira Lima.

O SR. GEDDEL VIEIRA LIMA (Bloco/PMDB – BA) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^os e Sr^os Congressistas, volto a esta tribuna para repetir argumentos já expostos e respaldar a posição do PMDB. Refiro-me à posição definida pelo brilhante e sério relatório do correto Deputado Armando Monteiro. S. Ex^a elaborou, na comissão encarregada de examinar a medida, um relatório e um parecer sérios, sob o ponto de vista técnico, e com profundo embasamento. S. Ex^a mostra, de maneira inquestionável, inequívoca, que não existem condições para que o salário mínimo seja maior do que R\$151,00.

É importante declarar uma obviedade: o PMDB integra a base de sustentação do Governo. Nas eleições, a população estabeleceu quem seria Oposição e quem seria Governo; deixou claro que à Oposição seria permitido, estava sendo-lhe oferecida a licença e a liberdade de construir o país que desejava – apenas uma retórica; ao Governo, aos que integram e apóiam a base de sustentação do Governo, não foi permitida essa licença, essa liberdade. Não podemos construir o país que desejamos apenas com a retórica, porque temos que estar atentos, absolutamente atentos às consequências das decisões que haveremos de tomar.

O relatório do Deputado Armando Monteiro, os argumentos expendidos por S. Ex^a, o Ministro da Previdência, Dr. Waldeck Ornelas, e dos Ministros da área econômica demonstram de forma inquestionável que apesar de todos reconhecerem que R\$151,00 não é o salário desejado por nós, que gostaríamos – nós todos que temos que contar com a popularidade, com o apreço popular, que encontramos no voto o oxigênio que nos alimenta, que nos mantêm vivos, evidentemente que não sendo masoquista – de estar

aqui nesta tribuna defendendo e dizendo que o PMDB deseja, como todos, um salário muito maior.

As eleições não nos permitem construir o Brasil que desejamos apenas com a retórica. Dentro dessa ideia, dessa filosofia de responsabilidade, é pelo convencimento que sabemos, do ponto de vista técnico, que um valor maior do que R\$151,00 neste momento inviabiliza a Previdência e cria também dificuldades para a manutenção do controle das contas públicas. Sr. Presidente, Sr^o e Sr^a Congressistas, com muita tranquilidade, para que não corramos o risco de termos de volta uma época bem vivida por minha geração, assim como a de V. Ex^{as}, em que o grande símbolo a corroer o salário mínimo, sempre pequeno, era a máquina de remarcar, que fazia com que, no meio de um mês, o salário mínimo já baixo estivesse corroído, às vezes, em 50% no mais indigno e incorreto dos impostos, que é o imposto inflacionário, vamos votar a favor do requerimento de votação em globo. Isso não significa, como tentam fazer crer alguns integrantes da Oposição, nenhuma submissão a ameaças de perda de cargos ou o que quer que seja, até porque tenho absoluta certeza de que esta Casa também não se curvará às ameaças de expor os votos lá fora como se aqui ninguém pudesse exercer sua consciência.

É exatamente por não termos medo de uma ou de outra ameaça que o PMDB, votando com o Relator, com sua consciência, de forma clara e transparente e autorizado pela Bancada, vota a favor, vota "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Para encaminhara votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^o e Sr^a Congressistas, se me perguntassem se o PFL deveria, voltando três meses, adotar a atitude tomada na Executiva Nacional do Partido em relação ao salário mínimo, se deveria mantê-la, eu diria que sim. Esta sessão está sendo realizada hoje graças à posição do PFL, do contrário, nos últimos cinco anos, não se teria discutido com tanta profundidade, nem com tanta responsabilidade, procurando fontes que pudessem justificá-lo, um salário acima do que está sendo praticado hoje.

Mas se isso fosse inviável, Sr. Presidente, não negaríamos isso aqui porque não é da índole do Partido da Frente Liberal. Somos um partido responsável, assumimos a responsabilidade dos nossos atos. Por isso, o Líder está aqui para dizer que a classe trabalhadora obteve muitas conquistas graças à atitude do Partido da Frente Liberal. Se esse índice atingiu esse

patamar, isso se deve à posição do Partido da Frente Liberal. Se votamos o piso regional, permitindo aos Srs. Governadores dos Estados condições de votar um piso superior a R\$151,00, foi em função do PFL.

O piso regional é a cara do nosso Partido, porque foram os Governadores do PFL os primeiros a encamparem essa bandeira e dizerem que votariam um piso acima do equivalente a US\$100. Se a data base, que era em maio, passou para 03 de abril, isso ocorreu em função de gestão do Partido da Frente Liberal. Por último, Sr. Presidente, a partir do ano 2000 não mais o salário mínimo deixará de ser discutido na Comissão de Orçamento, inclusive com seus índices e fontes, senão graças ao Partido da Frente Liberal.

Por último, essa emenda inserida no projeto de conversão pelo Deputado Medeiros não é inócuia, porque, a partir de janeiro, estaremos mais uma vez desfraldando a bandeira de um reajuste de salário mínimo que proporcione um maior poder aquisitivo para a classe trabalhadora do nosso País.

Sr. Presidente, o que estamos votando aqui não são os R\$177,00. Isso é um engodo. Estamos votando aqui sete destaques, por isso a votação é em globo, pois, do contrário, seria votação de preferência. Estamos votando sete destaques em globo; os destaques são os de nºs 4, 18, 19, 32, 42 e 48.

Sr. Presidente, fazemos parte da base de sustentação do Governo; ajudamos a eleger, por duas vezes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com muita honra para o PFL; ajudamos a escrever seu programa de Governo; com nossas posições e nossos votos, estamos ajudando Sua Excelência a fazer as mudanças fundamentais para adaptar o Brasil à nova realidade mundial. Seria um contra-senso, nessa hora, que o Partido da Frente Liberal lhe faltasse.

A Executiva Nacional do PFL fez uma recomendação à Bancada para fazer com que o Partido volte ao seu caminho, que é o caminho da base de sustentação. Por isso, o cumprimento do dever é apanágio dos que se opõem à sociedade. O PFL, no sentimento da governabilidade e da responsabilidade, votará "sim" à votação em globo de todos esses destaques. PFL, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^os. e Srs. Congressistas, começo por dizer que este é um momento muito importante para o Parlamento. Na verdade, a minha

primeira homenagem vai a cada um dos Congressistas, de situação ou de oposição, que souberam, com entendimento, com tranquilidade, permitir que, neste instante, cada Partido e, mais do que isso, cada Congressista, individualmente, pudesse aqui manifestar a sua posição. Na verdade, Presidente Antonio Carlos Magalhães, estamos resgatando um entendimento feito há algumas semanas, nesta Casa, sob o patrocínio também de V. Ex^e.

Se não pudemos, em determinado instante, trazer essa questão à votação, estamos fazendo agora – infelizes os que não compreendem as peculiaridades da política. Estamos fazendo, ao contrário do que diziam algumas importantes Lideranças da Oposição. Estamos votando hoje esta matéria, porque a maioria resolveu votá-la. Estamos aqui, em plenário, dizendo no painel da Câmara dos Deputados qual é a nossa posição, porque resolvemos fazê-lo. Poderíamos ter buscado outro caminho. Não foi neste instante, com entendimento e com apoio das Oposições, que aqui viemos.

Digo isso, Sr. Presidente, para desmoronar um argumento falacioso, que, de tão repetido para alguns, pode passar como verdadeiro, ou seja, que alguns Parlamentares têm receio de expor aqui as suas posições.

Na verdade, Sr. Presidente, é preciso que, com muita clareza, mas também com muita serenidade, mostremos, não à Casa, porque tenho certeza, já sabe disso, mas ao País, a alguns incautos, desavisados e a outros manipulados, que, infelizmente, a disputa não é tão simples entre um salário de R\$151 e outro, de R\$177. Quisera que fosse essa a discussão, Sr. Presidente, porque, nesse caso, as propostas teriam de ser muito mais elevadas. Assusta-me um pouco ver aqui Líderes da Oposição condenarem o salário mínimo de R\$151 e não fazerem restrições ao de R\$177. É muito baixo, Srs. Companheiros da Oposição, o salário de R\$151; é da mesma forma vergonhoso o de R\$177. Na verdade, não estamos criando aqui uma fórmula mágica, ainda não inventada no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, de que uma lei que determina o valor nominal do salário possa lhe dar ganho real. Estamos, de fato, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares – e vamos encarar isso com coragem e firmeza, definindo o nosso apoio, ou não, a um projeto de política econômica, a um projeto de País por duas vezes referendado nas urnas. Estamos, na verdade, dando um voto de confiança ao Governo. Se estivéssemos vivendo um sistema par-

lamentarista, seria exatamente isso. Qual o governante de qualquer parte do mundo, companheiros e companheiras, sobretudo os de Oposição, que não gostaria, com absoluta sinceridade, independentemente de suas convicções doutrinárias ou ideológicas, de dar o maior aumento possível ao salário dos seus concidadãos? Qual seria esse governante? Ele não nasceu ainda. Mas existem, Sr. Presidente, dois caminhos muito claros. O da Oposição, eu comprehendo; ela quer optar, como sempre, pelo discurso. Não quero fazer reparos a essa posição, pois com ela já me acostumei. Até mesmo quando o adversário era externo, até mesmo quando a crise asiática quase colocou por terra a maior conquista da sociedade contemporânea: a estabilidade da sua moeda, os discursos foram os mesmos: "Os senhores pagão nas urnas, responderão em praça pública".

Foi a coragem e a firmeza de cada um dos Partidos da base governista, que hoje aqui se repeete, que possibilitou não apenas a nós da Situação, mas sobretudo aos senhores da Oposição e aos seus eleitores, estarmos vivendo num País de inflação declinante e emprego crescente. E obviamente não vivemos ainda no País que queremos construir, mas é evidente também, Sr. Presidente, que, contra dados e informações corretas e consistentes, a voz, o grito e – perdoem-me –, até mesmo em alguns momentos, a falta de educação poderão opor-se.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, eu o de forma extremamente afirmativa, porque essa é a no^{ta}, nesse momento, dizendo que continuamos acreditando que não se transforma a estrutura de um país com palavras vazias, com discursos demagógicos ou com apelos eleitorais. Este País se transformará quando seus homens tiverem firmeza, não se curvarem ao aplauso fácil e buscarem, com responsabilidade, construir um país melhor.

Nesse instante, gostaria, sim, de poder dizer aos meus concidadãos, aos meus conterrâneos das Minas Gerais que sou favorável a um salário mínimo de R\$177, de R\$200 ou R\$300, se eu tivesse a coragem de dizer-lis que isso não significaria o retorno da inflação e a perda do poder aquisitivo do seu salário. Na realidade, essa é a questão central que nos traz agora à tribuna e ao plenário. A cada um dos Srs. Congressistas dizemos que acreditamos que estamos construindo um país; acreditamos, nós que apoiamos o Governo, que dentro de muito pouco tempo, cada um de nós, os trabalhadores, os aposentados do País estaremos juntos olhando

para trás, dizendo que valeu a pena acreditar. É por isso que vamos votar a favor da medida provisória.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Inocêncio indicou os destaques que fariam parte dessa votação em globo. Sou o autor de um deles e, comovido pelo discurso do Deputado Inocêncio Oliveira, retiro o meu destaque à emenda do Deputado Medeiros. Penso que os Líderes da Oposição, de modo geral, vão retirar os seus destaques para que persista, exclusivamente para votação, o destaque à Emenda nº 51, que caracterizará que estaremos votando os R\$177,00.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL - PE) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra à V. Ex^a.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Fui citado nominalmente por meu querido Líder e queria dizer que os destaques não podem ser todos retirados. Só pode ser retirado o que o Deputado Miro Teixeira propôs, mas existem até destaques - eu não quis fazer isso porque respeito muito os meus colegas e esta Casa — que propõem até reajustes de seis em seis meses. Digo isso com a responsabilidade de Líder, já que tenho todos esses destaques em mãos. Há destaques irrealistas para o País. Por esse motivo, não estamos votando o salário de R\$177,00; estamos votando em globo um conjunto de destaques.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Retirada a emenda de autoria do Deputado Medeiros, a requerimento do Deputado Miro Teixeira.

Foi deferido o pedido.

O SR. PEDRO EUGÉNIO (Sem Partido - PE) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. PEDRO EUGÉNIO (Sem Partido - PE) - Como autor da Emenda nº 11, gostaria de encaminhar a retirada do destaque em relação à mesma, para permitir a votação do salário mínimo de R\$177,00.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Está deferida a retirada.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Cardoso.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Líder do Bloco PSB/PCdoB, eu queria retirar o destaque da Emenda nº 9.

Já que o Deputado Inocêncio Oliveira encontrou tantos absurdos, sugiro que S. Ex^a retire todos. Assim, só votaríamos o salário de R\$177,00. Essa é a proposta que encaminho ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto, se assim o desejar. (Pausa.)

O SR. RICARDO BARROS (PPB - PR) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PPB - PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que a Mesa lesse os destaques que restaram para a votação em globo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) - É importante, Sr. Presidente, sabermos exatamente o que estamos votando agora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, fará a leitura.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 38, DE 2000 - CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 50, do Regimento Comum, destaque para votação do art. 6º, constante do PLV nº 4/00:

"Art. 6º Será fixado novo valor para o salário mínimo, entre janeiro e abril e 2001, desde que fontes adicionais de receita sejam identificadas, ou que se promovam eventuais compensações no Orçamento, de forma a se manterem inalteradas as metas fiscais para os exercícios e 2001 e seguintes."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. - Deputados **Alberto Godmann**, PSDB - **Aécio Neves**, PSDB - Senador, **Jader Barbalho**.

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 4, do Deputado Benedito Dias, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

“Art. 1º Em 3 de abril de 2000, o salário mínimo será de R\$170,00 (cento e setenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do dispositivo no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$5,66 (cinco reais e sessenta e seis centavos) e o seu valor horário a R\$0,77 (setenta e sete centavos)."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputados, **Alberto Goldmann**, PSDB – **Aécio Neves**, PSDB – Senador, **Jader Barbalho**, PMDB.

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 18, do Deputado Paulo Lima, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

Art. 1º

“(cento e cinqüenta e um reais), acrescido, para os trabalhadores que recebem apenas um salário mínimo, de uma cesta básica contendo os seguintes produtos e quantidades, ou valor monetário a ela correspondente: 5kg de arroz; 2Kg de feijão; 1Kg de fubá; 1kg de macarrão “espaguetti”; 1kg de sal; 2kg de açúcar cristal; 1kg de farinha de trigo; e 1 lata de óleo.”

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputados **Alberto Goldmann**, PSDB – **Aécio Neves**, PSDB – Senador, **Jader Barbalho**, PMDB.

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 19, do Senador Carlos Patrocínio, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

“Art. 1º Em 3 de abril de 2000, após a aplicação dos percentuais de 5,66%, a título de reajuste, e de 5,08%, a título de aumento real, sobre o valor de R\$136,00 (cento e

trinta e seis reais), o salário mínimo será de R\$151,00 (cento e cinqüenta e um reais).

§ 1º Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$5,03 (cinco reais e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,69 (sessenta e nove centavos).

§ 2º A partir do ano 2001 até o ano de 2004 inclusive, o salário mínimo será reajustado com ganho real nunca inferior a 10% (dez por cento)."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Alberto Goldmann**, PSDB/SP – Deputado **Aécio Neves**, PSDB – Senador **Jader Barbalho**, PMDB.

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, c/c o art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação em separado da Emenda nº 20, de autoria do Deputado Coriolano Sales, apresentada à Medida Provisória nº 2.019/2000, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996 e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **José Carlos Aleluia**, PFL – Deputado **Odelmo Leão**, PPB – Deputado **Paulo Magalhães**, Vice-Líder PFL – Senador **Jader Barbalho**, PMDB.

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1, de 1989 – CN, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à espécie, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 21, de minha autoria, à Medida Provisória nº 2.019, de 2000, que “Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 3 de abril de 2000”.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Ailton Cascavel**, PPS/RR.

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN destaque para votação da Emenda nº 32, do Deputado Roberto Argenta apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. O salário mínimo passará a ter, a contar de novembro de 2000, um au-

mento semestral e 4,5%, no primeiro dia dos meses de maio e novembro, até o mês de novembro de 2002, observados os respectivos aumentos referentes aos seus valores diário e horário.

"Art. 2º-B. Aplicar-se-á sobre os benefícios da Previdência Social que tivera, majoração em face do aumento do salário mínimo, semestralmente, o mesmo percentual incidente sobre o salário mínimo constante do Art. 1º-A."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputados, **José Carlos Aleluia – Paulo Magalhães** – Senador, **Jader Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 48, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 42, do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019-01/00, com a seguinte redação:

Art. 5º.

§ 3º A partir de 1º de outubro de 2000, o valor do salário mínimo será de R\$170,00 (cento e setenta reais)."

Sala da Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputados, **José Carlos Aleluia – Paulo Magalhães** – Senador, **Jader Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 49, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exº, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, c/c o art. 15 da Resolução nº 1/89 – CN destaque para votação em separado da Emenda nº 43 e autoria do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à Medida Provisória nº 2.019/2000, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996 e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputados, **José Carlos Aleluia – Odelmo Leão – Paulo Magalhães** – Senador, **Jader Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 50, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para votação da Emenda nº 48, do Deputado José Carlos Aleluia, apresentada à MP nº 2.019-1/00, com a seguinte redação:

"Art. 6º A partir de 2 de outubro de 2000, o valor do salário mínimo fixado no

art. 5º desta Medida Provisória será novamente reajustado, segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, apurado pelo IBGE com referência ao último período de seis meses disponível, concedendo-se ainda, a título de aumento real, um percentual de 4º (quatro por cento).

§ 1º Em virtude do disposto no caput deste artigo serão igualmente reajustados nos mesmos percentuais valor diário e horário do salário mínimo.

§ 2º Para os benefícios mantidos pela Previdência Social, serão reajustados em 1º de janeiro de 2001, com os mesmos percentuais aplicados em 2 de outubro de 2000, na forma deste artigo."

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputados **José Carlos Aleluia – Paulo Magalhães** – Senador **Jader Barbalho**.

REQUERIMENTO N° 51, DE 2000 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 15, da Resolução nº 1/89 – CN, destaque para a votação em separado da Emenda Substitutiva Global nº 51, de autoria do Deputado Paulo Paim, apresentada à Medida Provisória nº 2.019-1, de 2000, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências".

Sala das Sessões, 10 de maio de 2000. – Deputado **Aloizio Mercadante**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Aloizio Mercadante, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 50 do Regimento Comum dispõe: "Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação".

A maioria dos requerimentos apresentados agora não é de Líder. Do que foi lido há pouco, só Líder apresentou requerimento, Sr. Presidente, que é um requerimento de preferência.

Quero pedir encarecidamente aos Deputados Aécio Neves, Inocêncio Oliveira e Arthur Virgílio, parem de criar um pretexto para esta votação e votem.

com clareza o que querem. Se têm tanta segurança no discurso, votem R\$177,00 contra R\$151,00. Só temos uma emenda, que é a dos R\$177,00. Que fique bem claro que essa é a decisão que vamos tomar nesta votação, e é assim que o povo brasileiro terá de entender este Plenário.

O SR. AIRTON CASCAVEL (PPS – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. AIRTON CASCAVEL (PPS – RR) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria retirar o destaque de minha autoria, que trata da alteração da data do salário mínimo para 1º de janeiro. É um absurdo discutir nesta Casa salário mínimo em valores quando o Orçamento está fechado. Com a retirada do meu destaque, quero deixar bem claro que quem votar a favor da matéria estará votando contra os R\$177. Por isso, retiro o meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Deferido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, solicito a palavra para contraditar o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Aloizio Mercadante cometeu aqui um grande engano. Certamente trata-se de um equívoco que S. Ex^a corrigirá. Naturalmente, meu caro Líder Aloizio Mercadante, quando o ilustre 1º Secretário faz a leitura dos autores das emendas, está-se referindo a quem? Aos autores das emendas. Os destaques a essas emendas foram, sim, assinados pelos Srs. Líderes. Obviamente, o que V. Ex^a pede é algo impossível de ser atendido, porque, se houvesse a retirada de todos os destaques, não haveria votação em globo, que foi aprovada por esta Casa. Na verdade, seria uma votação individual. Estamos votando em globo o que foi aprovado nesta Casa. Se houver um destaque, não será em globo, e os destaques têm a assinatura dos Srs. Líderes. Portanto, Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.

Ex^a deferiu minha questão de ordem. Portanto, a contradita está prejudicada, é intempestiva.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não deferiu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Não deferiu.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Está certo, Sr. Presidente. Interpretei errado a Presidência e pediria que fossem lidos os nomes dos Líderes que assinam.

Mais do que isso, para que esse pretexto? Por que não deixamos, com transparência, a seguinte questão: quem votar para retirar a votação em globo não quer votar os R\$177,00.

Sr. Presidente, peço a leitura dos nomes dos Líderes que assinam os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, fará a leitura dos nomes dos Líderes que assinaram os requerimentos.

São lidos os nomes dos Líderes que assinaram os requerimentos:

(Aécio Neves, Líder do PSDB, José Carlos Aleluia, Vice-Líder do PFL; Deputado Aloizio Mercadante.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Na realidade, essa é a única emenda que vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Foi cumprido o Regimento em relação às emendas.

Passa-se, agora, ao encaminhamento no Senado. Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, foi lida a emenda ou o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Foi lido o requerimento, solicitando...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Requerimento de destaque?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Requerimento de votação em separado da emenda, o que significa um destaque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^r e Srs. Congressistas, o Partido Socialista Brasileiro vai votar "não" ao requerimento, porque quer votar o salário de R\$177,00 sem nenhuma

escamoteação. E quer votar assim porque vê claramente que o argumento fiscal é, na verdade, uma grande farsa que se montou neste País, para que otários acreditem e para que espertos se valham dele para continuar mantendo privilégios. O argumento fiscal não vale, por exemplo, para os rombos do Banco Central. Isso, aliás, está explícito na Lei da Responsabilidade Fiscal, ou seja, qualquer rombo que o Banco Central provocar será coberto pelo Tesouro. O argumento fiscal também não vale para o mercado financeiro, porque os juros são elevados, e o mercado já não quer pagar os juros aos quais o Governo pretende colocar os títulos. O mercado já recusou e quer o aumento dos juros. O argumento fiscal não vale para subsídios oferecidos a algumas indústrias, como a indústria petroquímica; o argumento fiscal não vale para instituir o imposto para grandes fortunas; o argumento fiscal, enfim, não vale para a elite endinheirada deste País e para os seus sócios estrangeiros. O argumento fiscal só vale para arrochar o trabalhador e o aposentado brasileiro. Até quando, até onde, Sr. Presidente?

Não se está percebendo que o nível de indignação do povo brasileiro está atingindo um ponto crucial. Serão precisos muitos policiais para acalmar o povo indignado que aí está, e os criminosos vão gostar muito disso. Estão crescendo muito os níveis de indignação e de descrédito nas instituições, a começar pelo Parlamento, por esse comportamento que estamos tendo aqui hoje. Infelizmente, lamentavelmente, temos que usar essa expressão na primeira pessoa do plural, porque engloba todos nós. Mas vamos aqui cumprir com o nosso dever de esclarecer o povo e de mostrar que isso tudo é uma farsa para continuar o processo ao longo do qual só ganham os ricos endinheirados associados, a máfia do mercado financeiro internacional, e perdem o povo, os aposentados e os pensionistas. Até quando?

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, é realmente uma noite marcante, uma sessão histórica. O Governo pode até ganhar a votação, Governo e governistas. Perderão os aposentados, perderão os trabalhadores, perderá o Brasil. Mas também Governo e governistas pagarão um preço alto por isso, um preço elevado em termos políticos. Os otários, que acreditam no argumento fiscal; os espertinhos, que pensam que continuarão levando vantagem; e os pusilâminos, que temem o chicote do Fernando Henrique, pagarão um preço alto, sim!

Vamos votar favoravelmente ao salário de R\$177,00, porque é o mínimo compatível com a digni-

dade do povo brasileiro, a dignidade do Parlamento Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Senador Paulo Hartung, para encaminhar a votação.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS já explicitou sua posição por intermédio do pronunciamento detalhado do Deputado Clementino Coelho. Por isso, não cabe à Liderança no Senado repetir argumentos, até porque acreditamos que já passamos da hora de iniciar a votação da matéria. Assim, gostaríamos apenas de repetir a posição contrária à votação em globo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, a Senadora Heloisa Helena, para encaminhar a votação.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Parlamentares, talvez a coisa mais angustiante desse bom-dia que já estamos dando seja de fato ter que encarar o argumento fraudulento. Talvez essa seja a pior coisa que estejamos vivenciando aqui. Há o argumento fraudulento do Governo no sentido de dizer que não se pode estabelecer os R\$177,00 e há um argumento mais vergonhoso, farsante, fraudulento: as Lideranças do Governo – vejam que impressionante –, que assinam as emendas que estão sobre a mesa, no plenário, encaminham contra a votação de suas próprias emendas. Isso é uma farsa; isso é uma fraude que aqui está estabelecida.

Como é que o Sr. Aécio Neves, o Sr. José Carlos Aleluia e os outros todos têm que ir ao microfone para justificar por que estão encaminhando contra as próprias emendas apresentadas? Portanto, Sr. Presidente, sabemos que o que está aqui em jogo, infelizmente, é quase que uma concepção dentro da base do Governo para disputar quem é mais súbito do rei, do rei Fernando Henrique, de sua majestade, que arrota arrogância perante o Congresso Nacional e deglute, vergonhosamente, subserviência ao Fundo Monetário Internacional. É um argumento fraudulento dizer que vai retomar a inflação, que se vai destruir o País, que se vai gerar desemprego. Dessa cantilena enganosa o povo brasileiro está cheio.

Efetivamente, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Parlamentares, estou envergonhada por estar aqui; estou envergonhada pelo golpe que se aplica nos miseráveis, nos famintos, naqueles que dependem do salário

mínimo para trazer pão para a mesa de seus filhos. Além da vergonha, ainda aceitamos um cabresto imposto pelo Presidente da República ao Congresso Nacional; aceitamos que o Presidente da República tenha condutas que o Código Penal tipifica como tráfico de influência, a corrupção ativa e passiva. São todos crimes contra a Administração Pública. O Presidente da República está promovendo uma fela negocia: está trocando votos por cargos no Governo.

O Congresso Nacional golpeia a própria Constituição. Um dos princípios da Administração Pública são, ao menos para a indicação de cargos, a impre-ssionalidade e a moralidade. O Presidente da República, olvidando os princípios da moralidade e da impre-ssionalidade, está envolvendo o Congresso Nacional em um negócio sujo. Por isso, faço esse apelo.

Sei que as mentes e os corações dos Congressistas só se movimentam quando a mídia dá cobertura, quando são oferecidos cargos no Governo ou quando o povo grita nas ruas. E é por isso, Srs. e Srs. Congressistas, que espero que a dor, o sofrimento, a angústia de milhares de brasileiros possam, de alguma forma, tocar mais as mentes e os corações dos Srs. Congressistas do que o negócio sujo, a negocia: sugerida pelo Presidente da República.

Portanto, é de fundamental importância que votemos contra o requerimento, já que a sociedade brasileira estará acompanhando para ver quem são os traficantes de influência; para ver quem são aqueles que fazem negócios sujos; para ver quem são aqueles que efetivamente não incorporaram o interesse público, o interesse daqueles que estão submetidos à fome, à miséria, à humilhação e ao sofrimento.

Espero que o PFL, Sr. Presidente, faça o mesmo programa que foi divulgado na televisão, mostrando aquela senhora que escrevia uma carta não agradecendo, mas dizendo não à traição que lhe impuseram, manipulando os corações dos miseráveis brasileiros, fazendo propaganda enganosa sobre o salário mínimo e agora se ajoelhando covardemente perante o tráfico de influência imposto pelo Presidente da República. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna em nome da Liderança do PSDB, nesta noite importante. Neste momento da vida nacional, temos que fazer não a política da conveniência, pois esta já custou muito caro ao Brasil. Hoje, somos a geração que

está pagando a conta da conveniência, da política fácil, que custou muito dinheiro à população pobre: a política da inflação. Somos a geração que acreditou que a inflação resolveria o problema da população e, pelo contrário, concentrou renda, discriminou. Não vi as pessoas lutarem contra essa política. Pelo contrário, as pessoas achavam que era boa. Mas boa para quem? Para os governos perdidários, para os ricos, isso é que beneficiava a inflação. Temos que pensar no crescimento do País, em fazer as mudanças estruturais que permitam mudar a vida das pessoas, que possam fazer inclusão social e as grandes mudanças de que o Brasil precisa. Temos que olhar para o futuro, sem preconceitos, pois estes não dão emprego a ninguém.

Temos que pensar num Brasil diferente, não neste Brasil que temos de herança, mas num Brasil de coragem. É por isso que estamos aqui hoje para discutirmos a questão do salário mínimo. Seria muito conveniente fazermos o discurso fácil. Queremos o crescimento real, uma política de aumento constante, para que possa chegar àquilo que queremos: um País sem concentração de renda, que tenha o direito de olhar para o seu futuro; um País que coloca 96% das crianças na sala de aula. É aí que está a diferença. Por esse caminho podemos fazer a desconcentração de renda, e não pelo discurso fácil.

Dentro dessa linha, estamos aqui para defender esse aumento que foi possível agora. E temos mais: cada um de nós pode ir para os seus Estados pedir que os Governadores concedam um piso maior em cada Estado. Temos essa chance.

Quero ver cada um de nós que hoje está falando nessa posição, depois, em seus Estados, pedindo a seus Governadores que concedam o aumento que o País precisa.

É essa linha, a da responsabilidade; é este Brasil que vamos construir, com coragem, determinação, para não fazer o discurso fácil da conveniência, da exclusão social, que foi o que representou até agora.

É com coragem e paixão que se faz política, respeitando o direito dos outros pensarem. A democracia é isto: o contraditório, o direito da minoria e a vontade da maioria, para que, com coragem, possamos construir este Brasil.

Por isso recomendamos a votação dessa proposta, não porque seja a ideal, mas porque é a possível, que vai permitir que possamos encontrar o caminho do crescimento, da inclusão social e do progresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, venho à tribuna, na noite de hoje, com a maior tranquilidade, imbuído da maior certeza de que o Congresso Nacional está dando um passo à frente pelas mãos seguras do meu Partido, tanto na ativa Liderança na Câmara dos Deputados, como, modéstia à parte, no Senado Federal.

Orgulho-me e gabo-me, sim, de termos entre nós, do PFL, Governadores que se anteciparam, dando aumento superior ao do salário mínimo: A Governadora Roseana Sarney, do Maranhão, o Governador César Borges, da Bahia, o Governador Amazonino Mendes, do Amazonas. Eu mesmo falo com tranquilidade porque fui Governador do meu querido Piauí e sempre dei aumentos superiores aos do salário mínimo.

Avançamos, sim, porque a proposta inicial era de R\$144,00. Avançamos, sim, porque o que era de maio passou para abril. Avançamos, sim, porque queremos, a partir do início do ano, discutir essa matéria. Avançamos, sim, na regionalização e na abertura do salário mínimo.

Assim, aqui venho com a maior tranquilidade porque nosso Partido adota o trabalhismo de resultados. Não vamos dar murro em faca; não vamos dar murro em mesa à toa e derrubar tudo o que é do trabalhador, pois estaremos derrubando a medida provisória e voltaremos ao salário mínimo anterior. Isso não queremos. Avançamos, sim!

Louvo o Deputado Medeiros pela sua capacidade de fazer também o sindicalismo de resultados. Estamos adotando o que muitos da Oposição pedem: o diálogo com elegância, com elevação, com respeito ao povo brasileiro e com aquela vontade férrea de saber a determinação do que queremos.

E o que queremos? A certeza de que o Brasil, a passos seguros, avançou e graças a esse trabalho do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, renovamos os argumentos apresentados da tribuna pelo Líder na Câmara dos Deputados e recomendamos aos Senadores do PMDB o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares, para que possamos dar início à votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação do Requerimento nº 52, de 2000-CN, para votação em globo dos requerimentos de destaque.

Queiram seguir a orientação do visor do posto.

(Procede-se à votação.)

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Quem vota "não" vota pelos R\$ 177,00.

O SR. CAIO RIELA (Bloco/PTB – RS) – O PTB do Rio Grande vota "não".

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – O PT vota pelo R\$ 177,00. Vota "não".

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP) – O PDT encaminha o voto a favor de R\$177,00, portanto vota "não".

O SR. PEDRO EUGÉNIO (PPS – PE) – Sr. Presidente, o PPS vota "não", vota pelos R\$ 177,00.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG) – Sr. Presidente, o PPB recomenda à sua Bancada o voto "sim".

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ) – Sr. Presidente, o Bloco PSB/PC do B vota "não" e deixa claro que essa máscara de querer votar de outra forma é, na verdade, se esconder atrás de paredes que não existem. Quem votar "não" está votando com os R\$ 177,00. Quem votar "sim" está votando contra os R\$ 177,00. Tem que ter, no mínimo, hombridade e assumir essa posição no Plenário da Câmara.

O SR. CARLOS SANTANA (PT – RJ) – Sr. Presidente, além de votar "não", eu não vou conseguir chegar na casa de minha mãe, lá em Bangu, no morro do Parque de São Pedro. Então, eu tenho que dizer para ela: o teu filho está votando nos R\$177,00, contra os R\$151,00.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB – PE) – Sr. Presidente, Patriota vota "não".

O SR. SÉRGIO BARROS (PDT – AC) – Sr. Presidente, o voto "sim" é pela votação em globo dos destaques lidos pela Mesa, que se referem a diversos pontos da matéria ora em votação, da medida provisória editada.

Portanto, os companheiros que desejam a votação em globo dos destaques, todos eles já lidos pelo Secretário da Mesa, votam "sim".

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O PSDB reitera o voto "sim" ao requerimento de destaques em globo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Deputados que estão em outras

dependências da Casa devem vir ao plenário para votar.

Os Srs. Senadores votarão posteriormente.

Os Srs. Senadores que estão nos seus gabinetes também devem vir ao plenário.

A SRA. MIRIAM REID (PDT – RJ) – Sr. Presidente, o PDT vota "não", porque, com R\$177,00, nós podemos dar um pouco mais de dignidade aos aposentados e aos mais de 20 milhões de trabalhadores que ganham o salário mínimo. Mais do que isso, os R\$ 177,00 representam a dignidade desta Casa, porque, depois de cinco anos sem votar o salário mínimo, manter o que o Presidente Fernando Henrique determinou é transformar o Congresso Nacional em um cartório para homologar as decisões ditadas pelo FMI. Pelos R\$ 177,00, voto "não"; é o voto da dignidade do Congresso.

E mais, Sr. Presidente! Quero informar que o Governador do PDT, da oposição do Rio de Janeiro estipulou um piso de R\$400,00 para os funcionários do Estado. Isso que é responsabilidade, acima de tudo respeito aos servidores e prioridade para os salários.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – O PL, Sr. Presidente, e o PSL votam com o povo brasileiro: "não".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT – RS) – Sr. Presidente, o PDT reafirma a posição que expressou através do seu Líder Miro Teixeira, mas vale dizer que o peixe morre pela boca e o homem pela palavra. É incrível, mas nós tivemos a palavra de muitos parlamentares ao longo de dias, meses, falando que votariam a favor de um salário mínimo mais digno, que honrasse o trabalhador brasileiro.

No entanto, é chegada a hora da decisão, o Presidente Fernando Henrique faz uma cantilena, conta a história do corvo e da raposa, que, na ânsia de derrubar a fruta que o corvo tinha na mão, fica elogiando o corvo; tanto elogia, tanto elogia que o corvo sorri de alegria e, de bobo, acaba perdendo o que tinha no bico: a fruta. Sr. Presidente, o Presidente Fernando Henrique conseguiu enganar o povo brasileiro fazendo elogios a V. Ex^a, que se entusiasmou. Com isso, Sua Excelência conseguiu os votos de que precisava para enganar o povo brasileiro. Não vamos nos iludir com o aplauso e o elogio fáceis.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso ficou tão-somente elogiando V. Ex^a, não por tudo que V. Ex^a merece, mas de olho nos votos que poderia ganhar; eram elogios falsos.

Muitos aqui fizeram que nem o quero-quero, uma ave gaúcha, dos pampas do Rio Grande do Sul. O quero-quero canta em um potreiro, mas faz o ninho e bota o ovo em outro. Diz uma coisa e faz outra. Acende uma vela para Deus e outra para o diabo. A de Deus, ele apaga, e a do diabo, deixa queimando.

O povo brasileiro está de olho, está vendo, sabe o que está acontecendo e, na hora certa, dará a resposta. Vai embarcar na palheta com ferro quente, pode ter certeza.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, quero registrar a ausência da Deputada Luci Choinacki, do PT de Santa Catarina, que, por problemas de saúde, se encontra ausente desta sessão. Se aqui estivesse, votaria "não", pelos R\$177,00.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Bloco PCdoB/PSB encaminha o voto "não" e rebate a arguição de que os prefeitos do Nordeste e do Norte não poderiam pagar um salário um pouco maior.

Sr. Presidente, não poderão pagar um salário um pouco maior aqueles que talvez estejam embolsando o dinheiro do Fundef, como estão fazendo alguns prefeitos no Estado do Ceará. Não poderão pagar aqueles que estão roubando o dinheiro da merenda escolar no Nordeste brasileiro. No entanto, os prefeitos honrados, que respeitam o povo brasileiro, poderão pagar, sim, muito mais do que R\$177,00.

Sr. Presidente, há poucos dias, depois de ver o seu filho metralhado nos morros do Rio de Janeiro, uma mãe foi entrevistada sobre o porquê de o seu filho ter entrado no narcotráfico. Ela respondeu: "Presidente Fernando Henrique Cardoso, o meu filho me contou que não agüentava mais ganhar salário mínimo e, por isso, foi para o narcotráfico". É isto que o Presidente Fernando Henrique Cardoso e companhia querem: aumentar a criminalidade no nosso País.

O SR. EDUARDO PAES (Bloco/PTB – RJ) – Sr. Presidente, acompanhei e votei "não" pelos R\$177,00.

Não pode haver demagogia. O Governador Anthony Garotinho concedeu R\$400,00 a título de remuneração, mas não estendeu esse valor aos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Todos as Sras. e os Srs. Deputados já votaram? Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação. (Pausa.)

Secretaria Geral da Mesa
 Lista de Votantes
 Por UF
 Câmara dos Deputados



51ª Legislatura
 2ª SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
 ORDINÁRIA

Presidente da Casa: Antonio Carlos Magalhães - PFL/B
 Presidiram a Sessão: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

SESSÃO CONJUNTA N° 008 - 10/05/2000

Abertura Sessão: 10/05/2000 23:34

Encerramento Sessão:

Proposição: MPV N° 2.019-1-2000 -
 REQUERIMENTO N° 52 DE 2000 - CN

Ínicio Votação: 11/05/2000 00:56

Fim Votação: 11/05/2000 01:05

Presidiram a Votação: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Resultado da Votação

Sim	301
Não	185
Abstenção	0

Total da Votação 486

Total Quorum 486

Obstrução 0

Orientação
 PSDB/PTB - Sim
 PFL - Sim
 PMDB/PST/PTN - Sim
 PT - Não
 PPB - Sim
 PDT - Não
 PSB/PCDOB - Não
 PL/PSL - Não
 PPS - Não
 GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Ailton Cascavel	PPS		Não
Alceste Almeida	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Almir Sá	PPB		Sim
Elton Rohnelt	PFL		Sim
Francisco Rodrigues	PFL		Sim
Luciano Castro	PFL		Sim
Luis Barbosa	PFL		Sim
Robério Araújo	PL	PL/PSL	Não
Total Roraima: 8			
AMAPÁ			
Antonio Feijão	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Dr. Benedito Dias	PPB		Sim
Eduardo Seabra	PTB	PSDB/PTB	Sim
Jurandil Juarez	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Sérgio Barcellos	PFL		Sim
Total Amapá : 5			
PARÁ			
Anivaldo Vale	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Babá	PT		Não
Elcione Barbalho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Gerson Peres	PPB		Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Não
Jorge Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Priante	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Josué Bengtson	PTB	PSDB/PTB	Sim
Nicias Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nilson Pinto	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Rocha	PT		Não
Raimundo Santos	PFL		Não
Renaldo Leal	PTB	PSDB/PTB	Sim
Valdir Ganzer	PT		Não
Vic Pires Franco	PFL		Não
Total Pará : 15			
AMAZONAS			
Arthur Virgílio	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Átila Lins	PFL		Sim
Euler Ribeiro	PFL		Sim
Francisco Garcia	PFL		Sim
Luiz Fernando	PPB		Sim
Pauderney Avelino	PFL		Sim
Silas Câmara	PTB	PSDB/PTB	Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Total Amazonas : 8			
RONDÔNIA			
Agnaldo Muniz	PPS		Não
Confúcio Moura	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Eurípedes Miranda	PDT		Não
Expedito Júnior	PFL		Sim
Marinha Raupp	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nilton Capixaba	PTB	PSDB/PTB	Sim
Sérgio Carvalho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Ildefonço Cordeiro	PFL		Sim
João Tota	PPB		Sim
Márcio Bittar	PPS		Não
Marcos Afonso	PT		Não
Nilson Mourão	PT		Não
Zila Bezerra	PFL		Sim
Total Acre : 6			
TOCANTINS			
Antônio Jorge	PTB	PSDB/PTB	Sim
Darci Coelho	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
João Ribeiro	PFL		Sim
Kátia Abreu	PFL		Sim
Osvaldo Reis	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Paulo Mourão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Rainel Barbosa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Udson Bandeira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Total Tocantins : 8			
MARANHÃO			
Albérico Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Antônio Joaquim Araújo	PPB		Sim
Cesar Bandeira	PFL		Sim
Costa Ferreira	PFL		Sim
Eliseu Moura	PPB		Sim
Francisco Coelho	PFL		Sim
Gastão Viera	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
João Castelo	PSDB	PSDB/PTB	Sim
José Antônio Almeida	PSB	PSB/PCDOB	Não
Mauro Fecury	PFL		Sim
Neiva Moreira	PDT		Não
Nice Lobão	PFL		Não
Paulo Marinho	PFL		Sim
Pedro Fernandes	PFL		Não
Pedro Novais	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Remi Trinta	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Roberto Rocha	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sebastião Madeira	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Maranhão : 18			
CEARÁ			
Adolfo Marinho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Almeida de Jesus	PL	PL/PSL	Não
Aníbal Górnies	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Antônio Cambraia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Arnon Bezerra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Chiquinho Feitosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Eunício Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
José Linhares	PPB		Sim
José Pimentel	PT		Não
Léo Alcântara	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Manoel Salviano	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Mauro Benevides	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Moroni Torgan	PFL		Não
Nelson Otoch	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Pinheiro Landim	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Roberto Pessoa	PFL		Não
Rommel Feijó	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB	Não
Ubiratan Aguiar	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Vicente Arruda	PSDB	PSDB/PTB	Sim

	Partido	Bloco	Voto
Total Ceará : 22			
PIAUÍ			
Átila Lira	PSDB	PSDB/PTB	Sim
B. Sá	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ciro Nogueira	PFL		Sim
Gessivaldo Isaías	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Heráclito Fortes	PFL		Sim
João Henrique	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Mussa Demes	PFL		Sim
Paes Landim	PFL		Sim
Themístocles Sampaio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Wellington Dias	PT		Não
Total Piauí : 10			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ana Catarina	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Betinho Rosado	PFL		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Iberê Ferreira	PPB		Sim
Laire Rosado	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Lavoisier Maia	PFL		Não
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Ney Lopes	PFL		Sim
Total Rio Grande do Norte : 8			
PARAÍBA			
Adauto Pereira	PFL		Sim
Armando Abílio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Avenzoar Arruda	PT		Não
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Damião Feliciano	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Domiciano Cabral	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Efraim Morais	PFL		Sim
Enivaldo Ribeiro	PPB		Sim
Ínaldo Leitão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Marcondes Gadelha	PFL		Não
Ricardo Rique	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Wilson Braga	PFL		Sim
Total Paraíba : 12			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Carlos Batata	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Clementino Coelho	PPS		Não
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB	Não
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB	Não
Fernando Ferro	PT		Não
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB	Não
Inocêncio Oliveira	PFL		Sim
João Colaço	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Joaquim Francisco	PFL		Não
Joel De Hollanda	PFL		Sim
José Mendonça Bezerra	PFL		Sim
José Múcio Monteiro	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
PERNAMBUCO			
Luciano Bivar	PSL	PL/PSL	Sim
Luiz Plauhylino	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Marcos de Jesus	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Osvaldo Coelho	PFL		Sim
Pedro Corrêa	PPB		Sim
Pedro Eugênio	PPS		Não
Ricardo Fiúza	PFL		Sim
Salatiel Carvalho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Sérgio Guerra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Pernambuco : 22			
ALAGOAS			
Albérico Cordeiro	PTB	PSDB/PTB	Sim
Augusto Farias	PPB		Sim
Heleníldo Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Sim
João Caldas	PL	PL/PSL	Sim
Joaquim Brito	PT		Não
José Thomaz Nonô	PFL		Não
Luiz Dantas	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Regis Cavalcante	PPS		Não
Total Alagoas : 8			
SERGIPE			
Adelson Ribeiro	PSC		Sim
Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Cleônâncio Fonseca	PPB		Sim
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Teles	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Marcelo Déda	PT		Não
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB	Não
Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Sergipe : 8			
BAHIA			
Aroldo Cedraz	PFL		Sim
Claudio Cajado	PFL		Sim
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Eujácio Simões	PL	PL/PSL	Sim
Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB	Sim
Francistônio Pinto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geddel Vieira Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geraldo Simões	PT		Não
Gerson Gabrielli	PFL		Sim
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Jaime Fernandes	PFL		Sim
Jairo Carneiro	PFL		Sim
Jaques Wagner	PT		Não
João Almeida	PSDB	PSDB/PTB	Sim
João Leão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Jonival Lucas Junior	PFL		Sim
Jorge Khoury	PFL		Sim
José Carlos Aleluia	PFL		Sim
José Rocha	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
BAHIA			
José Ronaldo	PFL		Não
Jutahy Junior	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Leur Lomanto	PFL		Sim
Luiz Moreira	S.Part.		Sim
Manoel Castro	PFL		Sim
Mário Negromonte	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nelson Pellegrino	PT		Não
Nilo Coelho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Braga	PFL		Sim
Paulo Magalhães	PFL		Não
Pedro Irujo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Reginaldo Germano	PFL		Sim
Roland Lavigne	PFL		Não
Sáulio Pedrosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ursicino Queiroz	PFL		Sim
Waídir Pires	PT		Não
Walter Pinheiro	PT		Não
Yvonilton Gonçalves	PPB		Sim
Total Bahia : 37			
MINAS GERAIS			
Ademir Lucas	PSDB	PSDB/PTB	Não
Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Aracely de Paula	PFL		Sim
Bonifácio de Andrada	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Cabo Júlio	PL	PL/PSL	Não
Carlos Mosconi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Cleuber Carneiro	PFL		Sim
Custódio Mattos	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Daniilo de Castro	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Edmar Moreira	PPB		Sim
Eduardo Barbosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Eliseu Resende	PFL		Sim
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Gilmar Machado	PT		Não
Hélio Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Herculano Anghinetti	PPB		Sim
Ibrahim Abi-Ackel	PPB		Sim
Jaime Martins	PFL		Sim
João Fassarella	PT		Não
João Magalhães	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
João Magno	PT		Não
José Militão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Júlio Delgado	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Lael Varella	PFL		Sim
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL	Não
Márcio Reinaldo Moreira	PPB		Sim
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Maria do Carmo Lara	PT		Não
Maria Elvira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Mário Assad Júnior	PFL		Sim
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Narcio Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nilmário Miranda	PT		Não
Odelmo Leão	PPB		Sim
Olimpio Pires	PDT		Não
Osmânia Pereira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Paulo Delgado	PT		Não
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL	Sim
Rafael Guerra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Roberto Brant	PFL		Sim
Romel Anizio	PPB		Sim
Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ronaldo Vasconcelos	PFL		Sim
Saraiva Felipe	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Virgílio Guimarães	PT		Não
Vittorio Medioli	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Walfrido Mares Guia	PTB	PSDB/PTB	Sim
Zaire Rezende	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Total Minas Gerais : 50			
ESPIRITO SANTO			
Aloizio Santos	PSDB	PSDB/PTB	Não
Feu Rosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
João Coser	PT		Não
José Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB	Sim
Magno Malta	PTB	PSDB/PTB	Não
Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Max Mauro	PTB	PSDB/PTB	Não
Nilton Baiano	PPB		Não
Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Rita Camata	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Total Espírito Santo : 10			
RIO DE JANEIRO			
Alcione Athayde	PPB		Sim
Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB	Não
Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Almerinda de Carvalho	PFL		Sim
Arolde de Oliveira	PFL		Não
Ayrton Xeréz	PPS		Não
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL	Não
Carlos Santana	PT		Não
Celso Jacob	PDT		Não
Coronel Garcia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dr. Heleno	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Eber Silva	PDT		Não
Eduardo Paes	PTB	PSDB/PTB	Não
Eurico Miranda	PPB		Sim
Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB	Sim
Iédio Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Jair Bolsonaro	PPB		Não

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
João Mendes	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
João Sampaio	PDT		Não
Jorge Bittar	PT		Não
Jorge Wilson	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Carlos Coutinho	PFL		Não
Laura Carneiro	PFL		Não
Luís Eduardo	PDT		Não
Luiz Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Não
Luiz Sérgio	PT		Não
Marcio Fortes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Maltos Nascimento	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Milton Temer	PT		Não
Miriam Reid	PDT		Não
Miro Teixeira	PDT		Não
Pastor Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL	Não
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB	Não
Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Roberto Jefferson	PTB	PSDB/PTB	Sim
Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB	Não
Ronaldo Cesar Coelho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Rubem Medina	PFL		Sim
Simão Sessim	PPB		Não
Vivaldo Barbosa	PDT		Não
Wanderley Martins	PDT		Não
Total Rio de Janeiro : 44			
SÃO PAULO			
Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Alberto Mourão	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Aloizio Mercadante	PT		Não
André Benassi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Angela Guadagnin	PT		Não
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antonio Kandir	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antonio Palocci	PT		Não
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PPB		Não
Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ary Kara	PPB		Sim
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL	Não
Celso Giglio	PTB	PSDB/PTB	Não
Celso Russomanno	PPB		Não
Clovis Volpi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Corauci Sobrinho	PFL		Sim
De Velasco	PSL	PL/PSL	Não
Delfim Netto	PPB		Sim
Dr. Evilásio	PSB	PSB/PCDOB	Não
Dr. Hélio	PDT		Não
Duilio Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB	Sim
Edinho Araújo	PPS		Não
Eduardo Jorge	PT		Não

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Emerson Kapaz	PPS		Não
Fernando Zuppo	PDT		Não
Gilberto Kassab	PFL		Sim
Iara Bernardi	PT		Não
Jair Meneguelli	PT		Não
João Herrmann Neto	PPS		Não
João Paulo	PT		Não
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José de Abreu	PTN	PMDB/PST/PTN	Não
José Dirceu	PT		Não
José Genoino	PT		Não
José Índio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Machado	PT		Não
José Roberto Batochio	PDT		Não
Julio Semeghini	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Lamartine Posella	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Luiz Antonio Fleury	PTB	PSDB/PTB	Não
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB	Não
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Marcos Cintra	PL	PL/PSL	Não
Medeiros	PFL		Não
Michel Temer	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Milton Monti	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Moreira Ferreira	PFL		Sim
Nelo Rodolfo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Nelson Marquezelli	PTB	PSDB/PTB	Sim
Neuton Lima	PFL		Sim
Paulo Kobayashi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Professor Luizinho	PT		Não
Ricardo Berzoni	PT		Não
Robson Tuma	PFL		Sim
Rubens Furlan	PPS		Não
Salvador Zimbaldi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Silvio Torres	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Teima de Souza	PT		Não
Vadão Gomes	PPB		Sim
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL	Não
Wagner Salustiano	PPB		Sim
Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Zulaiê Cobra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total São Paulo : 66			
MATO GROSSO			
Celcita Pinheiro	PFL		Sim
Lino Rossi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Osvaldo Sobrinho	PTB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Henry	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ricarte de Freitas	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Teté Bezerra	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Welinton Fagundes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não

	Partido	Bloco	Voto
Total Mato Grosso : 8			
DISTRITO FEDERAL			
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geraldo Magela	PT		Não
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Octávio	PFL		Sim
Pedro Celso	PT		Não
Wigberto Tartuce	PPB		Sim
Total Distrito Federal : 8			
GOIÁS			
Barbosa Neto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Euler Morais	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geovanh Freitas	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Jovair Arantes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Juquinha	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Lídia Quinan	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Lúcia Vânia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Nair Xavier Lobo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Pedro Wilson	PT		Não
Roberto Balestra	PPB		Sim
Ronaldo Caiado	PFL		Sim
Vilmar Rocha	PFL		Sim
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Total Goiás : 17			
MATO GROSSO DO SUL			
Ben-Hur Ferreira	PT		Não
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
João Grandão	PT		Não
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Marisa Serrano	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Pedrossian	PFL		Não
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Total Mato Grosso do Sul : 8			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	PFL		Sim
Affonso Camargo	PFL		Não
Ailton Roveda	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Alex Canziani	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dilceu Sperafico	PPB		Sim
Dr. Rosinha	PT		Não
Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB	Não
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Iris Simões	PTB	PSDB/PTB	Sim



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes
Por UF
Camara dos Deputados

Data : 11/05/2000
 Hora : 1:05
 Número:

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
José Borba	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB	Sim
José Janene	PPB		Sim
Luciano Pizzatto	PFL		Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB	PSDB/PTB	Não
Márcio Matos	PT		Não
Max Rosenmann	PSDB	PSDB/PTB	Não
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Nelson Meurer	PPB		Sim
Odílio Baibinotti	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Oliveira Filho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Padre Roque	PT		Não
Rafael Greca	PFL		Sim
Renato Silva	PSDB	PSDB/PTB	Não
Ricardo Barros	PPB		Sim
Rubens Bueno	PPS		Não
Santos Filho	PFL		Sim
Werner Wanderer	PFL		Sim
Total Paraná : 29			
SANTA CATARINA			
Antônio Carlos Konder Reis	PFL		Sim
Carlito Merss	PT		Não
Edinho Bez	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Edison Andriño	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Fernando Coruja	PDT		Não
Gervásio Silva	PFL		Sim
Hugo Biehl	PPB		Sim
João Matos	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
João Pizzolatti	PPB		Sim
José Carlos Vieira	PFL		Sim
Pedro Bittencourt	PFL		Sim
Raimundo Colombo	PFL		Sim
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Serafim Venzon	PDT		Não
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Santa Catarina : 15			

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes
Por UF
Camara dos Deputados

Data : 11/05/2000
 Hora : 10:05
 Número:



Partido	Bloco	Voto
---------	-------	------

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto	PT	Não	
Airton Dipp	PDT	Não	
Alceu Collares	PDT	Não	
Caio Riela	PTB	PSDB/PTB	Não
Cesar Schirmer	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Darcisio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Enio Bacci	PDT	Não	
Esther Grossi	PT	Não	
Fernando Marroni	PT	Não	
Fetter Júnior	PPB	Não	
Germano Rigotto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Henrique Fontana	PT	Não	
Júlio Reckner	PPB	Sim	

RIO GRANDE DO SUL

Luis Carlos Heinze	PPB	Não	
Luiz Mainardi	PT	Não	
Marcos Rolim	PT	Não	
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Nelson Marchezan	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nelson Proença	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Osvaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL	Não
Paulo Paim	PT	Não	
Pompeo de Mattos	PDT	Não	
Roberto Argenta	PHS	Sim	
Synval Guazzelli	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Telmo Kirst	PPB	Sim	
Valdeci Oliveira	PT	Não	
Waldomiro Fioravante	PT	Não	
Yeda Crusius	PSDB	PSDB/PTB	Sim

Total Rio Grande do Sul : 29

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 301 Srs. Deputados; e NÃO 185 Srs. Deputados.

Não houve abstenção.

Total: 486 votos.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO LIMA (Bloco/PMDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex.^a encerrou a votação antes que eu pudesse declarar o meu voto, que é "sim", pelo meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Será registrada na Ata a intenção de V. Ex.^a.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR) – Haverá mais uma votação. É necessário permanecermos em plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM) – Sr. Presidente, comunicamos aos Srs. Deputados e Senadores que logo mais teremos mais uma votação nominal de extrema relevância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Solicito a todos os Senadores que tomem assento, a fim de ter início a votação no Senado Federal.

Em votação o Requerimento nº 52, de 2000-CN. Queiram seguir a orientação do visor do posto. As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL no Senado vota "sim".

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o PT e o PDT votam "não", portanto, "sim" aos R\$177,00.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o PSDB no Senado vota "sim".

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, o PSB vota "não" no Senado.

O SR. BABÁ (PT – PA) – Sr. Presidente, o PT e o PDT não constam no painel. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – No painel já consta "não" porque o PT e o PDT fazem parte do Bloco de Oposição.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – O PPB vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. MARIA ELVIRA (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que os Deputados do PMDB votaram "não".

O SR. BADU PICANÇO (Bloco/PSDB – AP) – Sr. Presidente, voto com o PSDB.

O SR. EVANDRO MILHOMEN (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, voto com o PSB.

O SR. SÉRGIO BARROS (PDT – AC) – Sr. Presidente, acompanho a votação do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço aos Srs. Senadores que votem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, o nosso Líder está tendo uma dificuldade técnica porque a máquina não está funcionando e peço a V. Ex.^a que nos aguarde por alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quem tiver dificuldades pode vir votar na mesa.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto votam os Senadores, permita-me apenas uma rápida reflexão.

Nas contas feitas pela situação e pela Oposição, se votássemos os R\$177,00, em relação ao valor de R\$151,00, daria uma despesa a mais para a Previdência de R\$2,6 bilhões. Muitos falaram – e alguns ponderaram – que 1% de aumento de juros no pagamento da dívida interna brasileira gera um acréscimo de R\$5 bilhões por ano. Sr. Presidente, apenas 1%!

É importante o Congresso refletir que, neste ano, o Brasil pagará R\$100 bilhões em juros. Apesar disso, nega a 20 milhões de brasileiros R\$26,00 a mais em seu salário – 20% para aqueles que ganham um salário miserável e de fome. É uma vergonha um Governo que nada pode em benefício do seu povo; mas que pode sangrar a população, transferindo para o setor especulativo, somente este ano, R\$100 bilhões, quantia votada por este Congresso e que autorizava para o Governo o pagamento de juros.

Sr. Presidente, vamos fazer uma reflexão sobre o que disseram os Líderes do Governo. Na verdade, o País, em dezembro de 1994, devia R\$64 bilhões. Hoje, deve R\$500 bilhões. Hoje, não! Em dezembro de 1999, estava sua dívida em R\$500 bilhões. Foram acréscidos, então, R\$440 bilhões. Somados, ainda, os R\$70 bilhões da privatização, o Governo tem uma dívida acumulada de R\$500 bilhões. Este valor foi alcançado em cinco anos, nobres Parlamentares. São R\$100 bilhões de endividamento por ano. A pergunta que se faz: a quem serviu o endividamento brasileiro? Quais obras foram construídas? Quais hidrelétricas, ferrovias, hidrovias? Que rodovias foram construídas com R\$100 bilhões por ano?

Sr. Presidente, é bom fazer mais uma reflexão. Com R\$100 bilhões anuais, poderíamos construir todas as rodovias federais. Seriam 60 mil quilômetros de rodovias novinhas, asfaltadas, por apenas R\$18 bilhões. Sr. Presidente, daria para construir cinco milhões de casas populares com mais R\$20 bilhões.

Assim, poderíamos fazer um escalonamento com apenas os R\$100 bilhões, que equivalem ao aumento da dívida interna brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Senado é liberal. Por isso, V. Ex^a está falando pelos Senadores.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou apenas concluir esta reflexão. O País está na bancarrota. Saiu de uma dívida de R\$64 bilhões para uma dívida de R\$500 bilhões. Pagará esse ano R\$100 bilhões de juros. Sr. Presidente, não é possível que este Poder não possa servir seu povo pelo menos para agasalhar a miserável vida dos que recebem um salário miserável.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Eu tinha que fazer essa reflexão com meus Pares, pois fico envergonhado de participar de um Congresso que se omite, se aliena, se acovarda e se acocora diante de um Presidente que, com um tacão, com mão de ferro, humilha o povo brasileiro e o Congresso Nacional por meio de ameaças feitas pela imprensa.

Como disse V. Ex^a, assim como o Presidente foi eleito, também foi eleito o Parlamento brasileiro. Não podemos permanecer aqui recebendo ameaças múltiplas. Não pode o Congresso Nacional aceitar calado a humilhação de ser ameaçado por um Presidente que não respeita o povo brasileiro, que o sangra, e transfere para o sistema financeiro bilhões de reais ao ano – como transfere este ano R\$100 bilhões.

O SR. MAGNO MALTA (PTB – ES) – Sr. Presidente, desejo registrar que, com muita felicidade, votei contra os R\$151,00, para não sair deste Congresso hoje com a sensação de ter escarrado no rosto de meu pai.

A SRA. FÁTIMA PELAES (Bloco/PSDB – AP) – Sr. Presidente, voto com o PSDB.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, o País pode dever quase R\$500 bilhões, sendo que R\$150 bilhões dizem respeito à dívida dos Estados, que este Governo teve a coragem de acabar com a gastança de governadores, inclusive dos de Oposição, como o do Rio de Janeiro, que todo o povo brasileiro está pagando. Uma das razões da dívida interna é essa. Invente a dona de casa de não pagar a água e a luz para ver o que acontece. Já houve duas experiências de mo-

ratória e foram um fracasso. A inflação explodiu, corroendo o salário do trabalhador.

Fico triste de ver Deputados da Oposição defendem o não-pagamento da dívida. A dona-de-casa sabe que é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Meus amigos, os Srs. Senadores que não conseguiram votar no painel podem declarar os seus votos no microfone.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, o meu voto é "não".

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o meu voto é "sim".

O SR. SEVERINO CAVALCANTI (PPB – PE) – Sr. Presidente, eu não estava presente na votação anterior, mas o meu voto seria "não". Pelos R\$177,00.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, "sim".

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, "sim".

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, "sim".

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, "sim".

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de justificar que a Senadora Emilia Fernandes gostaria de estar aqui votando a favor dos R\$177,00, mas está doente; fez uma cirurgia, portanto, não pôde estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Secretaria Geral da Mesa
 Lista de Votantes
 Por UF
 Senado Federal

200

51ª Legislatura
 2ª SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
 ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA N° 008 - 10/05/2000

Abertura Sessão : 10/05/2000 23:34

Encerramento Sessão :

Proposição: MPV N° 2.019-1-2000 -
 REQUERIMENTO N° 52 DE 2000 - CN

Início Votação : 11/05/2000 01:07

Fim Votação : 11/05/2000 01:21

Presidente da Casa: Antonio Carlos Magalhães - PFL/B
 Presidiram a Sessão: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Presidiram a Votação: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Resultado da Votação

Sim 38 + 9 = 47
 Não 19 + 1 = 20
 Abstenção 0
 Total da Votação 57 + 10 = 67

Orientação
 PFL - Sim
 PSDB - Sim
 PMDB - Sim
 PPB - Sim
 PPS - Não
 PSB - Não
 OPOSIÇÃO - Não

Art. 51 1

Total Quorum 58 + 10 = 68

Obstrução 0

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Mariuca Pinto	PMDB		Sim
Mozarildo Cavalcanti	PFL		Sim
Romero Jucá	PSDB		Sim
Total Roraima : 3			
AMAPÁ			
Sebastião Rocha	PDT	OPOSIÇÃO	Não
Total Amapá : 1			
PARÁ			
Ademir Andrade	PSB		Não
Total Pará : 1			
AMAZONAS			
Gilberto Mestrinho	PMDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
Total Amazonas : 1			
ACRE			
Marina Silva	PT	OPOSIÇÃO	Não
Nabor Júnior	PMDB		Sim
Tião Viana	PT	OPOSIÇÃO	Não
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
Leomar Quintanilha	PPB		Sim
Thelma Siqueira Campos	PPB		Sim
Total Tocantins : 2			
CEARÁ			
Lúcio Alcântara	PSDB		Sim
Luiz Pontes	PSDB		Sim
Sérgio Machado	PSDB		Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
Alberto Silva	PMDB		Sim
Hugo Napoleão	PFL		Sim
Total Piauí : 2			
RIO GRANDE DO NORTE			
Agnelo Alves	PMDB		Sim
Geraldo Melo	PSDB		Sim
José Agripino Maia	PFL		Sim
Total Rio Grande do Norte : 3			
PARAÍBA			
Ney Suassuna	PMDB		Sim
Wellington Roberto	PMDB		Sim
Total Paraíba : 2			
PERNAMBUCO			
Carlos Wilson	PPS		Não
José Jorge	PFL		Sim
Roberto Freire	PPS		Não
Total Pernambuco : 3			
ALAGOAS			
Geraldo Lessa	PSDB		Sim
Heloisa Helena	PT	OPOSIÇÃO	Não
Renan Calheiros	PMDB		Não
Total Alagoas : 3			
SERGIPE			
Antônio C. Valadares	PSB		Não
José Eduardo Dutra	PT	OPOSIÇÃO	Não
Maria do Carmo Alves	PFL		Não
Total Sergipe : 3			
BAHIA			
Antonio Carlos Magalhães	PFL		Art.51
Djalma Bessa	PFL		Sim
Paulo Souto	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
Total Bahia : 3			
MINAS GERAIS			
Arlindo Porto	PTB		Sim
José Alencar	PMDB		Sim
Total Minas Gerais : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Gerson Camata	PMDB		Sim
Luzia Toledo	PSDB		Sim
Paulo Hartung	PPS		Não
Total Espírito Santo : 3			
RIO DE JANEIRO			
Geraldo Cândido	PT	OPOSIÇÃO	Não
Roberto Saturnino	PSB		Não
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT	OPOSIÇÃO	Não
Pedro Piva	PSDB		Sim
Romeu Tuma	PFL		Sim
Total São Paulo : 3			
MATO GROSSO			
Antero Paes de Barros	PSDB		Sim
Carlos Bezerra	PMDB		Sim
Jonas Pinheiro	PFL		Sim
Total Mato Grosso : 3			
DISTRITO FEDERAL			
José Roberto Arruda	PSDB		Sim
Lauro Campos	PT	OPOSIÇÃO	Não
Total Distrito Federal : 2			
GOIÁS			
Íris Rezende	PMDB		Sim
Mauro Miranda	PMDB		Sim
Total Goiás : 2			
MATO GROSSO DO SUL			
Juvêncio da Fonseca	PFL		Sim
Lúdio Coelho	PSDB		Sim
Ramez Tebet	PMDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 3			
PARANÁ			
Alvaro Dias	PSDB		Não
Osmar Dias	PSDB		Não
Roberto Requião	PMDB		Não
Total Paraná : 3			
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Geraldo Althoff	PFL		Sim
Total Santa Catarina : 2			

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e NÃO 20.

Não houve abstenção.

Total: 67 votos.

Aprovado no Senado.

Os requerimentos de destaque serão votados em globo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaremos, agora, o Projeto de Conversão, que tem preferência regimental.

Preparar o painel para a Câmara dos Deputados.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O PSDB vota "sim" ao Projeto de Conversão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Se o Senador Pedro Simon estivesse presente antes do encerramento da votação, votaria "não".

Antes do Projeto de Conversão, votação em globo dos requerimentos de destaque, na Câmara dos Deputados.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O PSDB vota "não".

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – O PT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – O PFL vota "sim".

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ) – Sr. Presidente, o Bloco PSB/PCdoB vota "sim".

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM) – O PMDB vota "não".

O SR. PEDRO EUGÉNIO (PPS – PE) – O PPS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG) – O PPB vota "não".

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – O PL, Sr. Presidente, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – As Sras. e os Srs. Deputados que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitados os requerimentos de destaque.

Em consequência, deixo de submeter a votos no Senado Federal.

A Presidência solicita que todos os Srs. Deputados tomem lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2000, que tem preferência regimental.

Queiram seguir a orientação do visor do posto.

(Procede-se à votação.)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB RS)

– O Partido da base vota "sim".

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, há que haver uma alteração no painel, pois agora estamos encaminhando uma outra votação e o painel ainda apresenta recomendação para a votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^{as} podem anunciar que constará do painel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O Bloco PSDB/PTB, como está no painel, votará "sim", Sr. Presidente.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG) – O PPB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – O PFL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB – RS) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ) – Sr. Presidente, a matéria não foi anunciada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Foi anunciado o projeto de lei de conversão.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ) – O Bloco PSB/PC do B vota "não".

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM) – O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, queremos ratificar o voto. O Bloco PL/PSL vota "não".

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PEDRO EUGÉNIO (PPS – PE) – O PPS vota "não".

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT SP) – Sr. Presidente, o PT vota "não". E eu gostaria de agradecer especialmente aos parlamentares da base do Governo que, com independência, sustentaram os R\$177,00.

Sabemos que vão pagar um preço, mas muito menor do que a história irá reconhecer dessa atitude da noite de hoje.

Votamos "não", Sr. Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB RS)

– É lamentável a atitude macartista da Liderança do PT em relação aos Deputados da base.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT SP) – Sr. Presidente, há dois caminhos nesta Casa: os homens públicos que têm argumento, que têm estatura e que mantém a discussão nesse padrão e aqueles que, o tempo inteiro, tentam rebaixar o caminho da discussão.

Espero que o Deputado reveja esse tipo de procedimento e não repita esse tipo de provocação. Fiz aqui um elogio aos parlamentares da base que, com independência,

dência, acompanharam a votação dos R\$177,00. Fiz com respeito, dignidade e queria nesse tipo de respeito dos parlamentares da base e o Governo. Não vamos admitir esse tipo de procedimento nesta Casa, pois não é esse o caminho do debate e da diferença.

Agradeço, reconheço e, publicamente, elogio os 185 votos, particularmente, daqueles da base do Governo que não se curvaram neste momento.

Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, da mesma forma, agradeço e cumprimento os parlamentares da base, particularmente os do Bloco PSDB/PTB, que lidero nesta Casa, que, com absoluta firmeza, também não se curvaram, em momento algum, a nenhum patrulhamento. Parlamentares que, conscientes da sua responsabilidade para com o crescimento do País, optaram não pelo caminho fácil do discurso demagógico, mas pela firmeza de quem ganhou as eleições e está construindo um País novo.

Parabéns ao parlamentares que ajudaram o País a continuar crescendo sem inflação e com juros declinantes. O PSDB os cumprimenta.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB - RJ) - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Bloco PSB/PCdoB, em primeiro lugar, parabenizo V. Ex^a pela posição firme mostrada na condução desta Casa. Essa condução mostrou sua liderança e sua importância neste Congresso.

Em segundo, parabenizo os Deputados que não se submeteram ao chicote e à vontade de um Governo que, provavelmente, se arrependeu de ter imposto ao povo brasileiro um salário indigno que, sem dúvida, marcará este Congresso num dia não de comemorações, mas de profunda tristeza.

Em nome do Bloco PSB/PCdoB, quero parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos e lamentar que sairemos daqui hoje tristes porque não demos um salário digno ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB - DF) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB - DF) - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,

quero solicitar aos Srs. Senadores da base que permaneçam em plenário, pois ainda haverá votação nominal para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Srs. Senadores, ainda haverá votação nominal no Senado após o resultado na Câmara dos Deputados. Peço aos Srs. Senadores que se mantenham em plenário.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) - Sr. Presidente, faço apenas um registro: o Deputado Enio Bacci talvez seja um dos poucos nesta Casa cuja mãe é aposentada e ganha um salário mínimo. Por isso, compreendendo e assistindo, dentro de casa, ao que passa o trabalhador brasileiro aposentado com o salário mínimo, tenho a honra de dizer que votei pelos R\$177,00, porque votei em nome de 18 milhões de aposentados deste País.

O SR. ROBERTO ARGENTA (PHS - RS) - Sr. Presidente, o PHS vota "sim", reiterando a importância da desoneração da folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Peço aos Srs. Deputados que ainda não votaram para fazê-lo.

O SR. JOSÉ LINHARES (PPB - CE) - Sr. Presidente, por gentileza, estou presente, mas a máquina não está computando meu voto. O Deputado José Linhares votou "sim".

O SR. ODELMO LEÃO (PPB - MG) - Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto "sim" e cumprimenta toda a sua Bancada pelo brilhantismo da votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PTB - ES) - Sr. Presidente, sou PTB e continuo votando "não", porque o meu PTB é o de Getúlio Vargas. (Palmas)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB - SP) - Sr. Presidente, antes de encerrar a votação, queria fazer um registro extremamente importante: a questão do salário mínimo só atende os aposentados que ganham um salário mínimo. Os aposentados que estão acima desse patamar, lamentavelmente, não são atingidos favoravelmente por esta votação. O número de benefícios pagos pela Previdência Social, incluindo os previdenciários e assistenciais, são de 18 milhões, entre os quais 12 milhões, até o mês passado, recebiam um salário mínimo. A partir de agora, 13 milhões passam a receber um salário mínimo, ou seja, um milhão a mais tem rebaixamento da sua condição e passam a receber apenas um salário mínimo.

Esse é um esclarecimento extremamente importante, porque a grande maioria dos aposentados não estará sendo favorecida por esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Secretaria Geral da Mesa
 Lista de Votantes
 Por UF
 Câmara dos Deputados



51ª Legislatura
 2ª SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
 ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA N° 008 - 10/05/2000

Abertura Sessão : 10/05/2000 23:34

Encerramento Sessão :

Proposição: PLV N° 04/2000 - PROJETO DE LEI DE
 CONVERSÃO

Início Votação : 11/05/2000 01:24

Fim Votação : 11/05/2000 01:31

Presidente da Casa: Antonio Carlos Magalhães - PFL/B

Presidiram a Sessão: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Presidiram a Votação: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Resultado da Votação

Sim 305 + 1 = 306

Não 184

Abstenção 0

Total da Votação 489 + 1 = 490

Total Quorum 489 + 1 = 490

Orientação

PSDB/PTB - Sim

PFL - Sim

PMDB/PST/PTN - Sim

PT - Não

PPB - Sim

PDT - Não

PSB/PCDOB - Não

PL/PSL - Não

PPS - Não

GOV. - Sim

Obstrução 0

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Ailton Cascavel	PPS		Não
Alceste Almeida	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Almir Sá	PPB		Sim
Elton Rohnelt	PFL		Sim
Francisco Rodrigues	PFL		Sim
Lucíeno Castro	PFL		Sim
Luis Barbosa	PFL		Sim
Robério Araújo	PL	PL/PSL	Não
Total Roraima : 8			
AMAPÁ			
Antonio Feijão	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Badu Picanço	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dr. Benedito Dias	PPB		Sim
Eduardo Seabra	PTB	PSDB/PTB	Sim

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Evandro Milhomen	PSB	PSB/PCDOB	Não
Fátima Pelaes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Jurandil Juarez	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Sérgio Barcellos	PFL		Sim
Total Amapá : 8			
PARÁ			
Anivaldo Vale	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Babá	PT		Não
Elcione Barbalho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Gerson Peres	PPB		Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Não
Jorge Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Priante	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Josué Bengtson	PTB	PSDB/PTB	Sim
Nicias Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nilson Pinto	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Rocha	PT		Não
Raimundo Santos	PFL		Não
Renildo Leal	PTB	PSDB/PTB	Sim
Valdir Ganzer	PT		Não
Vic Pires Franco	PFL		Não
Zenaldo Coutinho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Pará : 16			
AMAZONAS			
Arthur Virgílio	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Átila Lins	PFL		Sim
Euler Ribeiro	PFL		Sim
Francisco Garcia	PFL		Sim
Luiz Fernando	PPB		Sim
Pauderney Avelino	PFL		Sim
Silas Câmara	PTB	PSDB/PTB	Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Total Amazonas : 8			
RONDÔNIA			
Agnaldo Muniz	PPS		Não
Confúcio Moura	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Eurípedes Miranda	PDT		Não
Expedito Júnior	PFL		Sim
Marinha Raupp	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nilton Capixaba	PTB	PSDB/PTB	Sim
Sérgio Carvalho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Rondonia : 7			
ACRE			
Ildefonso Cordeiro	PFL		Sim
João Tota	PPB		Sim
Márcio Bittar	PPS		Não
Marcos Afonso	PT		Não
Nilson Mourão	PT		Não
Sérgio Barros	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Zila Bezerra	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
Total Acre : 7			
TOCANTINS			
Antônio Jorge	PTB	PSDB/PTB	Sim
Darci Coelho	PFL		Sim
João Ribeiro	PFL		Sim
Kátia Abreu	PFL		Sim
Osvaldo Reis	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Paulo Mourão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Rainel Barbosa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Udson Bandeira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Total Tocantins : 8			
MARANHÃO			
Albérico Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Antonio Joaquim Araújo	PPB		Sim
Cesar Bandeira	PFL		Sim
Costa Ferreira	PFL		Sim
Eliseu Moura	PPB		Sim
Gastão Vieira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
João Castelo	PSDB	PSDB/PTB	Sim
José Antonio Almeida	PSB	PSB/PCDOB	Não
Mauro Fecury	PFL		Sim
Neiva Moreira	PDT		Não
Nice Lobão	PFL		Não
Paulo Marinho	PFL		Sim
Pedro Fernandes	PFL		Não
Pedro Novais	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Remi Trinta	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Roberto Rocha	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sebastião Madera	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Maranhão : 17			
CEARÁ			
Adolfo Marinho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Almeida de Jesus	PL	PLPSL	Não
Aníbal Gomes	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Antonio Cambraia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Arnon Bezerra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Chiquinho Feitosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Eunício Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Inácio Arruda	PCdob	PSB/PCDOB	Não
José Pimentel	PT		Não
Léo Alcântara	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Manoel Salviano	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Mauro Benevides	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Moroni Torgan	PFL		Não
Nelson Otoch	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Pinheiro Landim	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Roberto Pessoa	PFL		Não
Rommel Feijó	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB	Não
Ubiratan Aguiar	PSDB	PSDB/PTB	Sim

	Partido	Bloco	Voto
CEARÁ			
Vicente Arruda	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Ceará : 21			
PIAUÍ			
Átila Lira	PSDB	PSDB/PTB	Sim
B. Sá	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ciro Nogueira	PFL		Sim
Gessivaldo Isaías	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Heráclito Fortes	PFL		Sim
João Henrique	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Mussa Demes	PFL		Sim
Paes Landim	PFL		Sim
Themistocles Sampaio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Wellington Dias	PT		Não
Total Piauí : 10			
RIO GRANDE DO NORTE			
Ana Catarina	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Betinho Rosado	PFL		Sim
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Iberê Ferreira	PPB		Sim
Laire Rosado	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Lavoisier Maia	PFL		Não
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Ney Lopes	PFL		Sim
Total Rio Grande do Norte : 8			
PARAÍBA			
Adauto Pereira	PFL		Sim
Armando Abílio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Avenzoar Arruda	PT		Não
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Damião Feliciano	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Domiciano Cabral	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Efraim Morais	PFL		Sim
Enivaldo Ribeiro	PPB		Sim
Inaldo Leitão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Marcondes Gadelha	PFL		Não
Ricardo Rique	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Wilson Braga	PFL		Sim
Total Paraíba : 12			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Carlos Batata	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Clementino Coelho	PPS		Não
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB	Não
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB	Não
Fernando Ferro	PT		Não
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB	Não
Inocêncio Oliveira	PFL		Sim
João Colaço	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Josquim Francisco	PFL		Não
Joel De Hollanda	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
PERNAMBUCO			
José Mendonça Bezerra	PFL		Sim
José Múcio Monteiro	PFL		Sim
Luciano Bivar	PSL	PL/PSL	Sim
Luiz Piauhylino	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Marcos de Jesus	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Osvaldo Coelho	PFL		Sim
Pedro Corrêa	PPB		Sim
Pedro Eugênio	PPS		Não
Ricardo Fluza	PFL		Sim
Salatiel Carvalho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Sérgio Guerra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Severino Cavalcanti	PPB		Não
Total Pernambuco : 23			
ALAGOAS			
Albérico Cordeiro	PTB	PSDB/PTB	Sim
Augusto Farias	PPB		Sim
Helelindo Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Sim
João Caldas	PL	PL/PSL	Sim
Joaquim Brito	PT		Não
José Thomaz Nonô	PFL		Não
Luiz Dantas	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Regis Cavalcante	PPS		Não
Total Alagoas : 8			
SERGIPE			
Adelson Ribeiro	PSC		Sim
Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Cleonâncio Fonseca	PPB		Sim
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Teles	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Marcelo Déda	PT		Não
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCDOB	Não
Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Sergipe : 8			
BAHIA			
Aroldo Cedraz	PFL		Sim
Claudio Cajado	PFL		Sim
Coriolano Sales	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Eujálio Simões	PL	PL/PSL	Sim
Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB	Sim
Francistônio Pinto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geddel Vieira Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geraldo Simões	PT		Não
Gerson Gabrielli	PFL		Sim
Haroldo Lima	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Jairme Fernandes	PFL		Sim
Jairo Carneiro	PFL		Sim
Jaques Wagner	PT		Não
João Almeida	PSDB	PSDB/PTB	Sim
João Leão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Jonival Lucas Junior	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
BAHIA			
Jorge Khoury	PFL		Sim
José Carlos Aleluia	PFL		Sim
José Rocha	PFL		Sim
José Ronaldo	PFL		Não
Jutahy Junior	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Leur Lomanto	PFL		Sim
Luiz Moreira	S.Part.		Sim
Manoel Castro	PFL		Sim
Mário Negromonte	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nelson Pellegrino	PT		Não
Niló Coelho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Braga	PFL		Sim
Paulo Magalhães	PFL		Não
Pedro Irujo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Reginaldo Germano	PFL		Sim
Roland Lavigne	PFL		Não
Saulo Pedrosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ursicino Queiroz	PFL		Sim
Waldir Pires	PT		Não
Walter Pinheiro	PT		Não
Yvonilton Gonçalves	PPB		Sim
Total Bahia : 37			
MINAS GERAIS			
Ademir Lucas	PSDB	PSDB/PTB	Não
Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Araceley de Paula	PFL		Sim
Bonifácio de Andrada	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Cabo Júlio	PL	PL/PSL	Não
Carlos Mosconi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Cláuber Carneiro	PFL		Sim
Custódio Mattos	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Danilo de Castro	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Edmar Moreira	PPB		Sim
Eduardo Barbosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Eliseu Resende	PFL		Sim
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Gilmar Machado	PT		Não
Hélio Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Herculano Anghinetti	PPB		Sim
Ibrahim Abi-Ackel	PPB		Sim
Jaime Martins	PFL		Sim
João Fassarella	PT		Não
João Magalhães	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
João Magno	PT		Não
José Militão	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Júlio Delgado	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Lael Varella	PFL		Sim
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL	Não
Márcio Reinaldo Moreira	PPB		Sim
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Maria do Carmo Lara	PT		Não

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Maria Elvira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Mário Assad Júnior	PFL		Sim
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Narcio Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nilmário Miranda	PT		Não
Odeílmo Leão	PPB		Sim
Olimpio Pires	PDT		Não
Osmânia Pereira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Paulo Delgado	PT		Não
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL	Sim
Rafael Guerra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Roberto Brant	PFL		Sim
Romeu Anizio	PPB		Sim
Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ronaldo Vasconcelos	PFL		Sim
Saraiva Felipe	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Virgílio Guimarães	PT		Não
Vittorio Medioli	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Walfredo Mares Guia	PTB	PSDB/PTB	Sim
Zaire Rezende	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não

Total Minas Gerais : 50

ESPÍRITO SANTO

Aloizio Santos	PSDB	PSDB/PTB	Não
Feu Rosa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
João Coser	PT		Não
José Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB	Sim
Magno Malta	PTB	PSDB/PTB	Não
Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Max Mauro	PTB	PSDB/PTB	Não
Nilton Baiano	PPB		Não
Ricardo Ferraco	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Rita Camata	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não

Total Espírito Santo : 10

RIO DE JANEIRO

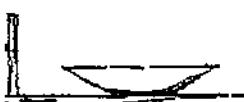
Alcione Athayde	PPB		Sim
Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB	Não
Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Almerinda de Carvalho	PFL		Sim
Ayrton Xeréz	PPS		Não
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL	Não
Carlos Santana	PT		Não
Celso Jacob	PDT		Não
Coronel Garcia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dr. Heleno	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Eber Silva	PDT		Não
Eduardo Paes	PTB	PSDB/PTB	Não
Eurico Miranda	PPB		Sim
Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB	Sim

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Iélio Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Jair Bolsonaro	PPB		Não
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
João Mendes	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
João Sampaio	PDT		Não
Jorge Bittar	PT		Não
Jorge Wilson	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Carlos Coutinho	PFL		Não
Laura Carneiro	PFL		Não
Luis Eduardo	PDT		Não
Luiz Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Não
Luiz Sérgio	PT		Não
Marcio Fortes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Mattoz Nascimento	PST	PMDB/PST/PTN	Sim
Milton Temer	PT		Não
Miriam Reid	PDT		Não
Miro Teixeira	PDT		Não
Pastor Valdecy Paiva	PSL	PL/PSL	Não
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB	Não
Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Roberto Jefferson	PTB	PSDB/PTB	Sim
Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB	Não
Ronaldo Cesar Coelho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Rubem Medina	PFL		Sim
Simão Sessim	PPB		Não
Vivaldo Barbosa	PDT		Não
Wanderley Martins	PDT		Não
Total Rio de Janeiro : 43			
SÃO PAULO			
Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Alberto Mourão	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Aloizio Mercadante	PT		Não
André Benassi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Angela Guadagnin	PT		Não
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antonio Kandir	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antonio Palocci	PT		Não
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Faria de Sá	PPB		Não
Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ary Kara	PPB		Sim
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL	Não
Celso Giglio	PTB	PSDB/PTB	Não
Celso Russomanno	PPB		Não
Clovis Volpi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Corauci Sobrinho	PFL		Sim
De Velasco	PSL	PL/PSL	Não
Dr. Evílásio	PSB	PSB/PCDOB	Não
Dr. Hélio	PDT		Não
Dutílio Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB	Sim
Edinho Araújo	PPS		Não

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Eduardo Jorge	PT		Não
Emerson Kapaz	PPS		Não
Fernando Zuppo	PDT		Não
Gilberto Kassab	PFL		Sim
Iara Bernardi	PT		Não
Jair Meneguelli	PT		Não
João Herrmann Neto	PPS		Não
João Paulo	PT		Não
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José de Abreu	PTN	PMDB/PST/PTN	Não
José Dirceu	PT		Não
José Genoino	PT		Não
José Índio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Machado	PT		Não
José Roberto Batochio	PDT		Não
Julio Semeghini	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Lamartine Posella	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Luiz Antonio Fleury	PTB	PSDB/PTB	Não
Luiza Erundina	PSB	PSB/PCDOB	Não
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Marcos Cintra	PL	PL/PSL	Não
Medeiros	PFL		Sim
Michel Temer	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Milton Monti	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Moreira Ferreira	PFL		Sim
Nelio Rodolfo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Nelson Marquezelli	PTB	PSDB/PTB	Sim
Neuton Lima	PFL		Sim
Paulo Kobayashi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Professor Luizinho	PT		Não
Ricardo Berzoini	PT		Não
Robson Tuma	PFL		Sim
Rubens Furlan	PPS		Não
Salvador Zimbaldi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Silvio Torres	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Telma de Souza	PT		Não
Vadão Gomes	PPB		Sim
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL	Não
Wagner Salustiano	PPB		Sim
Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Zulaiê Cobra	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total São Paulo : 66			
MATO GROSSO			
Celcita Pinheiro	PFL		Sim
Lino Rossi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Osvaldo Sobrinho	PTB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Henry	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ricarte de Freitas	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Teté Bezerra	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Welinton Fagundes	PSDB	PSDB/PTB	Sim

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO			
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Total Mato Grosso : 8			
DISTRITO FEDERAL			
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geraldo Magela	PT		Não
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Paulo Octávio	PFL		Sim
Pedro Celso	PT		Não
Wigberto Tartuce	PPB		Sim
Total Distrito Federal : 8			
GOIÁS			
Barbosa Neto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Euler Morais	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Geovan Freitas	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Jovair Arantes	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Juquinha	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Lidia Quinan	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Lúcia Vânia	PSDB	PSDB/PTB	Não
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Nair Xavier Lobo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Pedro Wilson	PT		Não
Roberto Balestra	PPB		Sim
Ronaldo Caiado	PFL		Sim
Vilmar Rocha	PFL		Sim
Zé Gomes da Rocha	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Total Goiás : 17			
MATO GROSSO DO SUL			
Ben-Hur Ferreira	PT		Não
Flávio Derzi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
João Grandão	PT		Não
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Marisa Serrano	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Pedrossian	PFL		Não
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Total Mato Grosso do Sul : 8			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	PFL		Sim
Affonso Camargo	PFL		Sim
Ailton Roveda	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Alex Canziani	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Dilceu Sperafico	PPB		Sim
Dr. Rosinha	PT		Não
Flávio Ams	PSDB	PSDB/PTB	Não

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Gustavo Fruet	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Iris Simões	PTB	PSDB/PTB	Sim
José Borba	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB	Sim
José Janene	PPB		Sim
Luciano Pizzatto	PFL		Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB	PSDB/PTB	Não
Márcio Matos	PT		Não
Max Rosenmann	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Nelson Meurer	PPB		Sim
Odílio Balbinotti	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Oliveira Filho	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Osmar Serraglio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Padre Roque	PT		Não
Rafael Greca	PFL		Sim
Renato Silva	PSDB	PSDB/PTB	Não
Ricardo Barros	PPB		Sim
Rubens Bueno	PPS		Não
Santos Filho	PFL		Sim
Werner Wanderer	PFL		Sim
Total Paraná : 29			
SANTA CATARINA			
Antônio Carlos Konder Reis	PFL		Sim
Carlito Merss	PT		Não
Edinho Bez	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Edison Andriño	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Fernando Coruja	PDT		Não
Gervásio Silva	PFL		Sim
Hugo Biehl	PPB		Sim
João Matos	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
João Pizzolatti	PPB		Sim
José Carlos Vieira	PFL		Sim
Pedro Bittencourt	PFL		Sim
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Serafim Venzon	PDT		Não
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Total Santa Catarina : 14			
RIO GRANDE DO SUL			
Adão Preto	PT		Não
Álton Dipp	PDT		Não
Alceu Collares	PDT		Não
Caio Riela	PTB	PSDB/PTB	Não
Cesar Schirmer	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Darcísio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Enio Bacci	PDT		Não
Esther Grossi	PT		Não
Fernando Mattoni	PT		Não
Fetter Júnior	PPB		Sim
Germano Rigotto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Henrique Fontana	PT		Não



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes
Por UF
Câmara dos Deputados

Data : 11/05/2000
 Hora : 1:32
 Número:
 111

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO SUL			
Júlio Redecker	PPB		Sim
Luis Carlos Heinze	PPB		Não
Luiz Maineri	PT		Não
Marcos Rolim	PT		Não
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Nelson Marchezan	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Nelson Proença	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Osvaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Sim
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL	Não
Paulo Paim	PT		Não
Pompeu de Mattos	PDT		Não
Roberto Argenta	PHS		Sim
Synval Guazzelli	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Telmo Kirst	PPB		Sim
Valdeci Oliveira	PT		Não
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Waldomiro Fioravante	PT		Não
Yeda Crusius	PSDB	PSDB/PTB	Sim

Total Rio Grande do Sul : 30

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 306 Srs. Deputados; e NÃO 184.

Não houve abstenção nem obstrução.

Total: 490 votos.

Aprovado.

O Projeto de Lei de Conversão vai ao Senado Federal.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP) – Sr. Presidente, registro a ausência da Deputada Luci Choinacki, que está adoentada e não pôde participar da votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos proceder à votação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2000, no Senado Federal.

A SRA. MARIA ELVIRA (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de registrar novamente que o Movimento Democrático de Base, dentro do PMDB, votou "não".

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para orientação, saliento que o PFL, no Senado, vota "sim".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – A Liderança do Governo vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, o PDT e o PT, no Senado, votam "não", contra a demagogia e a subserviência ao Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, o PPB vota "sim".

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – O PPS vota "não", Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, o PSB vota "não".

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. CAIO RIELA (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul, agradeço a todos os companheiros do Rio Grande que fizeram contato conosco, pedindo que trabalhássemos dentro do Congresso Nacional, orientando os nossos companheiros para que o salário mínimo fosse de R\$177,00. Em nome do nosso Presidente Estadual, Deputado Sérgio Zambiasi, e de todo o nosso Rio Grande, agradecemos e dizemos que não termina aqui, nesta sessão do Congresso Nacional, esta luta. Ela continua e, com certeza, as eleições estão aí e haveremos de varrer todos aqueles que traíram o povo brasileiro e que, neste momento, estão pisando aqueles que fizeram com que o Rio Grande, o Brasil inteiro, em praça pública, acreditasse na palavra empenhada.

Infelizmente, não aconteceu o que queríamos, mas estamos aqui cumprimentando V. Ex^a e dizendo que o Rio Grande do Sul está preparado pelo menos o Partido Trabalhista Brasileiro para fazer quem sabe uma grande arrancada, uma virada, uma retomada do rumo deste País, porque o que está aí não está dando certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, registro o voto "não" do PPS.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de salientar a atitude de V. Ex^a neste processo, de independência e autonomia. Quanto à Oposição, V. Ex^a cumpriu todos os acordos que construiu e soube preservar a majestade do cargo, como também a imparcialidade, fundamental para que esta Casa possa se manter na sua diversidade.

Portanto, publicamente, reconheço a atitude de V. Ex^a, que só contribuiu para que pudéssemos chegar à votação da medida provisória esta noite – e tardivamente –, para que o Governo cumprisse o acordo que tinha feito e não honrado no passado.

Agradeço a atitude da Presidência do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex^a e digo que foi uma honra os contatos que tive com V. Ex^a.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB – PA) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "sim".

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT - AL) – Sr. Presidente, mais uma vez justifico a ausência da nossa querida companheira, Senadora Emilia Fernandes, do PDT do Rio Grande do Sul, que, embora doente, está torcendo pelo povo brasileiro e, portanto, na perspectiva de podemos aprovar os R\$177,00.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE) – Sr. Presidente, em nome do Partido da Frente Liberal, quero saudar V. Ex^a, dizendo que o Partido se sente orgulhoso de tê-lo em nossos quadros. É uma honra para o PFL ter uma pessoa da dimensão política, da grandeza, da seriedade e do espírito público de V. Ex^a.

Em nome do Partido da Frente Liberal, quero dizer que me sinto orgulhoso em pertencer ao Partido ao qual pertence V. Ex^a. Em nome do PFL, trago os mais efusivos cumprimentos pela maneira correta, serena, firme e decidida com que presidiu o trabalho desta sessão e tem-se conduzido em toda a sua vida pública.

É uma honra para o PFL tê-lo em seus quadros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado Inocêncio Oliveira, fico grato a V. Ex^a pelas palavras que proferiu em relação a minha pessoa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que a Bancada de Senadores de Sergipe votou integralmente pelos R\$177,00. Estou orgulhoso dos Srs. Senadores do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Todos os Srs. Senadores já votaram?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, estou votando "não" agora; e teria votado "não" se tivesse chegado a tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a está votando "não" agora ou já votou no painel?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já votei.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Sr. Presidente, quero registrar meu voto "sim", que não estou conseguindo computar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Simon, o seu voto foi computado? (Pausa.)

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, o meu voto está computado, mas poderá haver erro material. O meu voto é "sim", caso apareça abstenção no painel.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Algum Senador deixou de votar?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para registrar, receba também nossos cumprimentos pela conclusão desta etapa extremamente positiva para a vida política do País. A superação desse impasse certamente nos dará condições de trazermos pela estrada do crescimento e do desenvolvimento.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex^a por suas palavras estimulantes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (Bloco/PSDB – AM) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo, na verdade, nada mais faz a não ser ratificar o reconhecimento da competência, da isenção e da firmeza com que V. Ex^a conduziu os trabalhos, que culminaram com essa bela manifestação da maioria, reafirmando a democracia, que se relaciona com o respeito a todos. Não se trata da democracia do grito, mas daquela que escuta o pensamento do Congresso, que é, sem dúvida, também majoritariamente, o da Nação.

Parabéns a V. Ex^a por presidir o Congresso com tanta periculância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado a V. Ex^a, que, com tanta eficiência, lidera o Governo nesta Casa.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

Secretaria Geral da Mesa
 Lista de Votantes
 Por UF
 Senado Federal



51ª Legislatura

2ª SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA N° 008 - 10/05/2000

Abertura Sessão : 10/05/2000 23:34

Encerramento Sessão :

Proposição: PLV N° 04/2000 - PROJETO DE LEI DE
CONVERSÃO

Início Votação : 11/05/2000 01:33

Fim Votação : 11/05/2000 01:40

Presidente da Casa: Antonio Carlos Magalhães - PFL/B

Presidiram a Sessão: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Presidiram a Votação: Antonio Carlos Magalhães - 23:34

Resultado da Votação

Sim 41 + 7 = 48

Não 20

Abstenção X = 0

Total da Votação 62 + 6 = 68

6

Orientação

GOV. - Sim

PFL - Sim

PSDB - Sim

PMDB - Sim

PPB - Sim

PPS - Não

PSB - Não

OPOSIÇÃO - Não

Art. 51 1

Total Quorum 63 + 6 = 69

Obstrução 0

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Marluce Pinto	PMDB		Sim
Mozarildo Cavalcanti	PFL		Sim
Romero Jucá	PSDB		Sim
Total Roraima : 3			
AMAPÁ			
Sebastião Rocha	PDT	OPOSIÇÃO	Não
Total Amapá : 1			
PARÁ			
Ademir Andrade	PSB		Não
Jader Barbalho	PMDB		Sim
Total Pará : 2			
AMAZONAS			
Bernardo Cabral	PFL		Sim

	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Gilberto Mestrinho	PMDB		Sim
Total Amazonas : 2			
ACRE			
Marina Silva	PT	OPOSIÇÃO	Não
Nabor Júnior	PMDB		Sim
Tião Viana	PT	OPOSIÇÃO	Não
Total Acre : 3			
TOCANTINS			
Carlos Patrício	PFL		Abstenção (RET)
Leomar Quintanilha	PPB		Sim
Thelma Siqueira Campos	PPB		Sim
Total Tocantins : 3			
CEARÁ			
Lúcio Alcântara	PSDB		Sim
Luiz Pontes	PSDB		Sim
Sérgio Machado	PSDB		Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
Alberto Silva	PMDB		Sim
Freitas Neto	PFL		Sim
Hugo Napoleão	PFL		Sim
Total Piauí : 3			
RIO GRANDE DO NORTE			
Agnaldo Alves	PMDB		Sim
Geraldo Melo	PSDB		Sim
José Agripino Maia	PFL		Sim
Total Rio Grande do Norte : 3			
PARAÍBA			
Ney Suassuna	PMDB		Sim
Wellington Roberto	PMDB		Sim
Total Paraíba : 2			
PERNAMBUCO			
José Jorge	PFL		Sim
Roberto Freire	PPS		Não
Total Pernambuco : 2			
ALAGOAS			
Geraldo Lessa	PSDB		Sim
Heloisa Helena	PT	OPOSIÇÃO	Não
Renan Calheiros	PMDB		Não
Total Alagoas : 3			
SERGIPE			
Antônio C. Valadares	PSB		Não
José Eduardo Dutra	PT	OPOSIÇÃO	Não
Maria do Carmo Alves	PFL		Não
Total Sergipe : 3			
BAHIA			

	Partido	Bloco	Voto
BAHIA			
Antonio Carlos Magalhães	PFL		Art.51
Djalma Bessa	PFL		Sim
Paulo Souto	PFL		Sim
Total Bahia : 3			
MINAS GERAIS			
Arlindo Porto	PTB		Sim
Francelino Pereira	PFL		Sim
José Alencar	PMDB		Sim
Total Minas Gerais : 3			
ESPÍRITO SANTO			
Gerson Camata	PMDB		Sim
Luzia Toledo	PSDB		Sim
Paulo Hartung	PPS		Não
Total Espírito Santo : 3			
RIO DE JANEIRO			
Geraldo Cândido	PT	OPOSIÇÃO	Não
Roberto Saturnino	PSB		Não
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Eduardo Suplicy	PT	OPOSIÇÃO	Não
Pedro Piva	PSDB		Sim
Romeu Tuma	PFL		Sim
Total São Paulo : 3			
MATO GROSSO			
Antero Paes de Barros	PSDB		Sim
Carlos Bezerra	PMDB		Sim
Jonas Pinheiro	PFL		Sim
Total Mato Grosso : 3			
DISTRITO FEDERAL			
José Roberto Arruda	PSDB		Sim
Lauro Campos	PT	OPOSIÇÃO	Não
Total Distrito Federal : 2			
GOIÁS			
Íris Rezende	PMDB		Sim
Maguito Vilela	PMDB		Não
Mauro Miranda	PMDB		Sim
Total Goiás : 3			
MATO GROSSO DO SUL			
Juvêncio da Fonseca	PFL		Sim
Lúdio Coelho	PSDB		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Alvaro Dias	PSDB		Não
Osmar Dias	PSDB		Não
Roberto Requião	PMDB		Não
Total Paraná : 3			

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes
Por UF
Senado Federal

Data : 11/05/2000
Hora : 1:40
Número:



	Partido	Bloco	Voto
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB		Sim
Geraldo Althoff	PFL		Sim
Total Santa Catarina : 2			
RIO GRANDE DO SUL			
Pedro Simon	PMDB		Não
Total Rio Grande do Sul : 1			

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 48 Srs. Senadores e NÃO 20 Srs. Senadores.

Não houve uma abstenção.

Total: 68 votos.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão.

Em consequência, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2000

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 1996, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 1996, até 30 de abril de 1997, o salário mínimo será de R\$112,00 (cento e doze reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$3,73 (três reais e setenta e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,51 (cinquenta e um centavos).

Art. 2º A partir de 1º de maio de 1997, até 30 de abril de 1998, o salário mínimo será de R\$120,00 (cento e vinte reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$4,00 (quatro reais) e o seu valor horário a R\$0,54 (cinquenta e quatro centavos).

Art. 3º A partir de 1º de maio de 1998, até 30 de abril de 1999, após a aplicação dos percentuais de 4,81% (quatro vírgula oitenta e um por cento), a título de reajuste, e de 3,362% (três vírgula trezentos e sessenta e dois por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$120,00 (cento e vinte reais), o salário mínimo será de R\$130,00 (cento e trinta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$4,33 (quatro reais e trinta e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,59 (cinquenta e nove centavos).

Art. 4º A partir de 1º de maio de 1999, até 2 de abril de 2000, o salário mínimo será de R\$136,00 (cento e trinta e seis reais).

§ 1º Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$4,53 (quatro reais e cinqüenta e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,62 (sessenta e dois centavos).

§ 2º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, em 1º de junho de 1999, em 4,61% (quatro vírgula sessenta e um por cento).

§ 3º Para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de julho de 1998, o reajuste nos termos do § 2º dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo desta lei.

§ 4º Para os benefícios que tenham sofrido majoração em 1º de maio de 1999, devido à elevação do salário mínimo para R\$136,00 (cento e trinta e seis reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no § 2º deste artigo, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 5º A partir de 3 de abril de 2000, após a aplicação dos percentuais de 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento), a título de reajuste, e de 5,08% (cinco vírgula zero oito por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$136,00 (cento e trinta e seis reais), o salário mínimo será de R\$151,00 (cento e cinqüenta e um reais).

§ 1º Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$5,03 (cinco reais e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,69 (sessenta e nove centavos).

§ 2º Os benefícios da Previdência Social que tiverem majoração em face da elevação do salário mínimo de que trata este artigo serão pagos, no mês de abril de 2000, com base no valor de R\$151,00 (cento e cinqüenta e um reais).

Art. 6º Será fixado novo valor para o salário mínimo, entre janeiro e abril de 2001, desde que fontes adicionais de receita sejam identificadas, ou que se promovam eventuais compensações no Orçamento, de forma a se manterem inalteradas as metas fiscais para os exercícios de 2001 e seguintes.

Art. 7º São convalidados os atos praticados com base nas Medidas Provisórias nºs 1.933-12, 1.945-50, 1.946-38 e 1.947-25, todas de 30 de março de 2000.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as Medidas Provisórias nºs 1.933-12, 1.945-50, 1.946-38 e 1.947-25, todas de 30 de março de 2000.

Anexo a Lei nº , de de de 2000.

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO
COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO**

DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até junho/98	4,61
em julho/98	4,22
em agosto/98	3,83
em setembro/98	3,44
em outubro/98	3,05
em novembro/98	2,66
em dezembro/98	2,28
em janeiro/99	1,90
em fevereiro/99	1,51
em março/99	1,13
em abril/99	0,75
em maio/99	0,38

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Senador Carlos Wilson encaminhou à mesa documento referente a votação MP Nº 2019-1.

É o seguinte o documento encaminhado :

Brasília, 10 de maio de 2000

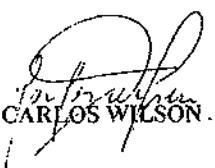
Senhor Presidente,

Na Sessão conjunta do Congresso Nacional realizada hoje, destinada à apreciação da Medida Provisória n. 2019-1, pertinente ao salário mínimo, participei da votação do Requerimento nº 52, de 2000, de votação em globo dos requerimentos de destaque

Entretanto, votei “não” ao Projeto de Lei de Conversão nº4, de 2000 mas meu nome não foi registrado no sistema eletrônico de votação da Câmara dos Deputados que, como Vossa Excelência sabe, é bastante complexo.

Para que fique registrado nos Anais, subscrevo-me.

Respeitosamente,


Senador CARLOS WILSON.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Deputados Ary Kara e Regis Cavalcante enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ARY KARA (PPB – SP) – Sr. Presidente, S^{rs}s e Srs. Congressistas, o povo do Vale do Paraíba, ao qual temos a honra de representar nesta Casa Parlamentar comemora, jubiloso, neste dia 12 de maio, os 10 anos de presbiterado do Excelentíssimo Senhor CÔNEGO MARCO EDUARDO JACOB SILVA, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, em Pindamonhangaba, SP.

Cônego Marquinho, como é carinhosamente conhecido nosso homenageado, é mineiro de São Gonçalo do Sapucaí, filho de Marco Antônio Jordão Silva e Dona Wanda Jacob Silva, venerandos pais que, desde a tenra idade, o encaminharam para as verdades do bem e do seguimento de Jesus Cristo.

Tendo freqüentado o Curso de Filosofia e de Teologia foi ordenado, pela oração da Igreja, e pela imposição das mãos de Dom Antônio Affonso de Miranda, SDN, então Bispo de Taubaté, para o serviço aos irmãos pelo Ministério Sacerdotal.

A sua missão primeira foi de Coadjutor e depois, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, donde redimensionou a vida paroquial no sentido administrativo e social, mas, principalmente espiritual.

Como já disse acertadamente o cardeal milanês da Companhia de Jesus, CARLO MARIA MARTINI, "o entusiasmo da ação evangelizadora na Paróquia depende sobremaneira do impulso e da unção de seu pastor".

E a unção e o zelo de Cônego Marquinho são sentidas não só na sua Paróquia, mas no âmbito da Diocese de Taubaté com os seu múnus de ceremonário do Senhor Bispo Diocesano quando se revela autêntico amante da singeleza da liturgia que transfigura Cristo Eucarístico, razão primeira de nossa fé católica e do serviço sacerdotal.

Sr. Presidente, sinto-me orgulhoso da presente efeméride. Cônego Marquinho busca a razão de seu ministério na Eucaristia. Dela vem a razão para a sua vida, que é integralmente dedicada a Cristo, à Igreja e aos irmãos e irmãs.

No serviço aos desvalidos e para os menores, consubstancia Jesus Ressuscitado, Sumo e Eterno Sacerdote, que instituiu o sacerdócio como serviço e nunca como poder.

Louvamos Jesus Bom Pastor nestes abençoados 10 anos de ministério de Cônego Marco Eduardo Jacob Silva na firme certeza de que sua missão se baseia em Lucas 22: *Desiderio desideravi hoc pascha manducare vobiscum, antequam patiar, id est, antequam moriar.*

Sem essa Páscoa, não há sentido servir aos irmãos no Senhor Sumo e Eterno Sacerdote, conforme nos ensina Hebreus 8.

Receba nossos cumprimentos e a certeza de nossa vigilante amizade, caro Cônego Marquinho!

O SR. REGIS CAVALCANTE (PPS – AL) – Sr. Presidente, S^{rs}s e Srs. Congressistas, a questão do salário mínimo, não há mais dúvida, colocou o Governo numa posição já de si insustentável, para a qual o Senhor Presidente da República somente encontrou uma solução: a ameaça de demissão de todos os seus cargos dos apaniguados daqueles parlamentares que votassem contra o Governo, ou seja, contra o salário mínimo de R\$151,00.

E o fez num fórum que queremos considerar privilegiado: um encontro nacional de industriais da construção civil, ali exatamente onde o pagamento de salários baixos, baixíssimos, é a lei geral.

Sua Excelência talvez não tenha se dado conta de que, assim agindo, ou melhor dizendo, assim ameaçando, estava colocando a nu o que possivelmente seja a banda mais podre de seu Governo, a gangue franciscana do toma-lá-dá-cá. E tão evidentemente podre que fugiu, de pronto, ao enfrentamento. Perder cargos? Nem pensar. O poder, digam o que disserem, inclusive no tocante a sua capacidade de corrupção, tem um sabor que não é nada franciscano. E aqui, Sr. Presidente, estamo-nos referindo ao "poverello" de Assis.

Todos nós sabemos que o Sr. Fernando Henrique não é um neófito no que se refere às questões de poder e, no particular, às relativas às contas públicas. E isto é tanto mais importante porque, em sua vida parlamentar, esteve sempre junto aos que lutaram por uma política salarial que permitisse uma correção automática, uma adequação de seu valor às exigências constitucionais, instantes em que foi, sempre, um crítico acerbo das políticas governamentais então vigentes.

Vem-nos à idéia a dúvida machadiana: mudou o Natal ou mudei eu? Ora, o Natal, como festa de confraternização cristã, não apresenta mudanças em sua essência, talvez, em muitos casos, nem mesmo na maneira de ser comemorado. A dúvida machadiana, portanto, não persiste: mudou o Sr. Fernando Henrique. Assim, vamos ceder a palavras a Sua Excelência, para que possamos todos saborear a retórica

candente com que o Parlamentar Fernando Henrique Cardoso defendia uma política racional, progressista e justa para o mínimo. Vamos ouvir Sua Excelência:

"Por certo, a inflação e o desemprego são também preocupações fundamentais do PMDB, como o próprio Líder Aloysio Chaves acabou de fazer referência e são preocupações do País. Mas nós não estamos dispostos a combater esses males, compactuando com uma trajetória política que obscurece os conflitos sociais existentes e que faz da "Grande Política" apenas a proclamação de ucessos que impõem o arrocho salarial e a recessão".

"Tornou-se muito difícil para este Congresso discutir a necessidade, que não negamos, de uma política que discipline a repartição da renda, num contexto em que se percebe, que se sente que há não apenas injustiça social, mas há uma situação na qual além da injustiça social existem também suspeitas que até agora parecem fundadas de favoritismo que salpicam pessoas bastantes próximas ao Palácio".

"Não acredito que possamos sair do descalabro em que nos encontramos, das dificuldades econômicas e de situação reconhecida de injustiça social, marginalizando os trabalhadores, que é o foco principal da minha exposição desta tarde".

"Nós propomos, como princípio doutrinário, que os salários sejam reajustáveis de conformidade com a elevação do custo de vida. Nós não estamos insistindo no ponto, agora, porque uma coisa é uma proposta doutrinária, outra coisa é uma situação e uma conjuntura. Mas nós temos que guardar as nossas posições, coerentes com a nossa proposta doutrinária. Não poderíamos, com tal proposta, aprovar uma lei que corta tão dramaticamente os salários dos trabalhadores brasileiros".

Trechos de discurso pronunciado no Senado, em 18-3-83.

Vamos adiante:

"Nós insistimos muito na necessidade de uma negociação prévia, uma negociação que levasse, por exemplo, à prefixação de um salário, de preços e de juros. Gostaríamos de ter visto todo esse processo de reajuste com efeitos menos imprevisíveis, como atualmente são, sobre o lado social. Evidentemente, nossos objetivos tanto os do Ministro quanto os meus, aqui presentes, que certamente dariam a mesma coisa, ninguém gostará de ver o custo social, mas o fato é que, no nosso ponto de vista, deveríamos ter tomado outras medidas acauteladoras para que o custo não fosse tão alto". (Dito no Senado em 27-2-92).

E Sua Excelência não permanecia preso a uma retórica de cunho extremamente social. Ia adiante, bem adiante, apresentando projetos de lei e, neles, justificativas que bem demonstravam o interesse de corrigir muitas das mazelas salariais que nosso trabalhador enfrentava e que, hoje, graças ao mesmo Sr. Fernando Henrique, segue enfrentando.

Assim, na justificativa a projeto de lei apresentado na Câmara Alta, afirma:

"Isto não exclui, de forma alguma, a necessidade de ser regulamentar a dispensa dos trabalhos com visitas a resguardar os seus interesses numa transição sem traumas irrecuperáveis".

E, justificando outra proposição de sua autoria de que fazia parte este artigo 1º:

"O valor monetário dos salários será corrigido semestralmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)."

Parágrafo único. A correção será feita, sem distinção de faixas salariais, multiplicando-se o salário por um fator correspondente a 1,0 (uma unidade) da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)", o Sr. Fernando Henrique afirmava:

"A inflação mais que duplicou de 1982 para 1983 e manteve-se alta no primeiro semestre de 1984, comprovando que sua mola principal são os custos financeiros e não os salários".

"Cai a massa dos salários, cai o consumo dos assalariados. Dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo apontam um declínio de 23% nas vendas do setor comercial no primeiro trimestre deste ano. Um dos segmentos mais afetados foi o de alimentos industrializados, cuja produção decresceu 18,5% nesse período, segundo a Associação Brasileira de Indústria de Alimentos".

"É o que visa este projeto, introduzindo uma sistemática de reajustes que pelo menos assegure a todos os assalariados a reposição integral do poder aquisitivo perdido para a inflação".

Outro projeto começa prescrevendo:

"Art. 1º. O valor monetário dos salários será corrigido trimestralmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, variando o fator de aplicação na forma desta lei".

E, mexendo na CLT:

"Art. 81. O salário mínimo será determinado pela fórmula SM, $a+b+c+d+e+f$; em que "a", "b", "c", "d", "e" e "f" representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário,

higiene, transportes, e previdência social necessárias à vida do trabalhador e de sua família".

§ 1º. O salário mínimo será reajustado toda vez que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor acusar uma perda de poder aquisitivo da moeda superior a 10% (dez por cento)".

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão à 1 hora e 42 minutos do dia imediato.)

(OS 14027/00)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. DEPUTADO ZAIRE REZENDE, NA
SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL DE
26-4-2000, QUE SE REPUBLICA POR
SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR,
TENDO EM VISTA A REVISÃO FEITA
PELO NOBRE DEPUTADO:**

O SR. ZAIRE REZENDE (PMDB – MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, no dia 16 de fevereiro deste ano, o Presidente da Câmara dos Deputados decidiu constituir uma comissão especial destinada a realizar estudos com vistas a oferecer alternativas para a fixação do salário mínimo. Essa comissão foi constituída com a participação de todos os partidos da Casa. Chamo a atenção para este fato que é da maior importância – o Legislativo

em busca de alternativas para um dos problemas mais sérios do Brasil, que é a injusta distribuição de renda. Essa comissão fez os seus estudos e concluiu que a proposta a ser encaminhada, seria de R\$ 177,00. Avaliou o impacto desse valor, principalmente sobre a Previdência Social e concluiu pela existência dos recursos orçamentários suficientes para absorver as consequências desse nível salarial.

A diferença entre o maior e o menor salário pago no país mostra como é injusta a concentração de renda. Ela é principal causa da violência, do desemprego, do subemprego e de outras mazelas sociais por demais conhecidas. Na procura de reduzir a injustiça é que foram propostos os R\$ 177,00 para o reajuste.

Dessa forma, gostaria de dizer que o MDB, Movimento Democrático de Base, um grupo de companheiros independentes dentro do PMDB, vota pelos R\$ 177,00, até mesmo em respeito ao programa do PMDB, que diz, textualmente:

"O PMDB permanecerá ao lado dos trabalhadores para tornar realidade todas as propostas que impliquem em melhoria efetiva do salário real, com o aumento do seu poder aquisitivo".

Repto: o MDB permanecerá ao lado dos trabalhadores. É proposta nossa, está no nosso programa. Nós, do MDB, que estamos procurando recuperar a memória do nosso Partido, que sempre se colocou ao lado dos trabalhadores, ao lado daqueles que realmente são os excluídos em nosso País, viemos à tribuna trazer a nossa posição, o nosso voto, o nosso apoio aos R\$ 177,00.

Muito obrigado.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)
1º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)
2º VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)
3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)
Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ANTÔNIO C. KONDER REIS	1 - JOÃO RIBEIRO
CARLOS MELLES	2 - LUÍS BARBOSA
CÉSAR BANDEIRA	3 - PAULO MARINHO
JORGE KHOURY	4 - SÉRGIO BARCELLOS
JOSÉ LOURENÇO	5 - ZILA BEZERRA
ÁTILA LINS	6 - AROLDO CEDRAZ
LAEL VARELLA	7 - DEUSDETH PANTOJA
LAURA CARNEIRO	8 - JAIME MARTINS
NEUTON LIMA	9 - LUCIANO CASTRO
OSVALDO COELHO	10 - CIRO NOGUEIRA
PAES LANDIM	11 - FRANCISCO GARCIA
PAULO BRAGA	12 - ARACELY DE PAULA
SANTOS FILHO	13 - JOSÉ CARLOS COUTINHO
WILSON BRAGA	14 - JOSÉ THOMAZ NONÔ

PMDB

ARMANDO ABÍLIO	1 - DARCÍSIO PERONDI
DAMIÃO FELICIANO	2 - JOSÉ BORBA
FREIRE JÚNIOR	3 - JOÃO HENRIQUE
JOSÉ CHAVES	4 - JORGE ALBERTO
JOSÉ PRIANTE	5 - MILTON MONTI
OSVALDO REIS	6 - MÚCIO SÁ
PEDRO CHAVES	7 - NORBERTO TEIXEIRA
RENATO VIANNA	8 - OLAVO CALHEIROS
SILAS BRASILEIRO	9 - PEDRO NOVAIS
WALDEMAR MOKA	10 - VAGO
WILSON SANTOS	11 - RICARDO NORONHA
EUNÍCIO OLIVEIRA	12 - ALCESTE ALMEIDA

PSDB

ALBERTO GOLDMAN	1 - JOÃO ALMEIDA
BASÍLIO VILLANI	2 - FÁTIMA PELAES
JOÃO LEÃO	3 - PEDRO CANEDO
NÁRCIO RODRIGUES	4 - RAIMUNDO G. MATOS
PEDRO HENRY	5 - MÁRIO NEGROMONTE
JOVAIR ARANTES	6 - MARCUS VICENTE
ANIVALDO VALE	7 - B. SÁ
PAULO FEIJÓ	8 - JÚLIO SEMEGHINI
DANILO DE CASTRO	9 - RICARTE DE FREITAS
ROMMEL FEIJÓ	10 - LÍDIA QUINAN
ROBERTO ROCHA	11 - SÉRGIO GUERRA
PAULO MOURÃO	12 - ALEXANDRE SANTOS

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
NILSON MOURÃO
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

ALMIR SÁ
CLEONÂNCIO FONSECA
IBERÊ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - DR. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ELIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

AIRTON DIPP
GIOVANNI QUEIROZ
EURÍPEDES MIRANDA

1 - POMPEO DE MATTOS
2 - CELSO JACOB
3 - FERNANDO CORUJA

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

EUJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

RAMEZ TEBET
WELLINGTON ROBERTO
LUIZ ESTEVÃO
JOSÉ ALENCAR
GILBERTO MESTRINHO
NABOR JÚNIOR
MAURO MIRANDA

1 - MARLUCE PINTO
2 - CARLOS BEZERRA
3 - ALBERTO SILVA
4 - GILVAM BORGES
5 - NEY SUASSUNA
6 - JOÃO ALBERTO SOUZA
7 - VAGO

MOZARILDO CAVALCANTI
MOREIRA MENDES
EDISON LOBÃO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
JONAS PINHEIRO

1 - CARLOS PATROCÍNIO
2 - ROMEU TUMA
3 - HUGO NAPOLEÃO
4 - VAGO
5 - VAGO

ROMERO JUCÁ
ANTERO PAES DE BARROS
LUIZ PONTES
LÚCIO ALCÂNTARA

1 - VAGO
2 - SERGIO MACHADO
3 - LUZIA TOLEDO
4 - VAGO

ANTONIO C. VALADARES
EDUARDO SUPLICY
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA

1 - ROBERTO SATURNINO
2 - VAGO
3 - VAGO
4 - VAGO

LUIZ OTÁVIO

1- ERNANDES AMORIM

Atualizado em 4/4/2000.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	## 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	311 1102	323 3571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTONIO VILELA	@ EDIFICIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	## ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



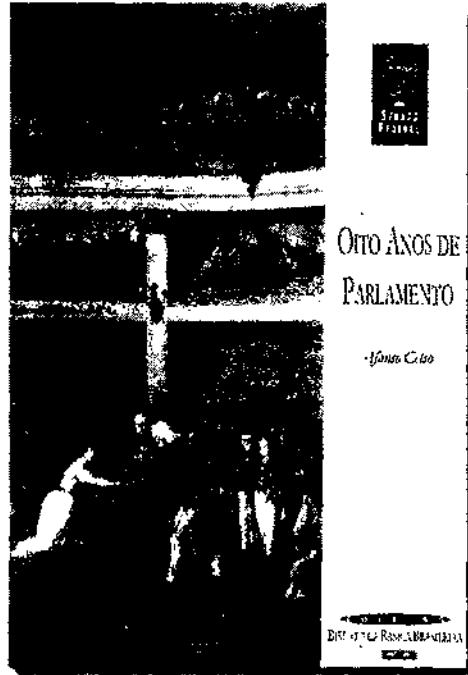
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição facsimilar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

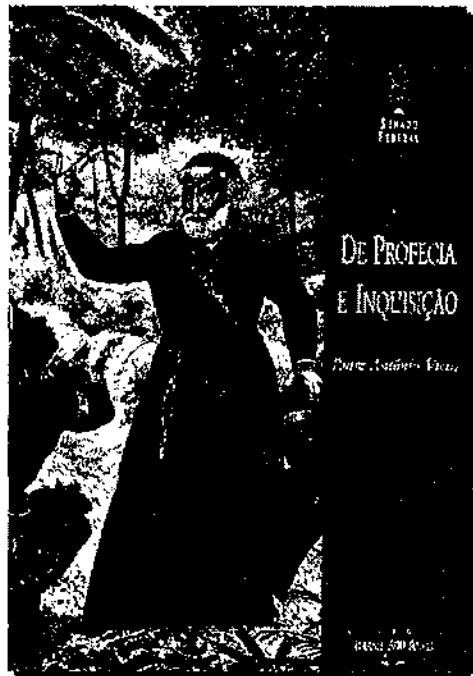


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

De Profecia e Inquisição Coleção Brasil 500 Anos

Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 20,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS